

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Por que Criticam?

Etnografia do conflito pela moradia popular em tempo de Copa do Mundo

FIFA na cidade de Porto Alegre



GABRIELLE OLIVEIRA DE ARAUJO

PORTO ALEGRE

2015

GABRIELLE OLIVEIRA DE ARAUJO

Por que Criticam?

*Etnografia do conflito pela moradia popular em tempo de Copa do Mundo
FIFA na cidade de Porto Alegre*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas.

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira de Araujo, Gabrielle

Por que Criticam? Etnografia do conflito pela moradia popular em tempo de Copa do Mundo FIFA na cidade de Porto Alegre / Gabrielle Oliveira de Araujo. -- 2015.

130 f.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Moradia Popular. 2. Conflitos Fundiários. 3. Resistência. 4. Copa do Mundo 2014. 5. Etnografia.
I. Kunrath Silva, Marcelo, orient. II. Título.

GABRIELLE OLIVEIRA DE ARAUJO

Por que Criticam?

Etnografia do conflito pela moradia popular em tempo de Copa do Mundo

FIFA na cidade de Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Aprovada em 30 de março de 2015.

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva – Orientador

Prof. Dr. Arlei Sander Damo – PPGAS/UFRGS

Prof. Dr. Guilherme Waterloo Radomski – PPGS/UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos – PPGS/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos moradores das Vilas de Porto Alegre impactados pela Avenida Tronco que, embora em uma situação de fragilidade, sempre se mostraram receptivos e com força de vontade para a luta. Em especial, gostaria não só de agradecer, mas de dedicar esta dissertação a Seu Zé, “meu avô postiço que a vida se encarregou de nos unir”, e a Orley, que com seu “abraço de mãe” não me deixou passar frio em Belo Horizonte.

Agradeço aos militantes das organizações que fizeram do Comitê da Copa de Porto Alegre mais do que um espaço de luta: um espaço de trocas intensas entre conhecimentos, pensamentos e experiências coletivas. Obrigada em especial a Cláudia, Fernando, Leandro, Maxwell, Cris, Lúcio, Raquel, Letícia, Felipe, Márcia e Cecília.

Agradeço a Juliana e Anelise, duas grandes colegas-amigas com trabalhos lindos e inspiradores.

Agradeço ao meu companheiro de profissão e vida: Mário. Sem a força, o carinho e a disposição dele em me apoiar, incentivar, secar as lágrimas e fazer as correções de última hora eu jamais teria chegado ao ponto final.

Agradeço ao Professor Marcelo pela dedicação na orientação deste trabalho e ao Grupo de Pesquisa Associativismo, Engajamento e Contestação, do qual faço parte. Valeu Galera!

Agradeço aos meus colegas de mestrado que sempre torceram por mim: Gabriel, Rodrigo, Fabrício, Ricardo e Heloísa.

Agradeço também aos professores do PPGS que durante os dois anos de mestrado se mostraram além de profissionais dedicados e éticos, bons e sinceros amigos. Obrigada: Marilis, Cotanda e Sandro.

Agradeço aos professores que fizeram parte da banca que aprovou esta dissertação: Guilherme, José Carlos e Arlei, profissionais de referência para mim.

E por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos meus amigos e família, que são tudo para mim: Mãe, Pai, Ari, Dani, Ana, Andréa, Gabiru, Carolina, Guilherme e muitos outros.

*Pela poesia dos nomes de favela
A vida por lá já foi mais bela
Já foi bem melhor de se morar
Hoje essa mesma poesia pede ajuda
Ou lá na favela a vida muda
Ou todos os nomes vão mudar
(Paulo Cesar Pinheiro)*

RESUMO

Esta pesquisa analisa o conflito urbano em torno da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. Tal conflito teve início no ano de 2010, quando as promessas governamentais em torno de um Projeto de Nação passaram a se materializar em projetos e planos urbanísticos de qualificação da infraestrutura local para a realização do evento esportivo. As reconfigurações políticas, sociais e jurídicas dos processos decisórios estatais provocam um amplo processo de deslocamento compulsório em escala nacional. É a partir desta problemática que um conjunto de organizações plurais passa a se articular na construção de um processo de crítica aos significados e à legitimidade das intervenções estatais para a Copa 2014, dando origem à Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Tal conflito se expressa a partir da denúncia das remoções forçadas, as quais dão início a embates públicos acerca do direito à moradia. Deste modo, esta pesquisa acompanha os desdobramentos deste conflito a partir do acompanhamento do ponto de vista e da dinâmica de atuação do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre, buscando compreender como se deu a construção e publicização das críticas que fundamentam as diferentes formas de resistência à moradia popular às remoções relacionadas aos projetos da Copa do Mundo 2014 na cidade de Porto Alegre. Ancorando-se numa perspectiva etnográfica da política vivida embasada na abordagem pragmatista, a qual aposta na instabilidade do social e na existência de uma pluralidade de formas de interpretar situações de disputa, objetiva-se deslocar a pesquisa do plano normativo para a ênfase de dinâmicas políticas e de diferentes sentidos mobilizados em torno da moradia para os sujeitos em contextos situados.

Palavras-chave: Moradia Popular, Conflitos Fundiários, Resistências, Copa do Mundo 2014

ABSTRACT

This research analyzes the urban conflict around the organization of FIFA 2014 World Cup in Brazil. The conflict began in 2010, when the government promises around a Nation Project began to materialize in projects and urban plans of qualification of local infrastructure to carry out the sporting event. The rearrangements in political, social and legal state decision-making processes cause a broad process of compulsory displacement nationwide. It is from this problem a set of plural organizations is to articulate the construction of a process critical to the meaning and legitimacy of State intervention for the 2014 World Cup, leading the National Coordination of Popular Committees Cup. This conflict is expressed from the denunciation of forced evictions, which initiate the public clashes on the right to housing. Thus, this research followed the developments of this conflict from the monitoring point of view and the dynamics of operation Cup People's Committee in Porto Alegre, trying to understand how gave the construction and publicity of the critical underlying the different forms of resistance the affordable housing removals related to the projects of the World Cup 2014 in Porto Alegre. Anchoring is an ethnographic perspective of the lived policy grounded in pragmatic approach, which invests in social instability and the existence of a plurality of ways of interpreting situations of dispute, the objective is to move the normative level research for the emphasis of political dynamics and different meanings mobilized around the house to the subject in situated.

Keywords: Popular Housing, Land Conflict, Resistance, World Cup 2014

LISTA DE SIGLAS

ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base
AEIS – Áreas Especiais de Interesse Social
ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
BB – Banco do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRT - Bus Rapid Transit
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEF – Caixa Econômica Federal
CGCOPA - Comitê Gestor da Copa
CIERGS - Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
CISER (PR) – Secretaria de Controle Interno da Presidência da República
CMCopa – Comissão de Monitoramento dos Efeitos da Copa e dos Megaeventos
COL – Comitê Organizador Local
CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol
CPC – Comitês Populares da Copa
CPC/Cristal – Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, Vila Cristal.
CPC/Tronco – Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, Vila Tronco.
DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação
DP/RS – Defensoria Pública do Rio Grande do Sul
FASE - Fundação de Atendimento Sócio Educativo
FIFA – Federação Internacional do Futebol Associado
FMP – Fundação da Escola Superior do Ministério Público
FSM – Fórum Social Mundial
GECOPA – Grupo Executivo da Copa
GSL – Governança Solidária Local
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
IAB/RS – Instituto dos Arquitetos Brasileiros do Rio Grande do Sul
LPJ – Levante Popular da Juventude
MPF – Ministério Público Federal
MPE – Ministério Público Estadual

MR – Matriz de Responsabilidade
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Teto
NAT/Brasil – Núcleo Amigos da Terra
ONG – Organização não-governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Orçamento Participativo
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC Copa – Programa de Aceleração do crescimento da Copa
PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PIB – Produto Interno Bruto
PISA – Programa Integrado Sócio Ambiental
PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
PPE – Projeto do Pontal do Estaleiro
PPP – Parceria Público-Privada
PT – Partido dos Trabalhadores
SECOPA – Secretaria Extraordinária da Copa
SMG – Secretaria Municipal de Gestão
STJFB/RS - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal Brasileiro do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. É TEMPO DE COPA DO MUNDO FIFA NO BRASIL.....	29
2.1 PROMOVENDO A COPA E A NAÇÃO.....	31
2.1.1 CONSTITUINDO PARCERIAS À PROMOÇÃO DO MEGAEVENTO: O PROCESSO DE DEFINIÇÃO DO BRASIL COMO PAÍS DA COPA 2014.....	32
2.1.2 A COPA DO MUNDO FIFA: O MAIOR EVENTO DE FUTEBOL DO MUNDO.....	35
2.1.3 UM PROJETO DE NAÇÃO BRASILEIRA.....	39
2.2 A EMERGÊNCIA DA CRÍTICA: O CONSENSO PÁTRIO DOS BENEFÍCIOS DA COPA 2014 EM DISPUTA.....	45
2.2.1 A ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA.....	46
2.2.2 A LUTA PELO DIREITO À CIDADE E A DINÂMICA DE ATUAÇÃO DA ANCOF NAS ARENAS PÚBLICAS.....	52
3. OS EMBATES PÚBLICOS LOCAIS.....	62
3.1 PROMOVENDO O EVENTO ESPORTIVO E PLANEJANDO A CIDADE DE PORTO ALEGRE.....	70
3.2 ERA SÓ UMA BELA FIGURA PARA ENCHER OS OLHOS.....	79
3.3 O COMITÊ POPULAR DA COPA DO CRISTAL E A LUTA COLETIVA PELO DIREITO À MORADIA.....	84
4. PONTOS DE VISTAS E DINÂMICAS PLURAIS EM SITUAÇÃO DE REMOÇÃO À COPA 2014.....	100
4.1 OS LUTADORES DO DIREITO À MORADIA.....	100
4.2 O ENCONTRO COM A FAMÍLIA DE DONA MARIA	108
4.3 CONVERSANDO COM ANA LÚCIA.....	113
4.4 O “NÓS” E O “ELES” DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA TRONCO NEVES/POSTÃO.....	116
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
ANEXOS.....	133

1. INTRODUÇÃO

No Encontro Nacional dos Atingidos por Megaeventos, ocorrido em junho de 2014, em Belo Horizonte, uma das sedes brasileiras dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, ouvi José Araújo falar ao microfone o motivo de sua participação neste evento:

Mostrar para as pessoas que nós precisamos ir para as ruas lutar e que possamos amanhã dizer para os nossos filhos: nós brigamos, quase morremos, mas estamos aqui cientes de que cumprimos com a nossa obrigação, para que as nossas famílias hoje sejam respeitadas como nós não fomos antigamente.

Conhecido como Seu Zé, ele esteve à frente de uma batalha com as instituições e autoridades públicas brasileiras pelo direito à moradia das famílias ameaçadas pelo avanço de grandes obras de infraestrutura urbana para a Copa 2014 sobre territórios populares em Porto Alegre. Sendo um dentre os milhares de brasileiros que tiveram os seus planos de vidas interrompidos pelos projetos e obras urbanas preparatórias para a realização do evento esportivo Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, ele se tornou símbolo da luta pelo direito à moradia em Porto Alegre. Este reconhecimento resultou do seu engajamento intenso com o Comitê Popular da Copa desta cidade, a principal rede política local de resistência à Copa (sobre a qual falarei com mais detalhes em seguida), participando de reuniões semanais e de ações em arenas públicas, relatando a história da sua região de moradia e sua experiência em viagens nacionais e internacionais organizadas pelos representantes das organizações sociais nas quais se constituía como porta-voz da situação que ocorria com os moradores que viviam no local onde seria construída uma avenida.

O referido encontro dos atingidos pelo megaevento ocorreu às vésperas do início do Mundial e fora organizado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), principal rede política que protagonizou ações de contestação à Copa no Brasil. O evento teve como objetivo principal reunir “comunidades atingidas” no que reivindicavam ser o seu “direito à moradia” pelos projetos urbanos especiais decorrentes do evento esportivo, proporcionando um momento de compartilhamento entre histórias e experiências de lutas locais. Seu Zé representava as famílias atingidas pela duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre e, assim como ele, pessoas de dez das cidades sedes do megaevento se revezaram no microfone para contar as suas histórias de luta. A *briga* a qual ele faz menção refere-se ao processo organizativo de lutas coletivas travadas com os governos locais pelo reconhecimento das famílias ameaçadas pela Copa 2014 como *sujeitos de direitos*.

A expressão *nossas famílias*, a qual ele também faz referência, adquire neste processo um sentido singular: Não são quaisquer famílias, mas núcleos de pessoas que habitam em assentamentos informais e, deste modo, não possuem a titulação legal dos terrenos onde construíram suas casas. São, neste sentido, os moradores dos espaços da cidade denominados de vilas e favelas e que se encontram vulneráveis socialmente em relação à ocupação da terra urbana, numa situação latente de ameaça de “deslocamentos compulsórios” (Magalhães, 2013) conforme os interesses do Estado e de outras instituições com poderes de intervenção nos rumos do planejamento urbano das cidades. Utilizo-me o termo “deslocamentos compulsórios” para designar

O processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma ação externa. (Magalhães, 2013, p 14)

Assim, refiro-me à situação de ameaça, envolvendo dimensões de involuntariedade e constrangimento, que se vê atualizada concretamente com os processos decisórios estatais em torno da realização da Copa do Mundo 2014. A promoção estatal do evento esportivo como oportunidade de desenvolvimento da cidade altera a gestão da ilegalidade no espaço urbano: enquanto o Estado administra a ausência de titulação legal às moradias estabelecidas há anos em um espaço que se torna alvo de uma obra de um projeto de reestruturação urbana, uma parte dos moradores alia-se a movimentos sociais específicos utilizando-se de manifestações e da reivindicação de direitos jurídicos como forma de contestação às intervenções arbitrárias do poder administrativo local nas possibilidades e condições de vida destes. Por este motivo, iniciei esta dissertação com a fala de Seu Zé: como um instrumento de inteligibilidade de como experiências singulares se articulam em mobilizações coletivas de contestação a uma política de Estado.

Tendo em vista acompanhar a dimensão processual dessa contestação, realizei uma pesquisa etnográfica junto às redes políticas que se articulavam na constituição de uma rede interlocal de mobilização coletiva contestatória aos efeitos dos processos decisórios estatais para a concretização do evento esportivo. Entre idas e vindas, com diferentes inserções temporais, permaneci em contato com os diversos grupos entre o período de 2011 até o final de 2014¹. Sendo assim, o centro da analítica dessa pesquisa será as relações conflitantes entre

¹ Como primeiro resultado deste campo empírico, eu defendi, no final de 2011, o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, intitulado “Dinâmicas da ação Coletiva: uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatório em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre”. Neste desenvolvo em mais detalhes o histórico da luta pela

instituições públicas e grupos e indivíduos que resistem às reconfigurações políticas, jurídicas e sociais provocadas pelos processos decisórios para a organização e realização do megaevento Copa do Mundo FIFA no Brasil. Assim, buscarei analisar ao longo da dissertação como se dá a construção do conflito em torno do acesso à moradia decorrente das exigências e “oportunidades” desse evento esportivo, com ênfase na luta coletiva pela permanência dos moradores na região de intervenção das obras da Avenida Tronco².

Debates e embates da Copa do Mundo FIFA 2014: constituindo arenas públicas de disputa dos significados das operações estatais

A realização da Copa do Mundo FIFA 2014 como ação do Estado foi publicizada como um momento privilegiado para o Brasil, oportunizando concretizar importantes projetos de estruturação urbana e, ao mesmo tempo, alçar o país como uma grande potência internacional. A dimensão nacional do evento apresentava-se como um ponto estratégico de um Projeto de Nação, na medida em que os fluxos de investimentos beneficiariam todas as regiões do país, dotando as cidades sedes, as quais são também capitais estaduais, de infraestrutura urbana e civil moderna e promovendo a geração de empregos e renda. Neste sentido, a realização do megaevento era representada como uma era de oportunidades para o planejamento da nação, deflagrando uma série de projetos, programas e obras arquitetônicas e de engenharia urbanísticas nas cidades sedes.

As cidades planejadas para a Copa 2014 foram orquestradas pela configuração de um aparato institucional específico, articulando as esferas estatais – municipal, estadual e nacional – com as entidades esportivas detentoras dos direitos sobre a competição visando ações estratégicas de planejamento e promoção do sucesso do evento. Esta nova coalizão política aglutinada em torno da produção do espetáculo esportivo passou, deste modo, a informar o conjunto de práticas governamentais acerca da provisão de políticas públicas urbanas e das possibilidades de desenvolvimento econômico do país, incidindo diretamente nas dinâmicas sócio-espaciais das cidades brasileiras, alterando os fluxos e usos do espaço

moradia em Porto Alegre e situou outras redes políticas organizadas que foram importantes na construção de um processo de mobilização contestatório na cidade.

² Destaco como leitura complementar e fundamental a este trabalho, a dissertação de Juliana Mesomo, “Cotidiano em Suspensão: Remoção de populações e mobilização coletiva no contexto da duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre” e a tese de Anelise Gutterres “Resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)”. Ambos os trabalhos, que foram defendidos no final de 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, são muito próximos das discussões empíricas aqui presentes e foram realizados no mesmo período desta dissertação – inclusive, eu compartilhei momentos do campo de pesquisa com estas pesquisadoras.

urbano. A Copa 2014 pode ser compreendida, desta perspectiva, como um evento político que passa a operar como referência normativa e valorativa das práticas estatais que incidem sobre a estruturação dos territórios urbanos brasileiros.

Neste amplo processo de reestruturação do país, os promotores do evento se empenharam fortemente na produção de um imaginário social dos benefícios pátrios da Copa 2014, amparados simbolicamente na grande paixão nacional, o futebol, como expressão da união da diversidade brasileira. No entanto, o que não foi discutido e tampouco figurou nos documentos institucionais firmados entre os poderes públicos brasileiros foi a necessidade da violência “para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do velho” (HARVEY, 2012). As promessas, ao se materializarem nos projetos urbanos locais de transformações para as cidades tinham um custo, um alto custo: a desterritorialização de milhares de pessoas que habitam vilas e favelas brasileiras. Para que as grandes e modernas obras pudessem concretizar os “interesses do país”, comunidades inteiras necessitavam ser removidas sob o signo da urgência temporal do evento. É, pois, neste ponto em que as moradias populares tornam-se objeto de intervenções diversas que a história de Seu Zé (e tantos outros) adquire sentido.

O relato com o qual eu iniciei esta Introdução compôs parte de um repertório de narrativas e práticas políticas que emergiram em decorrência das implicações das intervenções estatais nas dinâmicas sociopolíticas e nas formas de vidas das pessoas que residiam em áreas nas quais os novos projetos urbanísticos foram projetados. Foi com o objetivo de provocar uma ruptura no processo de silenciamento sobre os efeitos das decisões para a Copa 2014 nas políticas urbanas, resultantes em deslocamentos compulsórios em escala nacional, que se formou uma resistência organizada (a ANCOP), dando início a uma série de disputas e conflitos territoriais entre instituições públicas e organizações sociais. Tendo como referência normativa a pauta dos direitos humanos, a ANCOP passou a atuar na construção de um espaço de enunciação pública das remoções forçadas, instaurando um processo de crítica que tensiona a realidade de sentido performada pelos promotores do evento. A produção de um contraste crítico às visões e práticas dos planejadores das cidades da Copa 2014 expressa o caráter aberto e complexo dos processos de definição das políticas urbanas, delineando um momento em que a moradia passa a ser alvo não apenas das intervenções governamentais, mas de intensos embates públicos.

A configuração deste momento conflituoso é o enredo principal do qual esta dissertação trata. O ponto do qual ele surge para mim como temática de pesquisa decorre da minha incursão empírica junto aos integrantes do Comitê Popular da Copa da cidade de Porto

Alegre (CPC/POA), o qual se caracterizou por ser um espaço de mobilização coletiva que surgiu frente aos efeitos sociourbanos das intervenções estatais para a realização do evento na cidade, tendo como especificidade ser fruto da parceria entre moradores ameaçados de remoção pelas obras da Copa 2014 e militantes de diferentes organizações engajados em lutas sociais. Este núcleo de resistência se formou na região Cristal, no início da zona sul de Porto Alegre, tendo como referência a sede do Quilombo do Sopapo – um Ponto de Cultura³ que desenvolve atividades comunitárias com jovens e adultos moradores das Vilas localizadas nesta região.

O evento específico que deu origem à constituição deste coletivo foi o anúncio pelo poder público municipal da Matriz de Empreendimentos a ser realizada e concluída até o ano de 2014, conforme o cronograma dos jogos do Mundial. Publicizada em meados de 2010, a Matriz correspondia a um plano de qualificação da malha viária da cidade, no qual a ação prioritária era o conjunto de obras para a duplicação da Avenida Tronco, justificada pela sua proximidade ao estádio oficial do evento esportivo. No entanto, o projeto viário vinha associado ao que a Prefeitura denominou de *um projeto urbano-ambiental de recuperação de ampla área de vulnerabilidade social da cidade*, o qual significava, em outros termos, uma política de deslocamento compulsório dos moradores de assentamentos informais localizados nos terrenos de interesse do eixo traçado para a avenida passar. Projetado em uma extensão de mais de cinco quilômetros, o eixo viário atravessa três bairros (Cristal, Santa Teresa e Medianeira), da zona sul de Porto Alegre, tendo como percurso um território que abriga oito conglomerados de vilas – Cristal, Divisa, Cruzeiro, Maria, Silva Paes, Gaston Mazzeron, Tronco e Comercários -, resultando na composição de um público alvo de 1525 famílias a serem removidas.

Como referido acima, o núcleo de resistência se formou na região Cristal, num dos extremos da avenida, mobilizando moradores da Vila Cristal e da Vila Divisa, configurando o CPC/Cristal, o qual deu início a um processo de mobilização e reivindicação coletiva pelo direito à moradia das famílias atingidas pelas obras da avenida. Foi na sede do Quilombo do Sopapo, em meados do ano de 2011, quando comecei a participar das reuniões semanais e atividades de mobilização coletiva do CPC/Cristal, que eu conheci seu Zé e passei a acompanhar a sua trajetória de luta, o qual acabou se tornando um dos meus principais interlocutores no campo de pesquisa. Deste modo, a partir da minha participação como pesquisadora no Quilombo do Sopapo entrei em contato com esse universo social específico,

³ Pontos de Cultura é um programa do governo federal que promove o estímulo de iniciativas culturais da sociedade civil por meio de convênios firmados a partir de chamadas públicas. Mais informações disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>. [acessado em fevereiro de 2015]

complexo e plural de negociações e resistências às concepções e práticas estatais em torno da provisão de moradias para as famílias a serem deslocadas para dar lugar às obras para a realização do evento esportivo.

Da situação de ameaça até o início da retirada das famílias, acompanhei de perto algumas das experiências vivenciadas pelos moradores em meio às mudanças impostas aos seus cotidianos. Embora a minha pesquisa empírica tenha sido realizada junto aos sujeitos com disposições à resistência organizada crítica, acompanhar o CPC/POA era estar em constante interação com outras redes políticas locais, às quais se buscava mobilizar, aliar ou contestar e, ao mesmo tempo, era estar presente em situações circunstanciais desdobradas pelas intervenções do poder público municipal, o que me colocava em contato, por diversas vezes, com o conjunto mais amplo de famílias, suas justificativas e modos singulares de resistir e solucionar a problemática acerca das suas moradias.

Sendo assim, esta dissertação é resultado de uma experiência etnográfica nos universos de sentido pelo qual a moradia popular passou a circular no tempo da Copa do Mundo FIFA realizada no Brasil no ano de 2014. O problema de pesquisa aqui desenvolvido refere-se à compreensão de como se deu a construção e publicização das críticas que fundamentam as diferentes formas de resistência à moradia popular às remoções relacionadas aos projetos da Copa do Mundo 2014 na cidade de Porto Alegre. Neste sentido, abordarei o diagrama de relações entre narrativas, pontos de vistas e ações articulados empiricamente por diferentes redes políticas e sujeitos envolvidos em disputas e negociações no qual o evento Copa 2014 passa a figurar como elemento definidor da realidade social.

Contribuições e Especificidades da Pesquisa:

O objetivo principal desta dissertação é contribuir com discussão sociológica e política acerca dos conflitos urbanos contemporâneos no Brasil, envolvendo projetos e programas de desenvolvimento das cidades e a gestão estatal de setores sociais reduzidos à condição de público-alvo destas políticas. Neste sentido, a análise do processo de disputa envolvendo políticas de deslocamento compulsório visa, particularmente, tratar das possibilidades e condições de agência dos grupos subalternos no controle e participação dos processos decisórios envolvendo suas condições (presente e futuras) de vida. Esta questão se mostra pertinente na medida em que circunstâncias assim delineiam situações limites em termos de alteridade social, em que setores da sociedade são percebidos e representados política e publicamente como sujeitos circunscritos à sorte das arbitrariedades e violências estatais

como mecanismo de prover bem-estar a toda à população. Uma espécie de “paranoia coletiva que transforma bairros populares reais complexos e singulares em espaços homogêneos, lugar do “Outro”, de uma alteridade percebida como passível e necessitada de ser interventada” (SOARES, 2014).

Questões envolvendo políticas de provisão de infraestrutura e desenvolvimento urbano implicando em deslocamento populacional são parte de uma ampla literatura acadêmica (CALDEIRA, 1984; MARICATO, 2000; SILVA, 2004; ANJOS, 2006; ALFONSIN, 2008) que têm se dedicado à análise dos processos políticos urbanos brasileiros, nos quais a desigualdade fundiária é uma das maiores expressões das desigualdades sociais do país. Os conflitos fundiários (CAFRUNE, 2010), envolvendo o uso e apropriação do solo urbano, são definidores de um universo específico: moradores de favelas, ou vilas como se denomina em Porto Alegre. Estes termos (favela/vila) são parte de um repertório histórico utilizado como parâmetro valorativo e normativo que organiza a descrição dos lugares onde os pobres moram no Brasil. Conforme Soares (2014) a definição da favela, mobilizada por diferentes grupos da sociedade, tem vindo a ser, ao longo do processo de urbanização das cidades brasileiras, sinônimo de muitas coisas: precariedade, insalubridade, pobreza, perigo, mas também fonte da revolução desejada.

Os discursos oficiais sobre as favelas estão intrinsecamente relacionados aos processos institucionais de intervenção urbana e são historicamente situados. Se, nos anos 1960, as favelas eram lócus de intervenção estatal para a promoção da modernidade brasileira, imperando a remoção e extermínio destes territórios das áreas centrais da cidade⁴, nos anos 1980 e 1990 o parâmetro normativo balizador das intervenções estatais passa a ser a promoção da cidadania a partir de processos de urbanização e regularização fundiária. A chegada dos anos 2000 tem sido definida como um momento de reconfiguração e transformações (analíticas, teóricas e políticas) sobre a questão urbana e social no Brasil.

Assim, embora tenham ocorrido profundas mudanças tanto nos parâmetros que embasam as ações estatais nas favelas e vilas, não sendo mais possível falar em política de reassentamento sem atentar para questão normativa dos direitos sociais e humanos, quanto nos processos de produção do espaço urbano brasileiro, que legaram uma situação de melhoram qualidade da infraestrutura urbana nesses espaços sociais, isto não significou que os territórios da cidade deixaram de espelhar a pontiaguda e segregativa hierarquia

⁴ Um claro exemplo disto foi à política de remoções desenvolvida pelo Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre na década de 1970, que tinha como lema "Remover para Promover".

socioeconômica e urbana imperante na sociedade brasileira e a configuração de um amplo processo de vulnerabilidade civil (KOWARICK, 2009). Nas palavras de Telles (2010, pg. 12)

Se antes a questão urbana era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 60/70) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 80), agora os horizontes estão mais encolhidos, o debate é em grande parte conjugado no presente imediato das urgências do momento, o problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com os problemas da gestão urbana e a pesquisa social parece em grande parte pautada pelos imperativos de um pragmatismo gestor das políticas sociais voltadas às versões brasileiras dos *quartiers difficiles*.

Neste processo de profundas transformações que tem modificado o debate social, político e acadêmico acerca das modalidades de intervenção e relação entre políticas públicas urbanas, governos e sociedade, o fenômeno da atração e promoção dos megaeventos esportivos tem adquirido centralidade⁵. Este fato tem gerado uma ampla literatura internacional (PILLAY; BASS, 2008; NEWTON, 2009; RENAUD, TRUDELLE, 2011) e nacional (RAEDER, 2009; MASCARENHAS, BORGES, 2009; GAFFNEY, 2010; VAINER, 2011), dedicada ao estudo da relação entre megaeventos e desenvolvimento urbano das cidades, enfatizado as intencionalidades e implicações negativas em torno destes processos. Central nestas discussões é a relação entre a execução de empreendimentos de qualificação urbana e os impactos nas políticas habitacionais dos setores populares. Neste sentido, os megaeventos têm se configurado como mecanismos estatais de remoção populacional de áreas centrais da cidade, dando lugar as grandes obras de engenharia e arquitetônicas. Tais processos têm resultado na emergência de conflitos entre os grupos dominantes e setores subalternizados da sociedade. De maneira geral, a analítica em torno dos megaeventos traz a gestão das cidades e os conflitos territoriais para o centro do debate. Ao enfatizarem os impactos sociais e urbanos suscitados pelas obras públicas associadas às competições esportivas, os pesquisadores têm reatualizado temas sociais e políticos importantes: projetos de desenvolvimento urbano, políticas públicas de remoções populacionais, violação de direitos humanos e conflitos políticos.

Se o pensamento remocionista atual se dá em um contexto diferente (democrático e de direitos) do que imperou no regime militar brasileiro, no qual o problema nas favelas eras resolvido à força (MEIRELLES & ATHAYDE, 2014: 47), não é menos verdade que neste

⁵ O Brasil, em particular, vem sendo, na última década, palco de diferentes megaeventos esportivos. Em 2007, a cidade do Rio de Janeiro recebeu a XV edição dos Jogos Pan-Americanos; no ano de 2013, seis cidades brasileiras receberam a Copa das Confederações, a qual foi seguida pela realização da maior competição esportiva mundial Copa do Mundo FIFA 2014, que teve início no mês de julho do presente ano, com jogos em doze cidades brasileiras; por fim, em 2016, o Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos.

novo processo de ampla desterritorialização de comunidades a força de expulsão seja também utilizada, embora por meio de outros mecanismos. No cenário atual de promoção do megaevento são as obras e projetos de (re)estruturação urbana necessários ao evento e “fundamentais” ao país - que provocam/justificam o deslocamento compulsório em uma escala nacional de famílias que habitam favelas e vilas.

Neste sentido, a analítica do acontecimento da Copa 2014 se mostra interessante para a compreensão da configuração e dinâmica destes conflitos. Em primeiro lugar, porque reconfigura o ambiente normativo, político e temporal em que são formuladas e executadas as políticas públicas urbanas, possibilitando analisar quais as narrativas e ações costumam uma coalizão política dominante sobre os sentidos e significados dos rumos do desenvolvimento urbano no país e como ela vem a ser legitimada ou tensionada por outras perspectivas sociais e políticas. Este momento singular proporciona a problematização do que está sendo produzido atualmente nas tramas urbanas e políticas dos embates entre as fronteiras do legal e do ilegal, do moderno e do precário, do normal e do subnormal, expressando um cenário de intensa produção de uma violência que intervém diretamente na vida das pessoas que habitam favelas.

Em segundo lugar, as possibilidades dos setores sociais diretamente impactados com as obras urbanas da Copa 2014 se fazerem ouvidos nos espaços políticos-públicos tem relação direta com a forma como eu me propus a abordar a temática dos conflitos urbanos: a partir do ponto de vista dos sujeitos sociais em conflito em seus contextos de interação e experiência cotidiana, isto é, através de uma etnografia do conflito em situação. A opção por esta perspectiva resultou do objetivo de deslocar a análise do plano normativo para a ênfase descritiva dos processos constitutivos da dinâmica de mobilização coletiva contestatória e dos sentidos da ação política para os sujeitos envolvidos nos conflitos. Desse modo, viso interrogar a configuração e dinâmica do conflito a partir de uma perspectiva próxima e situacional aos territórios e populações circunscritas por políticas de deslocamento compulsório.

A etnografia realizada se baseia na perspectiva analítica proposta por Quirós (2014) denominada de política vivida, a qual define uma maneira específica de produzir conhecimento entendida como o estudo e a compreensão do social como um processo vivo.

La política vivida, con el que procure designar menos un objeto y más una actitud o disposición etnográfica y analítica: estudiar la política vivida no quería decir otra cosa que atender a la política que mis interlocutores de campo [...] hacían ordinariamente. [...] Em términos de estratégia etnográfica, este princípio se tradujo en un seguimiento privilegiado y

sistemático del hacer de mis interlocutores, es decir, de las actividades, rutinas e interacciones cotidianas en y a través de las cuales creaban, transformaban, desahacían y reaccionaban sus relaciones, prácticas, pertenencias, espacios y organizaciones políticas [...]. (Quirós, 2014: pg. 8)

Neste sentido, Quirós propõe uma etnografia do “fazer da política”, considerando não apenas o que as pessoas dizem, mas *como* o fazem. Ao interrogar *como fazem*, o objetivo é dar estatuto epistemológico a tudo aquilo que estamos em condições de captar e perceber em virtude e por intermédio de nossa vivência com os outros (QUIRÓS, 2014, p.9). A questão do *como* abre a analítica para uma investigação de caráter processual e à apreensão empírica da dinâmica da política vivida.

Neste ponto, me distancio da “literatura dos megaeventos” (citada acima) que, ao partir de uma perspectiva normativa e polarizada dos interesses que permeiam a realização de tais megaeventos, acaba por obscurecer uma gama de dimensões centrais à compreensão de processos complexos e heterogêneos que eles envolvem. Enfatizando a dimensão conflitual entre diferentes atores políticos envolvidos no processo de produção do espaço urbano, os autores remetem a uma relação que dicotomiza intencionalidades e ações, contrapondo aqueles que se engajam na defesa de uma cidade democrática aos que agem na implementação de uma cidade privada e empreendedora. Sinteticamente, poderíamos dizer que a literatura que tem se formado em torno desta temática parte do pressuposto da naturalização da Copa 2014 como um problema público que gera impactos para a sociedade brasileira. Tal perspectiva resulta da delimitação da análise que centra o megaevento na relação entre governos e movimentos, sem considerar os significados diversos para um amplo conjunto de grupos sociais e políticos.

A etnografia realizada é ancorada, de maneira geral, na perspectiva teórica e epistemológica denominada de “virada pragmatista francesa” (CEFAI, 2009, 2011; BOLTANSKI, 2011, 2000; LATOUR, 2012) a qual tem figurado progressivamente nas pesquisas sociológicas brasileiras (CORRÊA, 2012; FREIRE, 2013; MAGALHÃES, 2013). Segundo destaca Daniel Cefai (2009), a expressão “virada pragmatista francesa” tem sido utilizada para delimitar um conjunto de experimentações que, embora divergentes em muitos aspectos, participaram de um movimento de refundação das ciências sociais, marcada pela retomada da herança pragmatista norte-americana (especialmente de John Dewey, William James e George Mead), de ressonâncias fenomenológicas e da etnometodologia de Harold Garfinkel. Este movimento teórico tem como pano de fundo comum a interlocução crítica com a teoria do conhecimento sociológico formulada por Pierre Bourdieu (2000), provocando

importantes deslocamentos teóricos e metodológicos de modo a reconfigurar a forma de conceber o processo de produção do conhecimento sociológico.

As questões que eu gostaria de reter aqui é a associação destes autores com o pragmatismo como possibilidade de desconstruir o lugar privilegiado do sociólogo, propondo uma espécie de sociologia simétrica e a recusa de um postulado metafísico de partida sociológico como definidor das ações que produzem o mundo social. No entanto, as consequências das associações ao pragmatismo levam a caminhos diferentes. Para este trabalho nos interessa seguir a abordagem pragmatista crítica desenvolvida por Luc Boltanski no livro “On Critique: Sociology of Emancipation” e associá-la ao enfoque pragmatista de Daniel Cefai (2009) acerca da construção de problemas públicos e processos de mobilização social.

Boltanski (2014) se contrapõe à teoria da dominação de Bourdieu, pois considera que ela se centrou demasiadamente na explicação dos mecanismos de servidão voluntária, dando pouca atenção aos momentos em que as pessoas se revoltam e no porquê elas se revoltam. Desse modo, Bourdieu teria legado ao sociólogo o papel crítico de desvelador da “verdade” das condições dos atores sociais resultando no desaparecimento do próprio sujeito. A partir da perspectiva de Boltanski (2014, pg. 220) não há um corte radical entre conhecimento comum e conhecimento científico:

A Sociologia faz uma ciência da ciência, uma epistemologia. Ela faz explicitamente a ciência implícita que os atores sociais têm do mundo social. Então, a diferença entre conhecimento comum e conhecimento científico não é uma diferença de essência, mas de qualificação ou nuance: ambos são formas de conhecimento sobre o mundo social.

É a partir desta perspectiva que o autor propõe uma Sociologia da Crítica⁶, cujo interesse central é o estudo das disputas e conflitos sociais, buscando pensar em algumas situações específicas (os momentos críticos) as relações de força entre a justificação e à crítica (dimensões morais) e vice-versa. Desse modo,

(...) não podemos considerar somente as intenções escondidas e inconscientes dos atores, mas também o que eles dizem. Isso é o mínimo que podemos fazer para reconhecê-los, para reconhecer sua posição normativa, seu ponto de apoio normativo – aquilo que nomeávamos tradicionalmente como “valores” (BOLTANSKI, 2014, 221).

⁶ Mais recentemente, Boltanski (2011) no livro “On Critique: Sociology of Emancipation” buscando fornecer ferramentas para reduzir as tensões entre a sociologia pragmatista da crítica e a sociologia crítica, retoma as rupturas e continuidades com a sociologia crítica de Bourdieu, reelaborando o tema da dominação e o exercício crítico da sociologia a partir do ponto de vista dos atores.

A configuração desta epistemologia pragmática pluralista possui importantes consequências à teoria do conhecimento sociológico ao propiciar a abertura para uma teoria dos mundos em ação. Conforme Doddier (1991, p. 106)

Desde que aceite a existência simétrica de diferentes mundos de ação, perde-se a segurança crítica daqueles que creem em um só mundo e, portanto, numa única realidade. Mas ganha-se outra, assumindo como perspectiva para o trabalho sociológico a de mostrar tensões que resultam de confrontações entre mundos diferentes. Esta perspectiva desenha uma nova configuração das relações que se estabelecem com as pessoas.

Outra consequência importante é a forma de lidar com o tempo histórico – já que a “Sociologia da Crítica” advoga pela reconstrução das competências críticas dos atores em situação.

Para Boltanski (2009) as contribuições da abordagem pragmatista à sociologia tem sido sublinhar a incerteza que ameaça os arranjos sociais e, portanto, da fragilidade da realidade social. No entanto, o autor identifica como limite desta perspectiva a ênfase demasiada na habilidade dos atores sociais em reduzir esta incerteza do mundo a partir da naturalização de uma vontade de cooperação dos atores sociais. Deste modo, esta espécie de “absolutismo do acordo” tem se constituído num obstáculo para a sociologia das operações críticas. Conforme Boltanski:

Em efeito, isto levou a uma primazia as descrições baseadas na aparência fenomênica de um acordo, enquanto subestimou a incerteza e inquietação que continuamente assombram a vida social e que se tornam claras em situações de disputa quando a crítica é implantada. Tem sido argumentado que a invocação de um senso comum muitas vezes tinha um caráter reativo, especialmente no que diz respeito a moralidade, para neutralizar posições teóricas que, tomando a forma de ceticismo ou relativismo, alegadamente pavimentavam o caminho para a crítica. O apelo ao realismo moral, a superveniência e ao senso comum levou a enfatizar que todo mundo iria chegar a um acordo. [...] Mas este movimento, ao mesmo tempo em que, de fato, têm o efeito de explicação para processos que reduzem a incerteza, no entanto, tende a minimizar a importância do desacordo e da disputa e, com ele, a incerteza que ameaça constantemente o curso da vida social. (Boltanski, 2011: pg. 54)⁷

Com efeito, Boltanski propõem suspender a evidência de um senso comum e colocar a questão da consistência do mundo social a partir de uma posição original aonde uma incerteza radical (do tipo semântico e deodôntica) prevalece (BOLTANSKI, 2011, p.57). Assim, a intenção do autor é:

[...] levar a sério este mal-estar constante no que diz respeito ao que existe e ao que vale, o que, em estado latente nas situações onde a ordem

⁷ Tradução minha.

aparentemente reina, é expresso com força em momentos de disputa. Eu espero que, assim, possa apreender a relação entre ordem e crítica. Eu mantenho que a crítica apenas torna-se significativa com respeito a ordem que ela põem em crise, mas também, reciprocamente, que os sistemas que garantam algo como a preservação de uma ordem só se tornam totalmente significativo quando se percebe que eles baseiam-se em constante ameaça, ainda que de forma desigual consoante as épocas e sociedades, representadas pela possibilidade de crítica.⁸

Ao propor abandonar a ideia de um acordo implícito, Boltanski argumenta sobre a existência de uma pluralidade de pontos de vistas e interpretações divergentes que possuem dificuldades de conceber e alçar um acordo entre seres humanos (2011, pg. 59). Deste modo, a perspectiva de Boltanski reforça a centralidade do conflito entre pontos de vista divergentes às análises e incorpora-se à crítica sociológica apoiada no ponto de vista dos sujeitos sociais (FLEURY, 2013).

Daniel Cefai articula o tema dos problemas públicos e das mobilizações coletivas ao propor uma perspectiva pragmatista que possibilite analisar as atividades de coletivos sobre acontecimentos públicos de maneira compreensiva e não-normativa. As suas reflexões colocam elementos novos que conduzem a reelaborar os temas da experiência e da situação, de um lado, e do coletivo e do público, de outro (CEFAI, 2009)⁹. De maneira geral, Cefai (2011) propõem um deslocamento da análise dos movimentos sociais que, em vez de partir de estruturas econômicas, social e políticas pré-construídas ou postular um tipo de racionalidade estratégica *a priori*, atenta-se para o *contexto de experiência dos atores em situações problemáticas*. A ênfase no *contexto de experiência* em detrimento de tipologias de organizações (tais como movimentos sociais ou sociedade civil) pressupõe a desubstancialização dos coletivos e visa mostrar, através dos processos de coordenação, interação ou comunicação em situação como os atores *se transformam em atores*, criam organizações e fazem política e quais operações eles mediam. Desse modo, não haveria apenas um tipo de racionalidade e nem um só tipo de legitimidade em jogo em uma mobilização coletiva, mas sim uma “multiplicidade de regimes de compromisso e justificação” (BOLTANSKI 2000 apud CEFAI 2011). Assim, segundo Cefai (2009, p. 23)

A pragmática dos regimes de ação é uma incitação a desenvolver o esforço de descrever e analisar, em situação, a grande confusão de lógicas de

⁸ Tradução minha.

⁹ Sua proposição de um modelo teórico alternativo ao campo da sociologia da ação coletiva através de uma síntese teórica de diversas escolas, tais como a Sociologia Fenomenológica (Schutz e Luckmann), Interacionismo Simbólico (Strauss e Becker), Narrativa Hermenêutica (Ricoeur), Análise de Quadros (Goffman) e diversos autores da sociologia pragmática francesa.

racionalidade e de legitimidade que se imbricam em seus cursos de ação, e de decifrar os modos de organização da experiência de seus atores e espectadores.

Nesse sentido, compartilho com a perspectiva deste autor quando ele considera que para compreender as mobilizações coletivas é necessário seguir a formação de problemas públicos ao longo das batalhas políticas, polêmicas midiáticas, controvérsias, processos judiciais e disputas associativas, reconstituindo arenas públicas com suas cenas, repertórios e auditórios e os processos de definição e resolução de problemas públicos. A discussão sobre problemas públicos parte do pressuposto de que estes não são “nem fatos puros, nem fatos mentais” (CEFAI, 1996) isto é, não resultam de uma realidade objetiva e nem de mente de indivíduos. Antes, eles seriam construídos e estabilizados, tematizados e interpretados em tramas de pertinência que ocorrem em um horizonte de interação e interlocução. Assim, as suas existências estão em jogo em uma dinâmica de produção e recepção de histórias descritivas e interpretativas, bem como soluções propostas (CEFAI, 1996).

Dessa maneira, são nas diversas arenas públicas articuladas através dos discursos elaborados e ações públicas dos atores coletivos que os problemas públicos são constituídos. As arenas públicas seriam os “locais” de encenação de performances diante de um público, caracterizadas por serem “universos pluralísticos” que envolve uma multiplicidade de perspectivas, opiniões, modos de vida e jogos de linguagem em comunicação e confronto (CRUZ; FREIRE, 2003). De maneira geral, a arena pública:

[...] não se inscreve em um espaço e em um tempo uniforme, mas se desdobra em uma multiplicidade de cenas públicas, onde cada uma possui um registro de justificação, e compostas de atores que analisam as situações para a elas se ajustar. (CRUZ; FREIRE, 2003, p. 94) .

Nesta dinâmica de construção e recepção de problemas o aspecto principal destacado pelo autor é o processo de publicização, isto é, o processo de tornar público às problemáticas definidas. O ato de publicizar é um processo dinâmico de interpretação, mobilização e participação, no qual os atores enquadram e reenquadram suas ações e narrativas em diferentes situações e com diferentes interlocutores. Os atores coletivos, segundo Cefai (1996), também têm que enfrentar incidentes nas decisões ou negociações que modificam as coordenadas de uma posição ou parâmetros de um problema, que redistribui o mapa de saliências e que distraem a atenção do público para novos tópicos. E realizar atividades de tradução, isto é, a transferência de informações empíricas para a cena pública de maneira a fazer sentido.

A partir da abordagem pragmática crítica de Boltanski que propõem como ponto central das relações sociais as situações de disputa e com ela a divergência entre pontos de vista e dos conceitos de arena públicas de Cefai que dessubstancializa as organizações de produção política, esta pesquisa aborda os embates em torno da definição da significação do megaeventos esportivo elemento definidor da realidade urbana brasileira. A ênfase recai sobre as possibilidades da crítica (entendida como processo) de operar sobre a perspectiva dominante de significação colocando-a a prova, em crise e transformando os termos da realidade definidos por ela (os promotores do evento). É sobre a pertinência desta “realidade” que a rede de contestação se encontra engajada, agindo a partir dos efeitos pragmáticos das operações concretas das autoridades públicas. Fazendo emergir um novo registro sobre o tempo da copa do mundo na cidade: a ordem urbana injusta. A crítica em ação nas arenas públicas, o processo de construção de um espaço de enunciação pública (processo de enunciação) das remoções forçadas de modo a explicitar as arbitrariedades das instituições políticas na conformação da realidade da Copa na cidade. Construindo um espaço alternativo em termos de significados e de possibilidades de ação para as famílias.

Assim, partindo da análise deste contexto específico de experiência (do espaço da crítica pública), procuro explorar as conexões estabelecidas com outras redes e pontos de vista que se encontram envolvidas no conflito e as mutações que decorrem destas interações e de elementos circunstanciais. Ao adotar uma perspectiva pragmatista, aposto na instabilidade do social e na combinação complexa entre mundos de ação, o que implica não encerrar-se numa concepção, pois ela está em movimento e interação com outras experiências e expectativas. O ato de se fazer presente e de adquirir sentido envolve comunicação com um conjunto mais amplo de perspectivas, das quais contesta, resiste, mas também se alia e busca convencer e se associar. Deste modo, ao atentar para a dinâmica da rede de contestação visio reconstituir os diferentes pontos de vista em conflito.

Estrutura da Dissertação

O primeiro capítulo é dedicado a situar as principais redes de mediação pública que passaram a atuar no processo de definição sobre os significados e legitimidade da produção de uma ordem urbana a partir do evento esportivo Copa do Mundo FIFA, de modo a explicitar como a categoria de moradia popular se transforma em objeto de intervenção e estatal e em ferramenta de luta pelo direito à cidade. No segundo capítulo discorro especificamente sobre

os embates públicos ocorridos em Porto Alegre a partir das ações desenvolvidas pelo Comitê Popular da Copa desta cidade em torno da dinâmica de mobilização coletiva de contestação ao plano urbanístico planejado para a Copa. O objetivo é analisar como o conflito se expressa em sua dimensão concreta, tendo em vista que é no nível local que o evento esportivo se atualiza em planos e projetos urbanos, tornando-se referência de sentido e de práticas na composição do território urbano. Desse modo, analisa-se o modo como os dispositivos estatais de produção do espaço urbano envolvendo política de deslocamento compulsório são tensionados e resistidos de maneira organizada e pública. Já o capítulo III é dedicado a descrever diferentes situações em campo que transbordam, tensionam e complexificam a luta coletiva por direitos como forma de enquadrar e resolver situações sociais de conflito entre indivíduos e autoridades públicas. Neste sentido, procuro explorar as conexões estabelecidas entre o Comitê com outras redes e pontos de vista que se encontram envolvidas no conflito e as mutações que decorrem destas interações e de elementos circunstanciais, de modo a reconstituir diferentes pontos de vista e agenciamentos em conflito.

**

Antes de finalizar esta introdução, eu gostaria de retornar novamente ao Encontro Nacional dos Atingidos, evento com o qual iniciei esta dissertação, para falar não do seu Zé, mas da minha participação e envolvimento no processo de conflito. No último dia do encontro, no momento de encerramento das atividades, um círculo de cadeiras delimitava o espaço que seria o palco dos relatos finais. Enquanto definiam-se os relatores a partir dos eixos de discussões que haviam orientado os debates durante o evento, eu aproveitava para registrar com a minha máquina fotográfica os últimos momentos do meu campo de pesquisa. Fui interrompida por Cláudia, integrante do CPC/POA: “Vai lá nega, pega o microfone. Tu consegue!”. A sua fala tinha como objetivo me encorajar ao papel de relatar as discussões em torno das violações do direito à moradia provocada pelos empreendimentos da Copa 2014.

Não me lembro das palavras ditas, apenas da confusão de sentimentos que me envolveram. Depois de mais de três anos de pesquisa sobre a contestação à Copa no Brasil, era eu que portava o microfone. O relato ao qual fui designada não correspondia a uma fala acadêmica, mas a um registro político enquanto *apoiadora das lutas coletivas e comunitárias*. O público ao qual eu falava eram famílias de diversas comunidades de dez cidades sede da copa no Brasil, justamente *os atingidos* pela Copa. Não era a primeira e não seria a última vez: editar vídeos, compor grupos de trabalho, escrever textos de denúncia, vestir (literalmente) a camiseta do movimento nas marchas, dar entrevistas para mestrandos como

especialista indicada pelo próprio movimento, foram ações que fizeram parte também da rotina e envolvimento que mantive durante o campo de pesquisa.



Encontro dos Atingidos, 2014, BH/MG. Foto da autora.



Fala no Encontro dos Atingidos em 2014. Foto da autora.



Eu e Seu Zé, no Encontro dos Atingidos, 2014. Foto da autora.

2. É TEMPO DE COPA DO MUNDO FIFA NO BRASIL

Nos últimos sete anos nós brasileiros vivemos um tempo *sui generis*, demarcado pelo processo de decisão do Brasil como anfitrião dos jogos do maior evento mundial de futebol – a Copa do Mundo FIFA de 2014. Embora para muitos – e eu me arriscaria aqui a afirmar a grande maioria – dos brasileiros os efeitos da temporalidade implicadas na realização deste evento esportivo só tenham sido sentidos ou adquirido algum sentido no ano de 2013, com o ciclo de protestos que ficou conhecido como “As Jornadas de Julho”¹⁰, para aqueles que se encontravam envolvidos com o debate urbano, no meu caso – no papel de pesquisadora – com organizações e movimentos sociais, o processo de definição estatal, iniciado no ano de 2006, em torno da Copa 2014 se apresentava como questão problemática.

Em meio a um conjunto de promessas proporcionadas pela realização do esportivo, a publicização dos grandes projetos de transformação urbana definidos como ações prioritárias para a Copa 2014 expressava outra dimensão temporal para grupos específicos: o tempo da sua moradia. São famílias que, ao habitarem assentamentos informais em terrenos de interesse das obras da Copa 2014, passaram a compor o “público-alvo” de uma política social de reassentamento, numa escala nacional, de modo que as suas situações presentes adentraram ao cronograma do megaevento, provocando alterações sobre as possibilidades de vidas futuras.

Desse modo, a reconfiguração política, jurídica e urbana ensejadas pela realização do evento esportivo possui implicações diretas não só na paisagem das cidades brasileiras, mas atua também sobre as relações sociais dos moradores de vilas e favelas, correspondendo a um momento de quebra dos fluxos cotidianos. Era esta tensão entre mega-projetos e moradia popular que compunha a situação de interação entre organizações sociais e sujeitos ameaçados de remoção no momento em que eu iniciei o meu campo de pesquisa na cidade de Porto Alegre, no final do ano de 2010. Para estes grupos, o tempo da Copa 2014 era interpretado como um momento que ensejava conflitos e mobilização coletiva, de modo a enfrentar o processo de planejamento da cidade que desenhava um cenário de ampla desterritorialização social. Esta perspectiva deu origem a uma articulação política de contestação aos impactos das intervenções estatais na dinâmica sociourbana justificadas pelo evento esportivo. Neste sentido, os efeitos concretos da Copa 2014 se tornavam a medida de um tempo que reconfigurava também as relações políticas na cidade, dando início a

¹⁰ O termo “Jornadas de Julho de 2013” tem sido utilizado para se referir à onda de protestos que tomaram as ruas das cidades brasileiras a partir das reivindicações em torno do transporte público. Em seguida falarei um pouco melhor sobre esta questão. Mais informações ver: #Protestos: análise das ciências sociais (2014).

constituição de um espaço de crítica que objetivava disputar os processos de decisão, intervindo nos rumos das políticas públicas a serem executadas.

É deste contexto mais amplo que surge o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre. Embora sua composição e dinâmica de ações resulte das correlações de força locais, a definição da articulação entre diferentes grupos e sujeitos sociais como Comitê integra a luta local em torno da moradia a um processo nacional de lutas, denominada de Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). Deste ponto de vista a crítica às políticas de remoção é enquadrada na linguagem dos direitos humanos, sobretudo, o direito à cidade e à moradia digna.

Assim, o engajamento na politização das remoções da Copa a partir destes grupos conecta processos mais amplos de planejamento e produção do espaço urbano com a situação vivida pelas pessoas no momento presente, colocando em disputa o modelo de cidade a ser executado e, neste sentido, os embates correspondem a relações de poder entre concepções acerca das definições da produção e apropriação do espaço urbano, estando em jogo aqui, as alternativas à construção da realidade social no Brasil e das práticas políticas democráticas.

Por meio de um repertório de narrativas e práticas em torno dos direitos humanos, ANCOP passa a atuar nas arenas públicas nacionais e internacionais de modo a dar início a uma disputa sobre os significados e legitimidade do evento esportivo enquanto ação do estado brasileiro.

Tendo em vista a exposição acima, este primeiro capítulo é dedicado à exposição das principais coalizões políticas que concorrem no processo de definição pública dos significados do evento esportivo como ação das instituições e autoridades estatais na produção de uma realidade urbana brasileira. É importante ressaltar que a delimitação destes grupos não aborda todas as representações políticas e sociais sobre o tema, mas tem a função de circunscrever o universo empírico do qual esta dissertação trata.

Embora o ponto de partida deste trabalho seja as operações críticas que conformam uma arena de disputas em torno da realização da Copa 2014, só é possível compreender a emergência e a dinâmica da crítica em relação à ordem que ela desafia:

[...] a crítica apenas torna-se significativa com respeito a ordem que ela põem em crise, mas também, reciprocamente, os sistemas que garantem algo como a preservação de uma ordem só se tornam totalmente significativo quando se percebe que eles baseiam-se em constante ameaça, ainda que de forma desigual consoante as épocas e sociedades, representadas pela possibilidade de crítica¹¹. (BOLTANSKI, 2011, p. 58)

¹¹ Tradução minha.

Seguindo esta proposição de que ordem e crítica só se tornam significantes quando concebidas em uma relação dialógica, o texto objetiva descrever e analisar os embates e tensões que emergem no campo neste campo de disputa, situando os pontos de vistas concorrentes na definição do real.

Aqui é importante destacar que a noção de realidade utilizada por Boltanski (2011) refere-se ao âmbito das instituições às quais são consideradas, em primeira instância pela sua função semântica, “como instrumentos de realidade que através de intermediários, em particular, de operações de qualificação de entidades – pessoas e objetos – definem formatos” (pg. 7) orientando-se na direção de permanência e preservação da ordem. Esta proposição decorre do pressuposto de que a organização da vida social é confrontada por uma incerteza radical, de modo que a realidade sofre de uma espécie de “fragilidade intrínseca, necessitando ser constantemente reforçada para perdurar” (pg. 52).

A noção de realidade é, neste sentido, posta em relação à noção de mundo entendido como o lugar da imanência “na qual todo mundo encontra-se capturados, imerso em fluxos de vida, mas sem necessariamente causar experiências enraizadas nela para alcançar o registro da fala” (pg. 57). É com base nos agenciamentos e experiências das incertezas mundanas que as formas críticas delineiam eventos e interpretações que buscam desafiar a realidade das expressões oficiais e comuns, criando situações de disputas.

Considerando estas proposições para o caso em análise, o que se segue é a exposição dos arranjos e enunciados que são articulados na composição de uma coalizão promotora do evento (perspectiva dominante na definição dos significados da Copa para o país) e como estes se tornam elementos de tensão a partir da emergência de redes de contestação que põem em disputa o sentido da realidade performado pelas instituições brasileiras. O material empírico que baseia esta análise corresponde a uma compilação de documentos e informações publicizadas em sites oficiais, relatório de atividades e análises acadêmicas sobre a temática.

2.1. Provento a Copa 2014 e a Nação Brasileira

A candidatura, no ano de 2003, e formalização do país, no final do ano de 2007, como a sede da Copa 2014 foram anunciadas como o início de um período de grandes transformações, que oportunizariam aos brasileiros mostrar ao mundo a sua força e

capacidade, deixando finalmente o desígnio do futuro para trás para se tornarem *o país do presente*¹².

Esta narrativa oficial da Nação do presente é associada à construção de um consenso pátrio do potencial simbólico e material da Copa 2014 como oportunidade de desenvolvimento do país e da melhoria das condições de vida da população brasileira. Desse modo, a responsabilidade assumida pelo governo federal perante a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), entidade detentora dos direitos em torno da competição, de organizar o Mundial é traduzida a partir de um conjunto de referências cognitivas e valorativas visando produzir uma disposição coletiva ao sucesso do evento e dos interesses do país.

A disposição das instituições e autoridades públicas brasileiras em promover a organização e a realização da Copa 2014 como ação de Estado provoca reconfigurações temporais e jurídicas nos processos de definição dos horizontes das políticas públicas urbanas.

Ao adquirir o direito de se associar à produção do espetáculo esportivo, o Governo Federal compromete seu plano de ações às exigências da FIFA, resultando na configuração de um aparato institucional específico para o tempo do evento.

2.1.1. Constituindo parcerias à promoção do megaevento: O processo de definição do Brasil como país da Copa 2014

As decisões sobre a Copa do Mundo FIFA 2014 tiveram início no ano de 2000 quando os dirigentes da entidade esportiva decidiram instituir um sistema de rodízio intercontinental dos países e cidades a sediarem o Mundial. Neste processo de descentralização, definiu-se que a competição a ser realizada em 2014 deveria ocorrer em um país da América do Sul. Deste modo, a recomendação dos potenciais anfitriões ficou a cargo da Confederação Sul Americana de Futebol (CONMEBOL) – entidade regional membro da FIFA que congrega dez associações nacionais de futebol sul-americanas. Conforme Damo (2012), a candidatura do Brasil à CONMEBOL foi feita em 2003, por Ricardo Teixeira, presidente na época da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) – entidade local privada que administra os campeonatos de futebol no Brasil e a seleção brasileira de futebol masculina. Notícias divulgadas na imprensa dão conta de que além do Brasil, a Colômbia e a Argentina teriam manifestado interesse em se candidatar, no entanto, teriam desistido de ir adiante, resultando

¹² Frase que figurou nos discursos de Lula e Dilma.

na indicação pela CONMEBOL à FIFA, em março de 2003, do Brasil como candidato único a vaga do Mundial de 2014.

Esse processo de definição coincidiu com o período de importantes mudanças na coalizão política à frente do Governo Federal brasileiro. Após três tentativas frustradas (nos anos de 1989, 1994 e 1998), Luís Inácio Lula da Silva finalmente saiu vitorioso das eleições presidenciais ocorridas no dia 27 de outubro do ano de 2002. Líder do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido de esquerda que estivera até então sempre na oposição, Lula figurava o início de uma nova fase na história do país com promessas de grandes mudanças para o futuro do Brasil.

Em meio a este cenário de mudanças políticas no país é que se constituem as articulações, negociações e ajustamentos políticos em torno da realização da Copa de 2014. Os esforços institucionais à consolidação da candidatura do Brasil para o Mundial foram protagonizados pelas alianças com as entidades esportivas estabelecidas pelo Governo Federal, na figura de Lula, durante os seus dois mandatos (2003-2006; 2007-2010) como Presidente da República.

No entanto, é só no final do primeiro mandato de Lula, no ano de 2006, que as negociações entre o Governo Federal e entidades integrantes da FIFA tomaram forma mais definitivas. Embora o Brasil fosse candidato único, para se tornar oficialmente o país da Copa era necessário formalizar em um projeto de governo as ações a serem implementadas e executadas para o evento e a assinatura de um termo de comprometimento do Estado brasileiro perante as exigências da entidade para o evento esportivo. Neste sentido, no dia 1º de novembro de 2006, o Governo Federal assinou um decreto¹³ que institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a elaboração do projeto de candidatura do país a Copa do Mundo FIFA de 2014. Conforme o artigo 1º, a instituição do Grupo de Trabalho tem como objetivo:

elaborar plano estratégico e definir ações, de competência do Governo Federal, visando o cumprimento das exigências estabelecidas pela Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA, para que o país possa candidatar-se como sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. (art.1º).

A composição do GTI compreendia representantes de diversos órgãos federais (Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Justiça; Ministério das Cidades; e

¹³Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn11042.htm [acessado em fevereiro de 2015]

Ministério do Turismo), coordenados pelo Ministro dos Esportes, e a CBF, na condição de entidade desportiva.

Doze dias após a criação do GTI, a CBF, por meio do seu presidente, Ricardo Teixeira, oficializa a candidatura do Brasil junto à FIFA e, no início de 2007, a entidade torna-se oficialmente o Comitê organizador local – representando a FIFA no processo de planejamento e da entrega das condições ideais e operacionais para a Copa do Mundo FIFA. Dando mais um passo na confirmação do Brasil, em 15 de junho de 2007, Lula assina o documento que garante o atendimento por parte do Governo Federal de onze exigências da FIFA, todas referentes ao âmbito jurídico. É importante destacar já de início que, ao se tornar o país anfitrião, o Brasil adquire o direito de se associar à imagem da Copa do Mundo, pertencente juridicamente à FIFA, a partir da responsabilidade de organizar as cidades brasileiras que receberão os jogos tendo como parâmetros as exigências do porte do evento e como temporalidade o cronograma dos jogos.

Tendo as responsabilidades sido assumidas pelos representantes brasileiros, uma comissão de vistorias da FIFA dá início, em 22 de agosto de 2007, a visitas às dezoito cidades brasileiras¹⁴ que se candidataram a sedes dos jogos do Mundial. A visita tinha dois objetivos: avaliar a infraestrutura local e estabelecer parcerias com os estados e municípios. Este último é um elemento estratégico importante, pois, embora o núcleo de coordenação do evento se localize no âmbito nacional, são as cidades sedes os destinos dos jogos e seus públicos e onde o projeto urbanos adquirem suas formas concretas.

Em 30 de outubro de 2007, a mídia nacional e internacional voltava sua atenção à cidade de Zurique, na Suíça, onde ocorria a cerimônia realizada pela FIFA para o anúncio oficial do país anfitrião dos jogos da Copa do Mundo FIFA de 2014. Era oficial: o Brasil tinha adquirido o direito de sediar a maior competição de futebol do mundo. As notícias ressaltavam o fato sem muitas expectativas, pois afinal o Brasil tinha sido candidato único, sendo a cerimônia uma espécie de rito burocrático. No entanto, mais do que revelar um nome, o evento tinha como principal finalidade oficializar o comprometimento do Brasil perante os integrantes da FIFA e do resto do mundo com o cumprimento das responsabilidades relacionadas à organização de um evento de sucesso. Logo após o anúncio, Lula proferiu o seu discurso:

Eu dizia ao presidente [da FIFA] Blatter, antes de começar esta reunião, que o fato de o Brasil ter sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014

¹⁴ Foram definidas 18 cidades brasileiras (todas capitais de Estados) como pré-candidatas a sede dos jogos do Mundial de 2014: Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Maceió (AL), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP). Informação disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/futebolDireitosTorcedor/copa2014/sumarioExecutivo.pdf> [acessado em março de 2015].

era motivo de muita alegria e de muita festa, mas, sobretudo, era motivo para que nós regressássemos ao Brasil sabendo o que está pesando nas nossas costas: muito mais responsabilidade do que quando nós chegamos aqui [...] Eu quero tranquilizar os dirigentes da FIFA. Essa não é uma responsabilidade do atual presidente – que já não serei mais em 2014 –, não é apenas responsabilidade do presidente da Confederação, não é apenas responsabilidade dos governadores que estão aqui. No fundo, no fundo, nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com a sua estabilidade conquistada. Somos um país que tem muitos problemas, sim, mas somos um país com homens determinados a resolver esses problemas.¹⁵

A decisão estava tomada, o Brasil mais do que o direito assumiu a responsabilidade com o processo envolvendo a 20ª edição do grande espetáculo esportivo Copa do Mundo FIFA de 2014. A partir deste momento, uma nova coalizão política é formada envolvendo entidades privadas esportivas, sobretudo a FIFA, e instituições e autoridades públicas brasileiras.

Embora, os promotores do evento compartilhem o objetivo comum de produzir um grande evento de sucesso, os interesses, responsabilidades e resultados esperados são de naturezas distintas. O evento adquire diferentes sentidos para os grupos e demanda diferentes ações, de modo a influenciar na perspectiva dominante do modelo a ser implementado a partir da temporalidade da Copa, provocando alterações nas políticas públicas urbanas.

2.1.2. A copa do Mundo FIFA: o maior evento de futebol do mundo

Somos famosos por organizar a maior competição de esporte único no mundo: a Copa do Mundo da FIFA™.¹⁶

A Copa do Mundo FIFA é por definição a maior competição esportiva internacional de esporte único, envolvendo a disputa quadrienal entre seleções nacionais masculinas de futebol com o objetivo de se consagrarem campeões mundiais. O campeonato é idealizado e organizado por dirigentes e membros da FIFA, organização internacional privada que detém o monopólio legal em torno da realização do evento esportivo. Os contornos atuais do Mundial transcendem em muito o universo futebolístico, envolvendo intrincadas relações com o mundo dos negócios e o mundo da política (DAMO, 2012), correspondendo a uma das principais expressões dos megaeventos esportivos contemporâneos (OLIVEIRA, 2012).

¹⁵ Disponível em: WWW.biblioteca.presidencia.gov.br/ [acessado em março de 2015]

¹⁶ Disponível em: <http://www.fifa.com/portuguese-language-message.html> [acessado em fevereiro de 2015]

A FIFA se originou em 1904, na França, de uma articulação entre Associações de Futebol europeias de sete países membros (Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça), num período de expansão e popularização do futebol na Europa. A parceria tinha como intuito padronizar e oficializar as regras do futebol profissional para a realização de torneios esportivos internacionais. Desta nova articulação resultou a proposição - pelos dirigentes da FIFA - de criar uma competição nova e independente de futebol. Nasce, então, a Copa do Mundo FIFA. Desde então, a FIFA passou a constituir um sistema de regras completamente autônomo e cada vez mais profissional que viria a reger o mundo dos campeonatos por ela organizados (OLIVEIRA, 2012).

O torneio da Copa do Mundo FIFA teve a sua primeira edição em 1930 e foi sediado pelo Uruguai, país latino americano que naquele momento celebrou o centenário da sua independência juntamente com o título de primeira Nação a vencer uma competição da Copa do Mundo FIFA. Exitosa nesta primeira competição, a Copa do Mundo passou a ser realizada periodicamente (a cada quatro anos), tornando-se conhecida e reconhecida mundialmente e constituindo-se progressivamente como parte do calendário mundial e do imaginário esportivo, político e sociocultural da contemporaneidade. Este sucesso da entidade FIFA na apropriação e institucionalização do futebol profissional tem resultado na progressiva difusão e reconhecimento mundial do modelo de competição idealizado por ela. Conforme Ramos (2011), a FIFA é reconhecida como a entidade máxima que rege e administra o futebol profissional mundial, exercendo uma função de liderança e desempenhando exitosamente o papel que se propõe de comandar e desenvolver o futebol no mundo. O poder de administrar o futebol mundial passa pelo estabelecimento de regras de quem e como pode participar dos torneios profissionais internacionais. Neste sentido, só participam seleções nacionais de membros filiados à instituição e que devem respeitar as regras em campo (como exemplo, as regras de arbitragem) e as regras fora do campo (como exemplo, as transações comerciais de jogadores).

Atualmente sediada em Zurique, na Suíça, a FIFA é a principal entidade que supervisiona diversas federações, confederações e associações relacionadas com o futebol (profissional) no mundo. Ela é composta por 209 federações nacionais filiadas, as quais representam a FIFA nos seus países e, desse modo, assumem a responsabilidade de respeitar os Estatutos da FIFA e de promover e administrar localmente o futebol a partir dos princípios e ideais da entidade. As Federações nacionais são as entidades máximas de futebol no nível local – e detêm os direitos sobre as seleções nacionais masculinas e femininas - e integram as seis Confederações Continentais (Ásia; África; América do Norte, América Central e Caribe;

América do Sul; Oceania; Europa) que são responsáveis por administrar o futebol profissional e os torneios regionais.

Com o objetivo expresso no seu estatuto de exercer o controle de todo tipo de Associação de Futebol (OLIVEIRA, 2012), a FIFA desenvolveu uma complexa estrutura organizacional responsável pelas decisões sobre a organização das competições e das leis que as regem. Esta estrutura é composta hoje, principalmente, pelo Congresso (órgão legislativo), pelo Comitê Executivo (órgão executivo), pela Secretaria Geral (órgão administrativo), pelos 25 comitês permanentes que auxiliam o comitê executivo e pelos órgãos jurídicos (comitê disciplinar e o comitê de recursos). Conforme Oliveira (2012), o poder decisório da entidade é centralizado na Presidência e no comitê executivo, operando sob o controle restrito de um seleto grupo de quinze membros indicados pelos representantes das confederações continentais e de quatro associações britânicas (OLIVEIRA, 2012).

As federações nacionais compõem o Congresso da FIFA, órgão legislativo da entidade, o qual possui atribuições de eleger o Presidente e os membros do comitê executivo e de aprovar e alterar os estatutos e principais regulamentações e de aprovar orçamentos e contas. A estrutura organizacional citada acima é dedicada, sobretudo, a auxiliar na organização da Copa do Mundo FIFA, pois é esta competição que garante o sustento financeiro e os lucros da entidade - correspondendo a 87,25% das receitas da FIFA (OLIVEIRA, 2012). Os recursos gerados pela competição advêm, em grande medida, do potencial do futebol em mobilizar uma grande audiência local e mundial, decorrentes do grande número de turistas que se deslocam aos locais das competições para assistir os jogos e dos espectadores que participam a distância por meio da televisão, rádio e Internet. Potencial que levou a Copa do Mundo FIFA a se tornar o maior acontecimento midiático da história mundial (RAMOS, 2011).

São justamente estes pilares de sustentação da entidade que são também os principais produtos que ela oferece ao mundo: a paixão pelo futebol como geradora de uma imensurável publicidade internacional – e é justamente neste ponto que a Copa do Mundo FIFA extravasa as fronteiras do campo futebolístico e se transforma num grande evento mundial capaz de atrair um conjunto mais amplo de atores interessados em se envolver com a agenda dos jogos.

Identifico primeiramente os patrocinadores e parceiros comerciais, multinacionais de diferentes tipos (alimentício, automobilístico, midiático, telefonia, etc.), que estabelecem relações com os integrantes da FIFA mediante o pagamento de uma determinada quantia de dinheiro para ter o direito de exclusividade de se associar à marca e identidade visual da FIFA, bem como ter o direito de transmissão (parcial ou total) dos jogos.

Ressalto que uma das especificidades da Copa do Mundo FIFA é que, embora exista uma regularidade periódica definida, a dimensão espacial está sempre em aberto, ocorrendo deste modo a cada quatro anos em localidades diferentes. Neste sentido, um elemento essencial para que a competição ocorra é o estabelecimento de parcerias da sua entidade organizadora com países que estejam dispostos a se tornar anfitriões dos jogos da competição. Esta disposição está também relacionada ao protagonismo da FIFA na venda de seus produtos, a qual mobiliza um conjunto amplo de promessas em torno da categoria de legados a fim de convencer Governos Nacionais a se associarem a competição. Neste sentido, a relação da FIFA com os parceiros comerciais não difere muito da relação que ela estabelece com os países anfitriões, pois o que está em jogo em ambos os casos é o direito de se associar à imagem e aos produtos que a entidade detém. A especificidade, no entanto, refere-se às responsabilidades assumidas pelos países anfitriões – exigência de que os governos se responsabilizem pelos investimentos financeiros da organização dos jogos (OLIVEIRA, 2012) e se comprometam a atenderem os requisitos jurídicos ditados pela FIFA.

É importante destacar que a possibilidade de um Estado-Nação se vincular a competição resulta, em grande medida, do potencial de persuasão da FIFA - de convencer os países da grande oportunidade do evento para o desenvolvimento local. Como afirma Damo (2013), ela não tem o poder de obrigar ninguém a sediar a Copa do Mundo e pela própria dinâmica da escolha de um anfitrião poderíamos afirmar que ela não tem interesse de se firmar como uma entidade que coage seus parceiros. Neste sentido, para que um país adquira o direito e as responsabilidades de organizar os jogos é preciso se candidatar como potencial anfitrião, apresentando um projeto de candidatura que seja capaz de demonstrar que o país tem condições de logística e infraestrutura para receber um evento do porte da Copa. Está em jogo também a disposição em atender as exigências da FIFA em torno dos modelos de estádios e também das regulamentações legais necessárias a garantir a manutenção do lucro da entidade e seus parceiros comerciais. Desse modo, o processo de candidatura e escolha de um país anfitrião se apresenta como uma disputa legítima entre países arbitrada pelos membros da FIFA. É a partir desta primeira disputa que uma Copa do Mundo FIFA tem início. Garantido a dimensão espacial dos jogos, FIFA e seus representantes, parceiros comerciais e país sede passam a se engajar na promoção local da competição como um evento de sucesso.

Em termos pragmáticos, o evento Copa do Mundo é para a FIFA a possibilidade do seu sustento e a manutenção da sua legitimidade mundial como provedora dos interesses do futebol. Como gestora de um grande e lucrativo empreendimento comercial, que tem se aperfeiçoando progressivamente, o papel da FIFA é garantir o seu próprio sucesso econômico

e dos seus parceiros comerciais. O qual é exercido a partir dos seus cadernos de encargos e listas de exigências jurídicas, políticas e de infraestrutura urbana.

2.1.3. Um projeto de Nação Brasileira

As narrativas do Governo Federal

Como dito anteriormente, as decisões sobre a candidatura do Brasil ao Mundial se deram num novo momento político do país, demarcado pela vitória de Lula à presidência. O fato inédito de um presidente vinculado à esquerda e aos movimentos sociais suscitava muitas controvérsias e expectativas sobre os rumos de desenvolvimento do país. Lula é sempre lembrado pela sua trajetória como sindicalista nos tempos em que era metalúrgico em São Paulo, destacando a origem popular do presidente. No discurso da cerimônia que o formalizou como presidente Lula afirmou: “Eu que tantas vezes fui acusado de não ter um diploma superior, ganho o meu primeiro diploma, o diploma de Presidente da República de um país”¹⁷. A fala tinha uma carga simbólica importante: a sua vitória não era a vitória de um indivíduo, mas a vitória de um povo, onde todos sem restrições poderiam almejar ser presidente. Assim, pela primeira vez na história do Brasil havia sido eleito um chefe de Estado com traços e experiências semelhantes com a maior da população brasileira.

Este novo governo autointitulado de popular é marcado pela narrativa de uma nova fase na história do país a qual tem como principais aspectos práticos o combate à fome por meio de expansão de programas sociais, a conciliação entre crescimento econômico e distribuição de renda e a redefinição do papel do país na geopolítica internacional. O projeto de governo de Lula é associado a um novo modelo de desenvolvimento econômico (SOARES, 2013), fundamentado na perspectiva da construção de um Estado-Nação moderno. . Tal perspectiva tem sido materializada através da forte atuação do poder público por meio de programas de financiamento e subsídios para a execução de megaprojetos de reestruturação urbana e de serviços nas diferentes regiões do país (SILVA; CARVALHO, 2013; SOARES, 2013; LASCHEFSKI, 2014).

Conforme Sorares (2013), o atual crescimento do país é, particularmente, fomentado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelas obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os quais contribuem para a expansão do emprego e da renda da população, bem como para um novo ciclo de

¹⁷Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u43554.shtml> [acessado em fevereiro de 2015]

desenvolvimento da construção civil e da produção imobiliária. Central também nesta ampla reestruturação governamental é a noção de competitividade internacional que tem balizado as ações governamentais, ocasionando uma forte articulação entre diferentes níveis de governo para que o país assuma um papel crescente no cenário internacional (LASCHEFSKI, 2014).

Tanto em termos discursivos quanto práticos a perspectiva que emana do governo de Lula acerca de construção de uma nova Nação é fortemente associada ao objetivo de mudança da imagem e do protagonismo do Brasil no Plano externo. Conforme Pereira (2010), os discursos de Lula estabelecem constantemente uma relação estreita e complexa entre imagem externa do país e auto-imagem e auto-estima do brasileiro. Deste ponto de vista, é se projetando no mundo e tendo o reconhecimento dele que o Brasil se tornará uma nação de fato. Ilustra isto a fala de Lula, em 2003, na inauguração de uma Termelétrica em Ribeirão Preto:

Um homem não é marcado pela quantidade de anos que ele vive ou pela quantidade de anos em que ele fica no mandato. Um homem é marcado pela grandeza da sua obra, e a minha obra é recuperar a auto-estima do povo brasileiro e colocar o Brasil no mundo de cabeça erguida, porque nós não somos uma raça inferior, nós somos iguais a qualquer outro no mundo e precisamos entrar nas negociações, sejam políticas, culturais ou comerciais de cabeça erguida. (SILVA, 02/05/2003)¹⁸.

É neste amplo movimento de mudanças das orientações cognitivas, reestruturação urbana e protagonismo internacional como estratégia de governo que a realização da Copa 2014 adquire sentido para o Governo Federal. Em seus documentos e sites oficiais a Copa figura como um momento estratégico do país, possibilitando fluxos de investimentos para a consolidação de projetos estruturantes e a geração de empregos e, ao mesmo tempo, alçar uma nova imagem do país para o mundo. Neste sentido, a Copa é publicizada como a grande oportunidade para impulsionar o futuro da Nação brasileira, legando melhores condições de vida à população brasileira e o reconhecimento internacional da competência do povo brasileiro.

A Copa do Mundo da FIFA é um dos maiores eventos esportivos do planeta. A disputa quadrienal entre as melhores seleções do mundo mobiliza bilhões de pessoas de todos os quadrantes, de todas as culturas. Inflama paixões e, ao mesmo tempo, reduz diferenças, já que os povos dos mais distintos países, durante os 90 minutos de uma partida, criam um laço comum ao compartilhar a mesma emoção, ao mesmo tempo. É um acontecimento raro, sem similar, e por isso digno de reconhecimento universal. Em 2014, o Brasil será novamente a sede do torneio. [...] O objetivo do Governo Federal é coordenar um programa de investimento que transformará algumas das capitais mais importantes do país, de norte a sul e de todas as regiões: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Para todos os

¹⁸Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u48620.shtml> [acessado em fevereiro de 2015]

brasileiros, qualquer que seja o resultado da Copa, ficará um relevante legado em infraestrutura, criação de emprego e renda e promoção da imagem do país em escala global¹⁹.

Neste sentido, destacam-se abaixo alguns trechos elaborados pelos representantes do Governo Federal, no âmbito do Ministério dos esportes, que compõem o conjunto de referências valorativas visando dar coerência e plausibilidade à proposição do evento. O tempo da Copa como ferramenta de mudança social e dos rumos da nação é traduzida como:

1) parâmetro estratégico de grandes transformações econômicas, urbanas e sociais:

“Os grandes eventos esportivos são reconhecidamente uma oportunidade para catalisar planos de investimentos que tenham por objetivo melhorar a infraestrutura e as condições de vida da sociedade.”

“A Copa é mais do que organizar jogos. O país acolheu esta tarefa compreendendo seu caráter estratégico para consolidar uma perspectiva de crescimento econômico de longo prazo, tendo como contraponto de partida o bom momento econômico que o país atravessa.”

“Queremos que o resultado deste trabalho seja o de um país que transformou a Copa do Mundo em um grande legado de desenvolvimento urbano e social para toda nação.”

2) linguagem política que articula o pertencimento a Nação à conquista de credibilidade no plano internacional

“A copa é a maior peça de publicidade que uma cidade e um país pode desejar. A cerimônia de abertura é assistida por pelo menos 3 bilhões de espectadores, mostrando a cultura e as tradições dos organizadores dos jogos, divulgando sua mensagem e construindo uma imagem desejada de um povo.”

“A atenção estará voltada para o país. Reafirmamos a imagem de um país vibrante, democrático e que dá largos passos em busca de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.”

“Consolidação da imagem do Brasil como um país moderno e diversificado com ricas expressões culturais e alta capacidade organizacional.”

3) linguagem simbólica que mobiliza a paixão pelo futebol como expressão de união da diversidade cultural brasileira.

¹⁹ Retirado do Portal da Copa, site oficial do Governo Federal. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/a-copa-de-2014> [acessado em fevereiro de 2015]

“Por que trazer a Copa para o Brasil? Em primeiro lugar porque o futebol é parte fundamental da cultura brasileira e uma de suas mais elevadas expressões”.

“A identidade do país com o futebol pode nos transformar na maior vitrine da história das Copas.”

A configuração de um aparato institucional e as operações práticas

As primeiras ações do Governo Federal visando a preparação do país para a Copa 2014 e a concretização do Projeto de Nação foram dedicadas à realização de pesquisas e estudos técnicos com o objetivo de diagnosticar o cenário nacional de infraestrutura urbana para a elaboração de um plano estratégico de ações e políticas públicas necessárias à realização do evento. Representado pelo Ministro dos Esportes em parceria com o presidente da CBF – representante da FIFA no planejamento local da competição -, foi firmado um termo de cooperação técnica com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB). Esta é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que congrega uma ampla gama de companhias públicas e privadas com o objetivo de atuar no desenvolvimento dos mercados de infraestrutura e indústria de base no Brasil e no fortalecimento da competitividade da cadeia fornecedora de bens e serviços para este setor . Conforme consta no seu site oficial²⁰:

Em uma época que fica nítida a necessidade de acelerar investimentos, a Abdib trabalha para conferir mais agilidade e menores custos às obras de infraestrutura, para fortalecer a competitividade da indústria de bens de capital sob encomenda e para introduzir o modelo de concessão em novas fronteiras da infraestrutura brasileira.

O termo de cooperação técnica, assinado em 13 de maio de 2008, tinha como objetivo delegar à ABDIB a responsabilidade de formular o “Projeto da Copa de 2014”, elaborando estudos e projetos com vistas a subsidiar o Governo Federal, estados, Distrito Federal e municípios no que concerne à infraestrutura necessária para a realização do evento esportivo. Os diagnósticos foram realizados em dezoito cidades brasileiras que tinham se candidatado como possíveis sedes dos jogos. Os técnicos da ABDIB analisaram dados e indicadores referentes a nove modalidades: portos, aeroportos, mobilidade urbana, rede hospitalar, segurança pública, energia, telecomunicações, saneamento básico e rede hoteleira. O resultado da pesquisa foi um diagnóstico comparando do estágio em que se encontram e

²⁰ Disponível em: WWW.abdib.org.br/ [acessado em março de 2015]

apontando os investimentos viáveis e sustentáveis para atingir os patamares adequados para receber os jogos de 2014. A pesquisa foi entregue às autoridades governamentais em março de 2009, tornando-se subsídio para a escolha das cidades sedes, elaboração de projetos e políticas públicas e realização de projeções dos Impactos Econômicos da Copa para o país²¹.

Dois meses após a finalização do estudo, em 31 de maio de 2009, os dirigentes da FIFA reunidos na cidade de Nassau, nas Bahamas, divulgaram o nome das doze cidades brasileiras oficiais do Mundial: Manaus, Cuiabá, Brasília, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Destaco aqui que a definição de doze cidades como palco do Mundial, num eixo sul-norte, resultou do pleito do Governo Federal junto à FIFA com o objetivo de contemplar as cinco regiões do país como destino turístico e de fluxo de investimentos em infraestrutura e negócios. O número, resultante de ajustamento político, foi considerado demasiado pela FIFA²², tendo em vista os esforços necessários para coordenar as obras e demais exigências do evento. Ressalta-se que todas correspondem a capitais estaduais e são consideradas grandes metrópoles brasileiras, estando entre os maiores Produto Interno Bruto (PIB) do país (SOARES, 2013).

Estabelecidas às parcerias, diagnósticos, estimativas e escolhas das cidades sedes, o ano de 2010 foi dedicado à configuração de um aparato jurídico e formalização da estrutura de governanças de modo a ajustar e definir as ações estratégicas e planos urbanos do país e cidades brasileiras com as exigências da FIFA. Assim, decretos, medidas provisórias, leis e pactos federativos foram assinados, materializando um aparato institucional específico para a Copa 2014, tendo como principais pilares a Matriz de Responsabilidade e a Lei Geral da Copa. A descrição destes arranjos e ações será feita aqui com base no 1º relatório elaborado

21 O Ministério dos Esportes formulou um Consórcio da Copa 2014 com o objetivo de contratar consultorias especializadas em gestão de eventos esportivos internacionais para a realização de “serviços de apoio e gerenciamento para a organização e realização da Copa do Mundo”, no âmbito das execuções financeiras. O contrato nº53/2009 foi assinado em 30 de julho de 2009, tendo como contratante o Ministério dos Esportes e como contratada a Value Partner Brasileira Ltda. Esta empresa atuou também no processo de gerenciamento e de avaliação das estratégias na Copa do Mundo da Alemanha (2006) e da África do Sul (2010). O contrato resultou na elaboração de uma estudo macroeconômico dos possíveis impactos diretos e indiretos do evento Copa do Mundo na economia brasileira, indicando os principais componentes da realidade nacional a serem priorizados nos investimentos, de modo a tomar decisões a longo prazo. O estudo apresentou como resultado que os impactos econômicos potenciais resultantes da realização da Copa do Mundo poderiam chegar a R\$ 183,2 bilhões, dos quais R\$ 47,5 bilhões (26%) são diretos e R\$ 135,7 bilhões indiretos (74%). Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/estudoSobreImpactosEconomicosCopaMundo2014.pdf>; e <http://www.portaldatransparencia.gov.br/copa2014/>. [acessado em fevereiro de 2015]

22 Conforme noticiado a FIFA propôs entre oito e 10 cidades sedes, em contraposição o Governo Federal, na figura de Lula queria que fossem 17. Disponível em: <http://trivela.uol.com.br/revelacoes-da-fifa-sobre-escolha-das-sedes-mostram-que-o-problema-da-copa-e-quem-organiza/>; <http://ucho.info/secretario-da-fifa-relembra-que-lula-exigiu-que-a-copa-tivesse-12-sedes-mas-o-povo-prefere-o-silencio> e <http://www.thaisagalvao.com.br/2014/05/10/copa-fifa-culpa-lula-por-numero-recorde-de-sedes-e-diz-que-estrangeiros-vaio-enfrentar-muitos-problemas-no-brasil/>. Acessado em: Fevereiro de 2015.

pelo Ministério dos Esportes, “Balanço da Copa 2014”²³, em janeiro de 2011, sobre a organização e o planejamento dos investimentos para a Copa 2014.

Neste documento (“Balanço da Copa 2014”), a primeira sessão é dedicada a apresentar as garantias que o Governo Federal forneceu à FIFA, assinadas no documento de candidatura do Brasil, assumindo o compromisso de assegurar serviços e isenções fiscais para a execução da organização do evento. No total, foram onze garantias governamentais²⁴, exigindo a atuação de diferentes órgãos federais para que fossem atendidas. Estas fornecem, de maneira principal, as bases jurídicas no tempo do evento, dando origem a Lei Geral da Copa.

A estas exigências jurídicas assumidas pelo Governo Federal somam-se as responsabilidades específicas celebradas entre os representantes da FIFA e as instituições governamentais das cidades sedes em torno, particularmente, dos projetos de infraestrutura e serviços urbanos – estádios e mobilidade urbana principalmente. Neste contexto, foi criado um instrumento de cooperação entre os níveis federais, estadual e municipal de modo a coordenar esforços para o cumprimento de um “projeto único”: a Matriz de Responsabilidade (MR). Conforme consta no site oficial do Governo Federal, “Portal da Copa”²⁵, a MR

trata das áreas de infraestrutura das cidades que receberão os jogos como aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios, segurança, telecomunicações e turismo. Conceitualmente, a MR é um plano estratégico de investimento no desenvolvimento do país. São investimentos que já seriam necessários e que acabaram sendo antecipados e priorizados nas 12 sedes pela oportunidade de realizar uma Copa do Mundo no Brasil. O instrumento tem o objetivo de definir as responsabilidades de cada um dos signatários (União, estados, Distrito Federal e municípios) para a execução das medidas conjuntas e projetos voltados para a realização do Mundial, por meio das ações constantes nos documentos anexos e termos aditivos.

Neste sentido, o documento original, assinado em 13 de janeiro de 2010 pelo então ministro do Esporte, Orlando Silva, e por onze prefeitos e doze governadores (Brasília, uma das cidades-sede, não tem prefeito), definiu as responsabilidades de cada ente federativo no que se refere às fontes de recursos e à execução dos projetos considerados essenciais (estádio, mobilidade urbana, aeroporto, portos, telecomunicações, turismo e segurança) à realização do evento nas cidades sedes, de modo a cumprir as garantias prometidas à FIFA.

A inclusão dos projetos urbanos locais nesta Matriz garante o acesso dos poderes administrativos municipais às fontes de recursos orçamentários federais com condições e

²³ Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/futebolDireitosTorcedor/copa2014/balancoCopa2014.pdf>. [acessado em fevereiro de 2015]

²⁴ Em anexo.

²⁵ Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>. [Acessado em fevereiro de 2015]

prazos especiais. Neste sentido, o Governo Federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento da Copa (PAC Copa)²⁶ com o objetivo de financiar e destinar recursos para as obras estruturantes de desenvolvimento em infraestrutura e serviços urbanos com a condição de que essas estejam concluídas antes do início da competição. A elaboração do Programa fora anunciada como necessária à execução do evento, no entanto fundamental para o desenvolvimento do país, correspondendo aos principais legados materiais da Copa:

Boa parte das obras ajudarão no fluxo de turistas e torcedores durante os jogos da Copa, principalmente as de mobilidade urbana, mas os investimentos não param com o final do grande evento do futebol mundial: a competição termina, os turistas e torcedores voltam para suas casas, mas as melhorias estruturais ficam no país, como grande legado da Copa²⁷.

Para dar conta da complexidade do planejamento do evento esportivo, garantindo as exigências da FIFA e, sobretudo, materializando as promessas do Projeto de Nação Brasileira legadas pela Copa 2014, o Presidente Lula assinou um decreto²⁸, em 15 de janeiro de 2010, que deu origem à Estrutura de Governança e Gestão para o planejamento e execução das ações para a Copa. A Estrutura foi criada visando a articulação dos entes federativos com órgãos públicos e privados e com o COL. A partir deste documento foi instituído o Comitê Gestor da Copa (CGCOPA)²⁹ e o Grupo Executivo da Copa (GECOPA)³⁰, grupos institucionais responsáveis por definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro.

2.2. A EMERGÊNCIA DA CRÍTICA: O consenso pátrio dos benefícios da Copa 2014 em disputa

A profusão de um discurso dos benefícios pátrios da Copa do Mundo FIFA não encontrou um terreno consensual no âmbito do tecido social brasileiro. Em meio aos processos decisórios governamentais em torno da realização do evento esportivo, um conjunto difuso e heterogêneo de grupos, organizações, militantes, acadêmicos, autoridades e sujeitos sociais passaram a se engajar na construção de articulações políticas e mobilizações coletivas, com o objetivo de problematizar e denunciar interesses, negociações e efeitos negativos das

²⁷ Disponível em: <http://www.pac.gov.br/noticia/acc7b92b>. [Acessado em fevereiro de 2015]

²⁸ Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dsn%2014-01-1-2010?OpenDocument. [acessado em Fevereiro de 2015].

²⁹ O CGCOPA é formado por 16 ministérios e sete órgãos de assessoria da Presidência da República, com missão institucional de: definir, aprovar e supervisionar todas as ações necessárias à realização da Copa do Mundo Brasil de 2014.

³⁰ O GECOPA é formado por cinco membros permanentes, responsáveis por coordenar e consolidar as ações, monitorando os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico para a Copa de 2014.

competições para os locais que as recebem. A partir, em grande medida, da produção de diagnósticos sobre o contexto em que os investimentos públicos, projetos e obras são postos em prática pela imbricada relação entre o âmbito político e futebolístico, as mobilizações coletivas contestatórias visam provocar questionamentos sobre o modelo das cidades planejadas para a Copa 2014 e a forma como estas são/foram e têm sido materializadas.

Ao problematizarem as narrativas e ações governamentais, os grupos organizados colocam em questão as possibilidades abertas pelo evento esportivo, as quais são delineadas e naturalizadas pelas instituições públicas como processos estratégicos necessários e desejáveis para o futuro do país e da população brasileira. Desse modo, o tempo da Copa no Brasil é reelaborado em termos de uma situação problemática que enseja conflitos, dando início a embates públicos sobre os significados e a legitimidade acerca das definições das intervenções sociais e urbanas necessárias à melhoria das condições de vida nas cidades brasileiras.

Dentre a ampla gama de redes políticas que se envolveram, direta ou indiretamente, com a problemática da Copa 2014, me dedico aqui à exposição da constituição e atuação da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). A singularidade desta composição política resulta do fato de que ela se constituiu a partir do contexto específico da Copa, com o propósito de atuar diretamente no monitoramento da formulação e execução dos projetos urbanos e na defesa dos grupos “atingidos” pelas intervenções da Copa 2014. Neste sentido, a ANCOP se configura como a principal protagonista das ações coletivas contestatórias durante a organização do evento esportivo no país, colocando em tensão as definições da coalizão promotora. A possibilidade de uma via alternativa ao modelo dominante é embasada normativa e empiricamente na luta por direitos humanos, em especial, o direito à cidade e à moradia digna de moradores em situação de público alvo dos projetos urbanos locais.

2.2.1. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa é uma forma de organização coletiva em rede que reúne Comitês Populares da Copa (CPC) das doze cidades sedes do Mundial. Os CPCs são articulações locais compostas a partir das relações políticas e sociais características de cada cidade. Deste modo, cada CPC agrupa um conjunto particular de organizações e movimentos sociais relacionados às correlações de força existentes e, ao mesmo tempo, às reconfigurações implicadas nos projetos urbanos para a Copa, tendo como

principal alvo de embates os poderes administrativos municipais. A formação da ANCOP teve, assim, como objetivo fortalecer e consolidar estas lutas locais a partir de espaços de convergência e compartilhamento de experiências, compondo agendas de ação comuns. A unificação das lutas, que embora apresentam singularidades, decorre do fato de que os conflitos localizados estão inseridos em um mesmo contexto discursivo e de operações urbanas regidas pelos parâmetros exigidos pela FIFA e implicando em reconfigurações jurídicas, políticas e sociais semelhantes.

A ANCOP foi constituída formalmente em março de 2011, em um evento no Rio de Janeiro, denominado pelos participantes de 1º Plenária da ANCOP, dando início a um processo de nacionalização da crítica à Copa 2014. A formalização do grupo decorreu da articulação de um conjunto de fatores, atores e experiências que tiveram como ponto de encontro a realização de três seminários organizados por movimentos sociais, pesquisadores e acadêmicos envolvidos com a temática urbana. Os seminários ocorreram no final do ano de 2010, momento em que as promessas da Copa 2014 se atualizavam em operações concretas: decretos, leis e planos urbanísticos especiais formulados para adequar as cidades brasileiras às demandas do evento esportivo. É neste cenário, que aos poucos revelava o modelo de desenvolvimento urbano e o modo de implementá-lo com fortes implicações na dinâmica sociourbana, que se dá início ao processo de mobilização coletiva de contestação ao Mundial.

Abaixo uma síntese dos três seminários que vão dar origem a ANCOP:

- 1) O Seminário Internacional: “Impactos Urbanos e Violação de Direitos Humanos nos Megaeventos esportivos”, ocorrido entre os dias 08 e 09 de Novembro de 2010 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), tendo como principais propositores a Relatora da ONU para o Direito à Moradia Adequada e integrantes do Núcleo de Direito à Cidade do Departamento Jurídico XI de Agosto.
- 2) O Seminário “propositivo de articulação das diversas iniciativas locais”, ocorrido nos dias 25 e 26 de novembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de diversas organizações, sendo as principais propositoras: o Fórum Brasil do Orçamento (FBO)³¹, a Assembleia Popular³², a Rede Jubileu Sul³³, a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras

31 O FBO é uma articulação de entidades da sociedade civil, apartidária, que acompanha os processos de elaboração, execução e avaliação do orçamento público da União e trabalha pela defesa, ampliação e garantia da aplicação dos recursos públicos nas políticas sociais, considerando os significados das escolhas políticas que determinam seu resultado e o impacto sobre as políticas públicas. O fórum tem um importante papel no fortalecimento da transparência e controle social dos dados do orçamento público. Mais informações disponíveis em: <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/outros-super%C3%A1vit-prim%C3%A1rio.pdf> [acessado em fevereiro de 2015]

32 A assembleia Popular é uma articulação de forças sociais que se organiza a partir de movimentos sociais e populares, pastorais sociais, redes e fóruns, e setores organizados da sociedade, nos municípios e estados, e também em âmbito nacional, tanto no campo quanto na cidade. Mais informações disponíveis em: <http://www.assembleiapopular.org/> [acessado em fevereiro de 2015]

33 A Jubileu Sul é uma ampla e plural de movimentos sociais, organizações populares e religiosas, política, comunidades e campanhas na América Latina e Caribe, África, Ásia e o Pacífico que lutam pelo cancelamento das dívidas externas e internas, exigindo reparação do dano (humano, social, ambiental, político e econômico) que provoca aos países endividados. A expressão Sul demarca o critério de atuação políticos e ideológicos da rede, considerando que é nestas localizações que se encontram os povos oprimidos e excluídos do mundo todo. Mais informações disponíveis em: <http://www.jubileusul.org.br/> [acessado em fevereiro de 2015]

Multilaterais³⁴, a Associação Brasileira das Organizações não-governamentais (ABONG)³⁵ e a Central de Movimentos Populares (CMP)³⁶.

- 3) Seminário: “O Desafio Popular aos megaeventos esportivos”, organizado pelos movimentos que atuaram na luta dos Jogos Pan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro. Este ocorreu também na cidade do Rio de Janeiro, no dia 26 de novembro de 2011.

Neste primeiro momento, o objetivo principal em realizar estes seminários foi provocar uma discussão sobre o que significava a realização de um megaevento para os países e cidades que os recepcionavam, uma espécie de estudo sobre o fenômeno e suas implicações. Assim, tiveram centralidade neste processo inicial a figura de especialistas, pesquisadores e acadêmicos nacionais e internacionais sobre esta temática. Destaco aqui a atuação de Raquel Rolnik, professora brasileira de urbanismo da USP, a qual desempenhou durante seis anos (de 2008 a 2014) a função de Relatora Especial das Organizações das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada.

Rolnik foi proponente e organizadora do primeiro seminário citado (o seminário internacional sobre o impacto dos megaeventos), desempenhando um importante papel informativo e teórico, de modo a instrumentalizar a luta no campo dos direitos. A sua experiência como relatora internacional dos direitos humanos à moradia a colocou em contato com diversas denúncias de remoção e despejos no âmbito da preparação das cidades e países para sediar megaeventos esportivos, em especial, a Copa do Mundo FIFA de 2010 ocorrida na África do sul. O contato com esta problemática levou Rolnik a fazer um relatório temático³⁷ sobre megaeventos esportivos e o direito à moradia, o qual foi apresentado em 2010, no Conselho de Direitos Humanos. A partir de então, ela passou a se dedicar ao estudo da relação entre estes fenômenos (megaevento e moradia), tornando-se especialista sobre a temática.

Tiveram importância também neste momento, pesquisadores e representantes de movimentos sociais que se dedicaram ao estudo crítico e lutas políticas durante os Jogos Pan-Americanos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2007. O PAN/2007 é

34Esta é uma Organização Não-governamental (ONG) que atua no monitoramento do financiamento ao desenvolvimento e das políticas que nortearam o desenho das instituições e programas vinculados às diretrizes do desenvolvimento nacional e regional no Brasil. Mais informações disponíveis em: https://www.facebook.com/rbrasilifis/info?tab=page_info. [acessado em fevereiro de 2015].

35 A ABONG é uma associação que reúne um conjunto de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atuam em diversas áreas temáticas com o objetivo geral de lutar por formas alternativas de desenvolvimento ambiental e socialmente justas. Mais informações disponíveis em: <http://www.abong.org.br/>. [acessado em fevereiro de 2015].

36 A CMP é uma organização que articula uma diversidade de lutas e movimentos populares (prostitutas, negros, mulheres, crianças, homossexuais, moradores de rua, deficientes, índios, moradores de periferia, sem tetos, entre outros) tendo como eixo central de atuação as políticas públicas com participação popular. Mais informações disponíveis em: <http://cmp-sp.blogspot.com.br/p/historia.html>. [acessado em fevereiro de 2015]

37Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/11/mega_eventos_portugues1.pdf. [acessado em fevereiro de 2015]

referenciando como demarcador de um novo contexto de atração dos megaeventos esportivos no país, tendo sido a sua realização o início de uma produção acadêmica sobre tais fenômenos no Brasil. No contexto do PAN/2007 - o qual envolve, de modo semelhante à Copa 2014, operações de transformação urbana, em um ambiente político e jurídico específico, justificado institucionalmente pela oportunidade do evento esportivo de desenvolvimento urbano - se formou uma articulação social, denominada de Comitê Social do Pan³⁸, a qual atuou no acompanhamento e monitoramento dos impactos sociais e urbanos das intervenções estatais no território do Rio de Janeiro. A atuação deste Comitê se deu a partir do estabelecimento de vínculos com redes locais e nacionais, e também com entidades internacionais que foram criadas com o propósito semelhante: intervir criticamente na implementação desses megaeventos esportivos, fazendo o elo entre a sociedade diretamente afetada e o poder público organizador dos Jogos (BEHNKEN, 2010: 126).

Por meio de uma série de ações e atividades (seminários, reuniões, manifestações públicas, produção de material informativo, denúncias à defensoria pública estadual entre outras) o grupo constituído em torno do Comitê Social do Pan deu início a uma disputa sobre os projetos governamentais de reestruturação urbana e das políticas de remoção populacional justificadas por tais operações. Neste sentido, o grupo conseguiu obter duas vitórias: a primeira foi impedir a remoção dos moradores³⁹ e a segunda foi a não-construção de várias instalações de utilização comercial na Marina da Glória⁴⁰ (BEHNKEN, 2010: 128). Esta experiência passa a ser referência para a mobilização coletiva no atual momento de realização de megaevento esportivo no país, particularmente no Rio de Janeiro que, em continuidade com o contexto do PAN/2007, foi escolhido como sede do Mundial de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Neste sentido, o Comitê Social do Pan está na base da configuração do Comitê Popular da Copa do Rio de Janeiro e da ANCOP.

38Conforme Behnken (2010), o Comitê Social do Pan surgiu em 2005 a partir da articulação entre o Fórum Popular do Orçamento e o Fórum de Acompanhamento do Plano diretor do RJ com o objetivo de pesquisar e debater os impactos dos megaeventos esportivos a partir da dimensão urbanística e orçamentária. A consolidação deste Comitê reuniu associações de moradores, unidades acadêmicas, organizações não governamentais, grupos de esportistas e movimentos sociais que se agregaram com o objetivo de intervir criticamente na implementação dos Jogos Pan-americanos de 2007 provocando debates com a sociedade civil organizada e com grupos sociais diretamente afetados pelas operações urbanísticas. Para saber mais ver: BEHNKEN, L. Jogos Pan-Americanos de 2007: uma avaliação social. (2010). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7831/Luiz%20Mario.pdf?sequence=1>

39Em específico a remoção da Vila Autódromo, a qual se constituiu no principal símbolo de resistência às remoções neste contexto. Para mais informações ver: FREIRE, L. Mobilizações Coletivas em contextos de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. (2013). Disponível em: <http://www.uff.br/ineac/sites/default/files/5artigo29.pdf>

40A Marina da Glória é uma pequena baía localizada no Parque do Flamengo no Rio de Janeiro e figurou como principal controvérsia no contexto do Pan 2007. Os conflitos resultaram da escolha desta como local das competições e, neste sentido, envolvendo projetos especiais de revitalização. Para mais informações ver: FREIRE (2013), citado acima.

Desse modo, estes encontros tiveram um importante papel na conformação de um espaço de convergência entre uma pluralidade de movimentos e atores sociais engajados em lutas e mobilização social em diferentes âmbitos da temática urbana, possibilitando um debate amplo sobre a conjuntura do país e a composição de uma perspectiva compartilhada frente a realização do Mundial no Brasil. A partir destes espaços de discussão, as experiências dos especialistas e dos processos de lutas que já vinham se configurando no país são articuladas à situação presente, por meio da participação de representantes de organizações sociais envolvidos com os dilemas locais que emergem das cidades planejadas para a Copa 2014, os quais expressam um processo de deslocamento compulsório em escala nacional.

Como resultado deste momento de encontros e discussões surge a proposição de construir comitês locais a partir de uma perspectiva unificada que possibilitasse unir diversos setores da sociedade em uma luta comum, dando mais força ao enfrentamento dos “poderes da Copa”. Assim, em março de 2011, na 1ª Plenária da ANCOP, dá-se início formal a rede nacional de mobilização coletiva, a qual a partir de um pensamento crítico passa a desenvolver ações que visam colocar a realização da Copa como ação de Estado em outro registro:

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa nasce para atuar no fortalecimento das lutas sociais por meio da realização de plenárias, formação de lideranças populares, produção de materiais informativos e denúncias, realização de atos públicos e mobilizações. Tudo isso com o objetivo de resistir ao modelo de cidade de exceção e pressionar os governos para que se estabeleça um processo amplo e democrático de discussão sobre qual deve ser o real legado dos Megaeventos. Isto porque defendemos o posicionamento de que é preciso fomentar a mobilização popular, organizar ações de contestação firme, crítico e propositivo para conseguir que nossas cidades e suas populações, como um todo, possam usufruir dos investimentos realizados. [relatório parcial das atividades da ANCOP]

Desta plenária é elaborado o primeiro documento da rede coletiva: uma carta pública⁴¹ com o posicionamento dos integrantes sobre a realização do evento e as violações de direitos humanos que já estavam sendo efetivadas junto as comunidades ameaça de remoção por conta da preparação das cidades sedes à Copa 2014.

A realização da Copa do Mundo em 2014 [...] é a oportunidade de gerar investimentos que reduzam as desigualdades sociais, com a promoção de

41A Carta encontra-se em anexo e está disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=279.

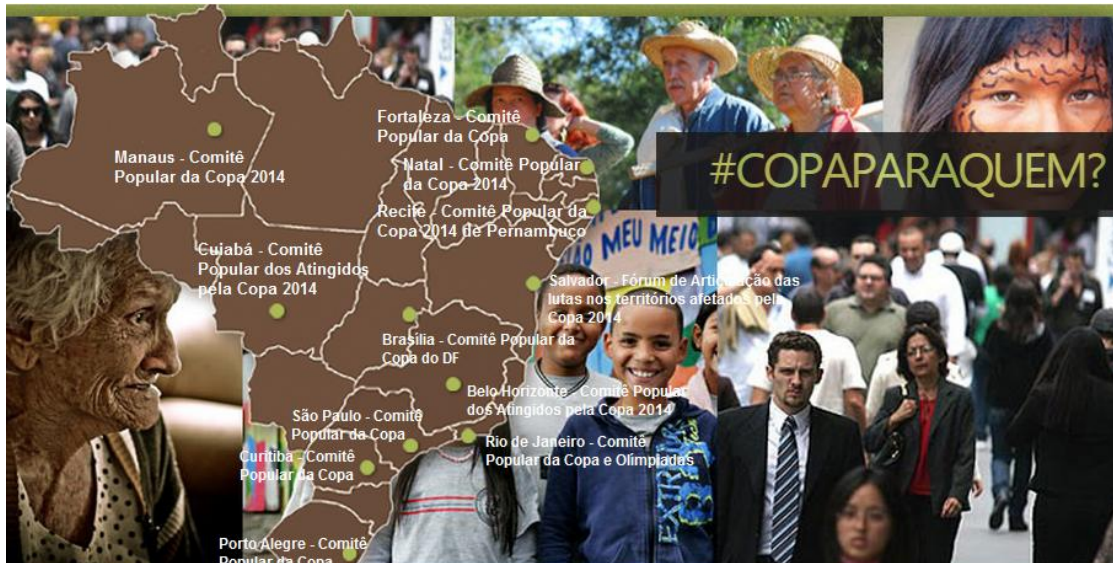
melhoria das condições de vida da população brasileira. Mas o que assistimos [...] é a violação de direitos humanos e sociais. Enquanto os governos, organizações internacionais (FIFA, COI) e empresas envolvidas na promoção dos eventos anunciam os possíveis benefícios, a experiência internacional das cidades e países [...] demonstrou que os impactos gerados não significaram melhorias reais nas condições de vida [...] Estes megaeventos têm gerado efeitos negativos sobre diversos segmentos sociais, especialmente sobre aqueles que historicamente são excluídos/as, [...] As remoções e os despejos forçados destes grupos sociais são as violações mais comuns no Brasil e em outros países sede. Seus efeitos perversos são particularmente ampliados através da imposição do Poder Público e comitês promotores dos eventos, de um verdadeiro “estado de exceção” [...] que permite a flexibilização das leis e suspensão de direitos antes e durante os jogos, ameaçando, assim, os mecanismos de defesa, proteção social, garantia e promoção de Direitos Humanos. [...] Neste sentido, apontamos a urgência de mobilizar uma ampla rede de organizações sociais e movimentos populares, sindicatos, órgãos de defesa de direitos e controle do orçamento público, com protagonismo das comunidades direta e indiretamente afetadas para monitorar as intervenções públicas e privadas e articular ações integradas.

É importante ressaltar que a ANCOP, na sua origem, não é um movimento contra a Copa do Mundo 2014, mas antes um movimento crítico sobre como e o que está se produzindo socialmente a partir da realização do megaevento, disputando possibilidades alternativas do resultado deste processo - isto fica expresso nos trechos citados quando há referência ao megaevento e seus possíveis legados. Desse modo, os “legados” governamentais (as promessas do campo promotor) são traduzidos a partir das operações concretas para realizá-los em violações de direitos humanos que devem ser combatidas, para que de fato seja possível obter algum “legado”. O que passa a estar em jogo para estes grupos é a compreensão de que as intervenções governamentais para adequar a infraestrutura aos parâmetros exigidos pela FIFA – com a construção e reforma dos estádios e uma matriz de qualificação da mobilidade urbana – forja um cenário especial (“as cidades de exceção”) que privilegia a concretização dos interesses de determinados setores (em particular dos setores econômicos privados) em detrimentos das condições de vida dos mais pobres. Cenário este que é expresso a partir do fato concreto da execução de políticas de remoção em escala nacional para dar lugar ao conjunto de empreendimentos e obras urbanas da Copa 2014. Neste sentido, disputa-se o modelo de cidade e de desenvolvimento urbano, visando resgatar a dimensão social da produção da ordem urbana.

Assim, se neste primeiro momento a ANCOP se origina das ameaças forjadas pelo cenário de comprometimento das instituições brasileiras com a organização do evento esportivo, ao longo de três anos (2011-2014), períodos em que as operações jurídicas e

urbanas foram tomando forma, a ANCOP por meio de diversas ações nas arenas públicas e junto a comunidades afetadas pelas obras se transformou num importante interlocutor político entre governos e sociedade, particularmente dos denominados “atingidos pelas obras da Copa”. Abaixo uma figura ilustrativa com os Comitês Populares da Copa que se formam a partir deste processo:

Figura 1 - Comitês Populares da Copa 2014:



Elaborado pela autora a partir do material da ANCOP

2.2.2. A luta pelo direito à cidade e a dinâmica de atuação da ANCOP nas arenas públicas

O núcleo central das problematizações que emanam a partir da ANCOP em torno dos significados das ações governamentais para a realização do Mundial é a legitimidade das remoções populacionais para dar lugar às obras urbanas. Em contraste aos processos decisórios (jurídicos, políticos e econômicos) em torno do evento e dos projetos urbanos que foram planejados, pactuados e publicizados pelos promotores do evento, as remoções foram naturalizadas como parte do processo de desenvolvimento urbano a ser executado pelos entes governamentais brasileiros, circunscritas a processos de negociações locais. O tratamento desigual entre obras urbanas e políticas de remoção explicita a lógica dominante que opera na estruturação do evento esportivo, determinando o que é parte legítima da situação e quem é reconhecido como agente político nos rumos do desenvolvimento urbano. Neste sentido, o engajamento das organizações em torno da ANCOP visa especificamente provocar uma ruptura neste processo de silenciamento institucional, explicitando o caráter arbitrário das intervenções estatais e as injustiças sociais consequentes.

Neste processo crítico, que denomino aqui de construção de um espaço de enunciação pública das remoções forçadas, os integrantes da ANCOP mobilizam um conjunto de mecanismos jurídicos em torno da noção do direito à cidade - quadro de referência normativa que embasa boa parte das conquistas institucionais dos movimentos de luta pela moradia e, mais amplamente, o movimento da reforma urbana nas últimas duas décadas no Brasil. Desse modo, a luta em defesa dos “atingidos” é amparada na existência de um quadro jurídico-institucional, tanto no âmbito internacional (o Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966), quanto no nacional (Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade, 2001), que estabelece o direito à cidade e à moradia adequada como um direito humano e social. Desta perspectiva, a moradia adquire um significado diferente dos usos discursivos e práticos dos poderes administrativos. Se, para estes últimos, as famílias compõem um “público alvo” a ser beneficiado com a aquisição de uma moradia escriturada, de modo a prover o bem-estar da população, para os integrantes do ANCOP a moradia é um direito e não pode ser pensada isoladamente do seu contexto socioterritorial. Assim, mais do que obter a moradia, as narrativas e ações que emanam desta rede reivindicam os moradores como sujeitos de direitos.

Esta operação discursiva que transforma os moradores de favelas de público alvo a sujeito de direitos tem como função simbólica e prática de reelaborar os termos de referência em que o megaevento figura como elemento mediador da intervenção estatal nos territórios urbanos. Assim, visa-se delegar ao Estado e demais autoridades públicas a responsabilidade do cumprimento e da proteção dos direitos à cidade e à moradia digna dos moradores em situação de ameaça por conta das obras. Este resgate da dimensão social e humana na provisão de políticas públicas urbana objetiva provocar um tensionamento na ordem de prioridades em curso, de modo a se contrapor ao poder arbitrário de intervenção governamental na regulamentação sobre as condições e possibilidades de vida destes setores sociais – vidas que são tratadas à mercê de interesses externos e eventuais. Deste modo, ao se utilizarem da expressão “remoções forçadas” na elaboração de denúncias públicas, a rede traduz as políticas de deslocamento compulsório da Copa 2014 para a linguagem jurídica enquadrando-as como violações de direitos humanos orquestradas pelo Estado.

Considerando a exposição do ponto de vista no qual a ANCOP passa a se envolver com a disputa em torno da preparação e realização da copa 2014, me dedico agora à exposição da dinâmica de organização e atuação desta rede na construção de um espaço de enunciação pública das remoções forçadas.

A construção e coordenação das ações no âmbito da ANCOP ocorriam a partir da realização de encontros periódicos descentralizados, ou seja, eventos, seminários, oficinas e plenárias organizadas nas diferentes cidades sedes. Participavam, particularmente, destes momentos os integrantes dos Comitês Populares (duas pessoas por cidade) definidos como representantes da rede nacional em nível local. Esta participação mais restrita decorria, em grande medida, da logística dos recursos humanos e materiais disponíveis de modo a viabilizar encontros presenciais, tendo em vista a escala organizacional da mobilização coletiva. Nas “reuniões de trabalho” era definida a agenda compartilhada de ações coletivas e encaminhadas as tarefas de cada integrante e organização local no processo de luta. No retorno às cidades, a continuidade da luta era mediada pelas reuniões via Skype e pela troca constante de e-mails.

A dinâmica de funcionamento da rede foi estruturada a partir da criação de Grupos de Trabalho (GTs) por eixos temáticos definidos conforme as necessidades de atuação no processo de luta – jurídico, comunicação, formação, finanças, parlamentar, entre outros -, os quais eram delegados aos integrantes da ANCOP conforme as experiências técnicas e políticas. Por meio destes GTs se delineavam estratégias de ação e articulação de redes políticas nacionais e internacionais. A manutenção financeira da ANCOP contou com a aprovação de projetos em editais dedicados ao financiamento de ações sociais na área de direitos humanos, tendo como principal parceiro financiador o Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH)⁴².

A primeira ação da rede foi a elaboração de um diagnóstico coletivo sobre a conjuntura do país delineada pelo evento esportivo: levantamento de informações sobre projetos, programas e obras de reestruturação urbana, localizando os conflitos entre obras e políticas de remoção e mapeado os decretos, legislações e normativas especiais para o tempo do evento, entre outras questões. Este primeiro diagnóstico, realizado a partir da 1ª Plenária referida anteriormente, vai dar origem à principal ferramenta de luta da ANCOP: os Dossiês de Violação de Direitos Humanos no contexto do Mundial, que vão ser constantemente atualizados ao longo da preparação e realização da Copa 2014. A sistematização das informações passa a compor a base de dados sobre as quais são formulados os argumentos jurídicos em torno das denúncias das remoções forçadas publicizadas nas arenas públicas.

Neste processo a figura de Raquel Rolnik adquire novamente centralidade. O conjunto de informações sobre a situação de ameaça das remoções e a ausência de participação social nas decisões sobre as políticas de remoção é compilado em um documento

⁴² O FBDH é uma fundação privada brasileira que financia projetos sociais no âmbito da temática dos Direitos Humanos.

entregue à relatora da ONU. Embora a atuação de Rolnik a partir destas denúncias ocorra de forma autônoma, isto é, não corresponda a uma missão oficial da Relatoria Internacional, no exercício desta função ela dispõe de instrumentos para pressionar governantes no atendimento dos direitos humanos. Assim, a partir dos documentos de denúncia dá-se início a um conjunto de visitas às cidades sedes para a verificação das situações denunciadas e a instauração de um processo de mediação entre poderes públicos e sociedade civil organizada.

As visitas da relatora a algumas das cidades-sede para verificar possíveis violações do direito à moradia adequada ocorreram no final de 2011 e se deram em parceria com o relator da Plataforma DHESCA (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais). Após as visitas, Rolnik (2011) enviou uma carta às autoridades brasileiras pedindo que estas se pronunciassem sobre as denúncias, mas não teria recebido resposta. O descaso governamental levou Rolnik no ano de 2011 a se utilizar de uma segunda estratégia: o comunicado de imprensa internacional.

Este tipo de comunicado, normalmente, tem certa repercussão e o país em questão procura tomar alguma providência. No caso do Brasil, quando este comunicado saiu na imprensa, eu recebi um telefonema da Secretária dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, informando que o Governo Federal criou um grupo de trabalho com o Ministério dos Esportes, Ministério das Cidades e Secretaria Geral da Presidência para tratar dessa questão acompanhando-a no âmbito federal.

Foi só com a denúncia no âmbito internacional que o governo brasileiro instituiu um grupo institucional para o acompanhamento dos impactos do evento esportivo nas moradias populares, reconhecendo a ANCOP e os Comitês locais como grupos sociais legítimos nos processos envolvendo os megaeventos no país.

Além das denúncias contra as remoções forçadas, a ANCOP atuou no questionamento da Lei Geral da Copa, instaurando uma campanha pública contra a sua aprovação. As ações foram realizadas entre novembro de 2011 e fevereiro de 2012, período em que a Lei estava para ser aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados. A partir do lançamento de notas e atos públicos e *twitaços*, a ANCOP instaurou um cenário de crítica, tendo como problematização central as “zonas FIFA”. Embora a pressão tenha levado ao adiamento da votação da lei, esta acabou sendo sancionada pela Presidenta Dilma Rouseff em 05 de junho de 2012.

As estratégias de mobilização coletiva de contestação a Copa 2014 seguiram sendo elaboradas e reelaboradas conforme a conjuntura se modificava, atravessando os níveis local, nacional e internacional. Através de campanhas, mobilizações de rua, oficinas, audiências

públicas com o Ministério Público federal e estadual, denúncias no âmbito internacional e à Presidência da República e de uma articulação de visita de agentes da ONU e do Grupo de Trabalho sobre Moradia da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para a verificação da violação de direitos humanos, a ANCOP foi compondo um repertório de ações coletivas de denúncia nas arenas públicas visando construir um espaço de enunciação pública das remoções forçadas.

A formação e ação desta rede nacional frente às remoções configurou arenas públicas discursivas que tiveram um importante papel na construção de uma perspectiva alternativa no enquadramento sobre o megaevento, de modo a tornar a questão das “remoções forçadas” uma problemática pública legítima nas agendas governamentais. A construção deste processo de mediação forneceu categorias e interpretações sobre a legitimidade das práticas institucionais diante da situação da remoção colocando em tensão a realidade de sentido performada pela coalizão promotora do Mundial. Autoridades e instituições públicas nacionais e internacionais foram acionadas a partir da elaboração das denúncias da ANCOP, sendo demandadas a se pronunciar e agir frente à situação dos “atingidos”. Os embates protagonizados a partir destas mobilizações coletivas tiveram relevância na ampliação do domínio de discussão pública, expressando perspectivas e interesses para além da esfera governamental.

Ao mesmo tempo, o engajamento das organizações sociais no âmbito local, produzindo mobilizações e espaços coletivos de luta junto aos moradores ameaçados pelas obras, provocou reconfigurações nas possibilidades de negociação das famílias em face das arbitrariedades dos poderes administrativos municipais comprometidos com o cronograma do evento esportivo. Por meio do compartilhamento de saberes de especialistas, militantes e populares, as ações coletivas no âmbito dos Comitês Populares provocaram deslocamentos no curso das políticas públicas executadas, tais como: conquistas de terrenos possibilitando a permanência das comunidades na região de origem; atrasos nas obras forçando prefeitos a dar respostas sobre os planos habitacionais populares; abertura de canais de diálogos com a participação dos interesses dos moradores; mudança nos projetos; participação em canais e comitês institucionais de discussão sobre as ações para o evento; abertura de discussão sobre reparações justas as famílias; reconhecimento dos moradores organizados como sujeitos políticos.

Embora estas ações mobilizadas a partir da linguagem dos direitos humanos tenham sido importantes, foram, em muitos casos, “vitórias” parciais e circunstanciais, sem de fato conseguirem barrar as denominadas “remoções forçadas”. A estratégia de “humanizar a Copa”

se mostrou insuficiente, resultando, em grande medida, numa vasta produção documental tanto por parte das organizações sociais, quanto por parte das instituições públicas – as quais redigiram relatórios técnicos de recomendações aos poderes municipais a fim de evitar situações de violação de direitos humanos, embora estes não possuíssem efeitos práticos. No entanto, estes conflitos, que até março de 2013 estiveram circunscritos nas arenas públicas dos direitos humanos, adquirem uma nova dimensão com a conjuntura que passa a ser delineada pela explosão de manifestações de rua em escala nacional do país: as denominadas “Jornadas de Junho de 2013”. Se antes ser contra a Copa era, conforme um interlocutor de campo, “um suicídio político”, com a reconfiguração do ambiente político marcado por um processo social crítico generalizado às instituições públicas brasileiras um novo horizonte de expectativas e de possibilidades de ação é ensejado, fazendo emergir outros termos e articulações políticas no conflito.

Desse modo, se o enfrentamento do cenário político forjado pela Copa 2014 impôs, até então, desafios à maneira como o conflito podia ser expresso, umas das principais consequências do ciclo de protestos para a ANCOP foi ter oportunizado à produção de novas subjetividades no espaço público, as quais teriam possibilitado dizer o que antes não podia ser dito com legitimidade. Refiro-me aqui ao slogan “Foda-se a Copa”, que ganhou força através destas mobilizações e que possibilitou que a rede produzisse novas articulações em torno da ideia do “Não vai ter Copa”. Na perspectiva e atuação da ANCOP, este momento tinha uma importância singular, pois coincidia com a realização da Copa das Confederações 2013 – evento organizado pela FIFA como teste para a Copa do Mundo 2014 (DAMO, 2014). Com o início da Copa das Confederações, o repertório de contestação da ANCOP acerca do modelo urbano e social excludente que se delineava a partir das intervenções articuladas pela coalizão promotora do evento esportivo encontra um novo território de sentidos. Como sugere Arlei Damo (2014, pp.27,28) sobre a repercussão social do início da Copa das Confederações:

Nas imagens captadas pelas arquibancadas mais próximas do campo, onde antigamente se situavam as gerais e, portanto, os “típicos torcedores” [...] agora se projetam silhuetas bem-definidas, muito bem vestidas, quase todas de pele clara [...]. De repente se viu que os gastos haviam sido feitos apenas em “circo”, e pior era que o circo tinha acesso restrito. De que valia todo o investimento dos estádios se o povo que pagou por eles não poderia participar da festa? [...] as novas arenas que sintetizaram o esforço do governo para sediar a Copa, projetam a nação excludente e como tal muito próxima daquela que se vive cotidianamente. Toda a propaganda da FIFA e do governo soou absurda, e a fantasia que havia sido criada em torno dos legados ruiu como o castelo de cartas

É importante destacar que a escolha das cidades brasileiras para a recepção dos jogos do Mundial de 2014 passa pelo crivo principal da existência de equipamentos esportivos, sobretudo os estádios de futebol, já que sem eles não haveria “espetáculo”. A referência ao termo espetáculo não é mera eloquência, mas fato objetivo que os dirigentes da FIFA levam muito a sério. Para garanti-lo, uma série de critérios são estabelecidos, pois não bastava a existência de arenas de futebol, seria preciso também atender a uma extensa lista de normas e recomendações que compunham uma cartilha⁴³ com mais de cem páginas, formulada por peritos especializados, orientando empresas privadas e gestores públicos acerca das necessidades estruturais ao evento. Assim, embora não seja de competência do município a execução dos projetos do estádio, a centralidade que estes adquiriram para a organização do evento resultou num papel pró-ativo das autoridades públicas locais (executiva, legislativa e jurídica) para que estes se realizassem. Desse modo, os estádios para a Copa podem ser compreendidos como os principais artefatos urbanos a partir do quais se estabelecem relações de interesses entre a FIFA, poderes públicos brasileiros e entidades privadas e de onde emanam as promessas de modernização e qualificação das infraestruturas urbanas brasileiras.

A partir da localização dos estádios são definidos os projetos estruturais que compõem a Matriz de Responsabilidade e que implicam nos deslocamentos compulsórios denunciados pela ANCOP. As localizações das arenas locais definem também o perímetro de gerenciamento do espaço público no nível local pela FIFA nos dias dos jogos, restringindo o acesso daqueles que não estão credenciados para o evento através da atuação das forças de segurança pública brasileira. Ações como esta foram intensamente problematizadas nas arenas públicas no âmbito da dinâmica de atuação da ANCOP durante o período anterior ao estopim das manifestações.

Assim, embora as “Jornadas de junho de 2013” tenham um significado mais amplo do que à contestação à Copa do Mundo 2014, expressando pautas coletivas e individuais diversas e antagônicas (SILVA, 2014; DAMO, 2014), não é possível ignorar a relação dialógica que se estabelece entre insatisfações diversas e a materialização do imaginário sobre o Mundial na realização da Copa das Confederações. Críticas que soavam longínquas se tornam visíveis neste momento e, conquanto sejam reapropriadas de modos distintos nos discursos e práticas de um conjunto difuso de atores sociais, convergem na composição de um cenário de efervescência coletiva às vésperas da Copa 2014. Os protestos que tomam conta das ruas das

43 Disponível em: http://img.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/37/17/76/p_sb2010_stadiumbook_ganz.pdf
[acessado em fevereiro de 2015]

idades brasileiras fortaleceram, assim, o espaço de crítica à Copa 2014, provocando mudanças no cenário das correlações de forças e criando uma situação de instabilidade social.

Neste cenário, as organizações que integram a ANCOP estabelecem parcerias com outros grupos e redes políticas dando início a uma articulação mais ampla em torno da realização do evento esportivo. Com o início da Copa das Confederações, em 15 de junho de 2013, a ANCOP em parceria com a Resistência Urbana – Frente Nacional de Movimentos promoveu uma série de atos e

manifestações unificadas nas doze sedes da Copa denominada de “Jornada de Lutas” e lançou uma campanha de mobilização social “Copa Pra Quem?”, com o objetivo de denunciar



**ATO
COPA PRA QUEM?**

**14 de JUNHO
QUINTA-FEIRA**

**14h | Av. PAULISTA 1800
16h | MASP**

Cartaz de divulgação do ato.

as violações de direitos humanos envolvendo os megaeventos e defender o direito à cidade. Com efeito, diversos protestos foram realizados tendo como destino final os estádios de futebol onde ocorriam os jogos da Copa das Confederações, nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Recife e Fortaleza.

Estes protestos se intensificavam na medida em que o contexto de amplas mobilizações passava a ser fortemente reprimido pelas forças de segurança pública. A violência institucional que visava conter as manifestações surtia efeitos contrários agregando mais pessoas a cada novo protesto. O saldo final da série de manifestações de rua contra a Copa das Confederações chegou 864 mil pessoas (SESGE, 2013) durante o período de dezesseis dias do evento. Em notícia divulgada no site do Ministério da Justiça do Governo Federal⁴⁴ consta que a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) foi surpreendida pela projeção das manifestações, havendo a necessidade de “aumento de policiamento em até 30% nas áreas de interesse da Copa das Confederações, sobretudo nos estádios, hotéis e aeroportos” e o “reforço de armamentos menos letais, como munições de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral”. Imagens de um forte aparato de segurança frente às manifestações figuraram como emblemas deste momento de “atenção máxima” (SESGE/2013).

44 Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/reforco-de-efetivo-e-integracao-garantem-seguranca-do-brasil-na-copa-das-confederacoes-1> [acessado em fevereiro de 2015]



Ação da Tropa de Choque na porta do Estádio Mané Garrincha em Brasília, para barrar manifestações na estreia da seleção Brasileira na Copa das Confederações. Fonte: Ricardo Matsukawa / Terra

Os efeitos da repressão estatal incidem sobre a ampliação da rede de contestação à realização do evento esportivo que passa, assim, a questionar a violência do Estado e a criminalização dos movimentos sociais em nome da proteção de entidades privadas. Assim, adentra a pauta de denúncias da Copa 2014 o direito de manifestação política da população brasileira e uma forte expectativa de fazer do momento do evento a “Copa das Mobilizações”:

Estar nas ruas durante a Copa do Mundo é um ato de fortalecimento da democracia e de avanço de um novo modelo de país que avance na participação direta do povo e na construção de políticas públicas efetivas em favor da justiça e igualdade social. Conclamamos a população a fazer desta a Copa das Mobilizações, mostrando ao mundo a força e a alegria do povo brasileiro em luta! [ANCOP, 2014]

É neste cenário de incertezas e expectativas que a ANCOP organiza o “Encontro dos Atingidos”, evento com o qual iniciei esta dissertação. Compartilhar experiências de lutas vivenciadas pelas comunidades em situação de “remoção forçada” e reforçar o sentimento de unidade crítica frente ao evento esportivo que estava por começar foram os principais objetivos do encontro. Centenas de pessoas circularam pelo ginásio que durante três dias se transformou em um local de intenso compartilhamento coletivo e de esperanças renovadas. Momentos lúdicos, grupos de discussão, seminários, depoimento de integrantes que compuseram resistência a megaeventos na Grécia e na África do Sul, refeições coletivas, barracas lado a lado, saraus culturais compunham a atmosfera que parecia dissipar diferenças, problemas e sofrimentos. De todas as situações que vivi no campo de pesquisa, interpelada

pela problemática da Copa na vida dos moradores das periferias brasileiras, este foi o momento em que aflorou em mim um forte sentimento de que algo podia mudar. De que a festa não seria só da FIFA.

Mas não mudou. Os jogos do Mundial seguiram tranquilamente seus cronogramas, legando a FIFA o maior lucro da entidade na realização da competição Copa do Mundo. O Estado, sobretudo, foi eficiente na contenção das manifestações – que ocorreram dispersamente e localizadamente. Muitos integrantes das organizações participantes das redes de contestação foram presos e/ou passaram a figurar em processos judiciais. Disseminou-se, durante o período dos jogos, uma sensação de medo frente ao forte aparato de segurança pública. O que ficou de tudo isto foi o apelo das famílias, no Encontro dos Atingidos, para que a luta não cessasse no pós-Copa: o fim dos jogos não esgotaria “o tempo da Copa”. Muitas famílias se encontram ainda em situação de conflito com os poderes locais, na medida em que tanto obras urbanas quanto políticas de remoções iniciadas não foram em sua totalidade finalizadas.

É sobre a dinâmica deste conflito em nível local que tratam os próximos capítulos, abordando primeiramente os embates públicos em torno do planejamento da Copa na cidade de Porto Alegre e, em seguida, ampliando a análise para a diversidade de agenciamentos e pontos de vistas que compõe uma trama multiforme de percepções, conexões e mediações acerca da problemática da moradia. Se a exposição analítica até aqui tratou das principais redes em nível nacional em torno da representação dos significados e legitimidade do evento esportivo, tecendo relações em escalas variadas e compondo dinâmicas específicas de ação que entram em tensão, nos próximos capítulos o foco desloca-se para como estas operam de maneira singular a partir de um contexto situado no qual se processa um campo de experiências e disputas entre aqueles que estão envolvidos diretamente com a execução das cidades planejadas e seus efeitos concretos nas condições de vida dos moradores reduzidos a público-alvo. Seguindo os atores engajados na composição de uma resistência organizada é possível aprender como se dá a reconfiguração dos ordenamentos sociais e dinâmicas societárias em torno da moradia popular provocadas pelas transformações urbanas no tempo da Copa.

3. OS EMBATES PÚBLICOS LOCAIS

O mapa de Porto Alegre se tornou uma companhia constante das minhas idas e vindas do campo de pesquisa. Embora eu morasse há seis anos na capital do Rio Grande do Sul, eu estava acostumada a percorrer um trajeto rotineiro. Com o início da pesquisa empírica, aos poucos minha relação com a cidade foi mudando, me levando a conhecer novos trajetos e a frequentar espaços desconhecidos. Circulando entre uma rede difusa de organizações sociais que passavam a se articular criticamente aos impactos da Copa 2014 nos territórios populares de Porto Alegre, multiplicavam-se para mim espaços de encontro, reuniões, seminários, oficinas, caminhadas, me demandando um esforço de aprendizagem das ferramentas digitais disponíveis ao deslocamento espacial da cidade (sobretudo, o Google Earth e os sites dos transportes coletivos). A localização dos bairros, os nomes das ruas e os itinerários de ônibus (re)compunham instrumentos de pesquisas destinados a tornar possível que eu chegasse ao destino final.

O conhecimento espacial adquirido aos poucos foi dando lugar a uma nova percepção sobre a cidade: como uma trama de relações e experiências diversas em constante fluxo de (des)conexões e mediações em escalas variadas, dando movimento à dimensão estática dos traçados no mapa. Desta perspectiva, a cidade pode ser pensada como “plano de referência” (TELLES, 2004), ou seja, como um diagrama de relações pelo qual é possível conjecturar como se produz o problema social contemporâneo, bem como as suas implicações públicas e políticas.

Muitos dos territórios (espaciais e subjetivos) que eu percorri foram circunstanciais, provisórios e temporários. No entanto, havia um ponto de encontro ao qual eu sempre retornava: a sede do Quilombo do Sopapo, um centro cultural comunitário localizado no Bairro Cristal de Porto Alegre, nas proximidades da Orla do principal curso d’água que corta a cidade. Era neste local em que ocorriam as reuniões e atividades do Comitê Popular da Copa de Porto do Cristal (CPC/Cristal). Este coletivo que articulava diferentes organizações sociais e moradores da região em situação de irregularidade fundiária ameaçados por políticas de deslocamentos compulsórios se constituiu como o principal núcleo de resistência às intervenções urbanas do poder público municipal para a Copa na cidade.

O casarão de dois andares, localizado na encosta sul do Morro Santa Teresa, funciona formalmente como um Ponto de Cultura desenvolvendo atividades cotidianas com um público de jovens moradores de áreas irregulares na região. No espaço funciona um Telecentro Digital, uma biblioteca e uma videoteca comunitária e são oferecidos cursos e oficinas de

fotografia, teatro, serigrafia e inclusão digital. As atividades são definidas e coordenadas por meio de um Conselho Gestor Comunitário formado pela parceria entre educadores sociais e moradores das vilas e assentamentos irregulares, os quais compõem o recorte espacial de atuação do projeto.



Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. Fonte: Casa Tierra

O Quilombo do Sopapo atua, desde o ano de 2007 na Região Cristal, a qual é formada pelo bairro de mesmo nome e por 13 comunidades assentadas em áreas irregulares, todas com mais de três décadas de existência: União Santa Teresa e Ecológica no Morro Santa Teresa, Vilas Cristal e Divisa, Pedreira e Mato Grosso, e as comunidades Icaraí I, Icaraí II, Nossa Senhora das Graças, Ângelo Corso, Hípica, Barbosa Neto e Campos Velho (Arroio Cavalhada). Somada todas as comunidades são aproximadamente 4.500 famílias que vivem nesta área, algo em torno de 18.000 pessoas, correspondendo a 40% da população do bairro Cristal (Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, 2014)⁴⁵. O espaço também é acessado por moradores de outras vilas localizadas próximas aos limites da Região Cristal, como é o caso das Vilas Gaúcha, Cruzeiro do Sul, Barracão, Figueira, Santa Rita, São Gabriel.

Figura - 2: Área de atuação prioritária do Quilombo do Sopapo na Região Cristal

⁴⁵Disponível em: <http://quilombodosopapo.redelivre.org.br/files/2014/08/Quilombo-do-Sopapo-Cultura-Viva-de-Base-Comunit%C3%A1ria.pdf> (Acessado dia ????)



Material produzido pelo Quilombo do Sopapo

A mancha vermelha as comunidades do Arroio Cavalhada, a laranja Pedreira e Mato Grosso, em amarelo Vila Cristal e Divisa e em azul as comunidade do Morro Santa Teresa. Em rosa o Estádio Beira Rio, arena oficial da Copa em Porto Alegre e o alfinete amarelo a localização do Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo. Fonte: Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo.

O projeto do Ponto de Cultura teve origem em 2005 e se insere nas transformações políticas e culturais brasileiras iniciadas no ano de 2003 através da abertura de editais de projetos de consolidação e gestão de espaços de culturais e de descentralização no âmbito do Ministério da Cultura. A proposição surgiu de Everton Rodrigues, ativista cultural e morador do bairro Cristal, o qual passou a se reunir com lideranças comunitárias para identificar o foco do projeto destinado aos jovens das vilas do Cristal. A definição da música e da cultura digital como instrumentos de expressão comunitária – fortalecendo-as a partir da democratização das formas de comunicação de modo que ela pudesse construir a sua própria ferramenta de comunicação com a voz de quem vive o lugar –, deu origem ao nome do Quilombo do Sopapo, o qual é uma composição de termos de referência da cultura afro-brasileira: “Quilombo” como território de resistência, liberdade e autonomia; e “Sopapo” como a música expressa no grande tambor (Projeto Imagens Faladas, 2011)⁴⁶.

É importante destacar aqui que o projeto do Ponto de Cultura se insere no contexto local em que o bairro passa a se tornar em lócus privilegiado de toda sorte de transformações sócio-geográficas, com a execução de grandes obras públicas e privadas. Investimentos em amplos equipamentos culturais e de lazer, bem como de complexos empresariais e condomínios residenciais de alto padrão têm levado a rápidas mudanças no bairro alterando a

⁴⁶ Trabalho realizado pelo Quilombo do Sopapo. Disponível em: <https://projetoimagensfaladas.wordpress.com/> [acessado em março de 2015]

paisagem e o perfil social de ocupação territorial da região. Este forte interesse público e privado tem relação direta com um dos principais projetos estratégicos do poder público municipal para o desenvolvimento da cidade: a revitalização, modernização e integração de toda a extensão da Orla do lago Guaíba à sociedade porto-alegrense, na qual a região Cristal corresponde a sua região sul.



Vista da Orla Sul do Guaíba.Foto: Gerson LDN[2014].

Com efeito, os projetos e o bairro se transformam em catalisadores de diversas lutas da cidade sobre os sentidos da produção e apropriação de setores específicos das áreas urbanas de Porto Alegre. É, portanto, neste cenário de conflitos territoriais que se insere o projeto do Quilombo do Sopapo com o objetivo de atuar com as pessoas que sofrem os impactos mais violentos das obras de transformação: os moradores das vilas, os quais estavam em situação de vulnerabilidade fundiária, através de constantes ameaças de desterritorialização espacial e social.



Fotografia da Região Cristal. Fonte: Imagens Falada, 2011

O projeto tem como dimensão política o objetivo de construir um território de resistência cultural que articule as diversas situações de conflito fundiário numa luta unificada pelo direito de permanência das famílias e pelo reconhecimento delas como parte do território, de modo que a chegada de obras e equipamentos públicos de melhoria urbana contemple-as. Desta proposição do projeto nasceu a parceria entre a entidade Guayí - Democracia, Participação e solidariedade, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal Brasileiro do Rio Grande do Sul (STJFB/RS) e o Ministério da Cultura por meio do Convênio dos Pontos de Cultura. Desse modo, o Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo passou a funcionar formalmente no ano de 2008, se constituindo como um ponto de convergência entre diversas redes políticas, as quais tiveram como experiência comum a participação ativa no Fórum Social Mundial (FMS) nas quatro edições (2001, 2002, 2003 e 2005) que ocorreram em Porto Alegre, e articulações com moradores e lideranças comunitárias do bairro.

Neste processo, Leandro, coordenador das atividades do Quilombo exerce um papel importante, tendo sido um dos fundadores deste Ponto de Cultura, no ano de 2008. Na época, dois conflitos territoriais na região estavam em curso: o Projeto do Pontal do Estaleiro (PPE) e o Programa Integrado Sócio Ambiental (PISA). O PPE foi elaborado pelo executivo municipal e previa alterações no Plano Diretor da cidade para a realização de um grande empreendimento comercial, residencial, de lazer e de consumo (SOARES, 2014) numa extensa área nas margens do rio Guaíba, localizada na Avenida Padre Cacique, porta de entrada para o bairro Cristal e à zona Sul de Porto Alegre. O projeto gerou muitas controvérsias e foi derrotado, em 2009, por uma articulação política que ficou conhecida como o “Movimento de Defesa da Orla”.

Já o PISA é, conforme site da prefeitura⁴⁷, o maior projeto de saneamento já elaborado e executado em Porto Alegre objetivando ampliar a capacidade de esgoto da cidade de 27% para 77% e contribuir ao resgate da balneabilidade das águas do Rio Guaíba. As obras de desenvolvimento urbano atingem terrenos localizados as margens do Arroio Cavalha, os quais são habitados por sete vilas: Icaraí I, Icaraí II, Nossa Senhora das Graças, Ângelo Corso, Hípica, Barbosa e Campos Netos. Provocando o deslocamento involuntário de 1680 famílias. As obras tiveram início em dezembro de 2007 e as primeiras famílias, um total de 293, foram removidas no ano de 2008, das quais 91 foram reassentadas no Condomínio Cristal, na Vila

⁴⁷ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pisa/default.php?p_secao=3 [acessado em março 2015]

Nova, e o restante recebeu o bônus moradia (SMG, 2009). No entanto, ainda existem famílias em situação de ameaça de remoção.

Neste mesmo período, dois empreendimentos privados de grande impacto espacial, social e paisagístico foram instalados no bairro Cristal: o Barra Shopping Sul e a Fundação Iberê Camargo. Ambos foram inaugurados no ano de 2008 e envolveram um papel ativo dos poderes públicos locais em termos de renúncia fiscal e doação de terrenos públicos. Eles tornaram-se também referências regionais e internacionais e resultaram no deslocamento de três Vilas (estaleiro Só, Campos do Cristal e Arroio Cavalhada).

Em 2010, a região tornou-se novamente palco de conflitos territoriais com a problemática do Morro Santa Teresa. O conflito resultou de um projeto de lei do executivo estadual que implicava na alienação de um terreno de 74 hectares localizado no Morro Santa Tereza e que pertence a Fundação de Atendimento Sócio Educativo (FASE). Este deu origem ao movimento “O Morro é Nosso” formado por um coletivo que reunia sindicatos, indivíduos, grupos civis e lideranças comunitárias. O envolvimento de múltiplas organizações nesta luta se deu devido a este Morro ser considerado uma importante área de preservação ambiental e histórico-cultural e ser componente da paisagística da cidade, com vista para a Orla do Rio Guaíba, somado à ocupação irregular de quatro mil famílias. As manifestações em torno da defesa deste Morro ocorreram ao longo de 2010, através de uma série de caminhadas, marchas e distribuição de cartazes pela cidade, criando uma forte mobilização social (GUTERRES, 2011), o que resultou na retirada do projeto de lei.

A derrubada do projeto de lei que logrou vitória aos moradores do Morro Santa Teresa coincidiu com a época em que os empreendimentos urbanos para a organização da cidade à Copa 2014 foram decididos e pactuados na Matriz de Responsabilidade. A MR definia como obra prioritária governamental o Plano Urbanístico Tronco-Cruzeiro, envolvendo uma obra de engenharia complexa de duplicação da avenida que passou a ser denominada de Avenida Tronco. Um dos trechos da obra coincide justamente com a região do Cristal nas proximidades do Morro e para ser concretizada necessitava deslocar um grande número de famílias que habitam assentamentos informais nos terrenos de interesse da obra. Deste modo, em continuidade com os processos que têm conformando um histórico recente da região, transformando-a em ritmo acelerado e modificando as referências espaciais e sociais da ocupação deste território urbano, o Bairro Cristal passa novamente a figurar como ponto de encontro singular entre desenvolvimento urbano planejado e a gestão da ilegalidade.

Ao mesmo tempo, os processos de contestação por um conjunto amplo e difuso da sociedade descritos acima alçam a região como elemento emblemático da luta urbana de Porto

Alegre e influenciam na formação de um processo organizativo, que tem seu núcleo no Quilombo do Sopapo, em torno da nova problemática: a avenida Tronco. Aqui, em particular, o êxito do “O Morro é Nosso” em derrotar a institucionalidade passou a ser visto como uma oportunidade de fomentar outras formas de luta política popular. A novidade se expressa na referência a uma “luta coletiva não estatal”, a qual se coloca em relação de contraste com as formas e espaços de participação popular predominante, até então, nos processos de planejamento e gestão das políticas urbanas. No caso específico, problematizam-se as estruturas políticas que se articulam a partir dos canais e fóruns do Orçamento Participativo (OP): associações de bairro e outras organizações ligados a uma forma política consolidada baseada na representação, com vínculos nos sistemas partidários. A percepção de um esgotamento do modelo de experiência política que legou à cidade o reconhecimento internacional e a possibilidade de novas formas de luta política são articulados a partir da parceria entre militantes de diferentes redes políticas que estiveram envolvidas nos conflitos territoriais da região com Leandro, coordenador do Quilombo do Sopapo.

Dentre estas organizações, os representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os quais tiveram papel ativo no processo de mobilização comunitária do “O Morro é Nosso”, passaram a ser reconhecidos pelos moradores das vilas locais como referências importantes na luta pela moradia. Na atuação junto à política de resistência aos referidos projetos urbanos que se formou em torno do Quilombo do Sopapo, os integrantes do MST que tiveram mais importância foram: Bianca e Raquel (jornalistas), Pincel (advogado), e, particularmente, Cláudia (arquiteta). As duas primeiras atuaram na conformação de um grupo de trabalho de comunicação, de modo a produzir materiais e divulgar informações sobre o processo de luta; já Pincel tinha uma atuação no processo de mobilização comunitária, no entanto, todos acabaram se afastando desta luta no final de 2011 quando militantes do MST romperam com o projeto defendido por esta organização⁴⁸, permanecendo apenas Cláudia. Esta adquiriu um forte protagonismo, tornando-se a representante local na rede da ANCOP.

Outra organização que tem importância na atuação dos seus representantes junto às lutas das comunidades é o LPJ, o qual se constitui por jovens urbanos e rurais ligados à via campesina. Seu formato organizativo se dá por células localizadas em diversas regiões da cidade, sendo a principal a que se reúne na Vila Cruzeiro, outra vila impactada pela duplicação da Avenida Tronco. Entre os atuantes desta organização com forte ênfase no

⁴⁸ Mais informações sobre este processo em: <http://passapalavra.info/2011/11/48866>. [acessado em março de 2015]

processo de mobilização conheci Lúcio, Ronaldo, Maxwell, Cristina e Carlinhos, todos jovens moradores das vilas na região e que participam das atividades e oficinas desenvolvidas no Quilombo do Sopapo. Por fim, a importância da presença de Fernando, o “Fernandão”, arquiteto e ativista da ONG ambientalista internacional Amigos da Terra (NAT/Brasil) Brasil e de integrantes da ONG Cidade.

É importante destacar rapidamente que o Acampamento Internacional da Juventude (AIJ), surgido em 2001, na primeira edição do FSM, é um espaço de referência no estabelecimento destes diversos grupos de uma perspectiva compartilhada de luta urbana. Neste sentido, todos os grupos e seus representantes tiveram papel ativo nos debates e ações que ocorreram a partir do espaço do AIJ, de modo a proporcionar uma interação entre estas diversas redes políticas. Assim, os militantes que passam a se articular a partir do espaço do Quilombo do Sopapo eram conhecidos de longa data.

Desse modo, os projetos de transformação da região com grandes impactos para as vilas existentes no Bairro Cristal, os quais são reatualizados pelas definições governamentais para a organização da Copa 2014 na cidade, demarcam a formação desta nova correlação de forças na luta urbana da cidade que articula uma rede coletiva entre movimento rural, ambiental, urbano, comunitário e de juventude, configurando um suporte organizativo para apoiar a luta pela moradia dos moradores em situação de ameaça de deslocamento compulsório. Da parceria destes coletivos se origina o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, o qual a partir da situação delineada no Cristal passa a se engajar fortemente na construção de um processo crítico ao planejamento da Cidade da Copa promovido pela coalizão dominante de promoção do evento esportivo.

Este foi o contexto de experiência e interação que encontrei quando comecei a participar das reuniões na sede do Quilombo do Sopapo no início de 2011 e que me colocou em contato com a realização da Copa 2014 como situação problemática, levando a minha pesquisa a se ocupar desta temática. Na época em que iniciei esta pesquisa eu ainda era estudante de graduação em Ciências Sociais e estava interessada em realizar um estudo para o Trabalho de Conclusão sobre os sentidos do envolvimento político de associações de bairros populares nas políticas de participação institucional a partir da sua dinâmica de interação cotidiana. Neste sentido, o meu envolvimento com a temática da Copa no Brasil resultou numa espécie de acidente de percurso. A mudança de rota, no entanto, não fora um mero acaso, mas parte do processo de definição de um universo empírico à minha pesquisa sociológica que estava diretamente relacionada à perspectiva metodológica pela qual eu tinha optado abordar tal fenômeno: a etnografia.

É importante destacar que a descrição realizada acima sobre a relação entre projeto, bairro e conflitos territoriais não tem o intuito de representar um contexto prévio para inserir a o grupo de contestação, mas antes é uma tentativa de traduzir as questões que compunham as perspectivas dos sujeitos que encontrei nas reuniões do CPC/Cristal sobre as especificidades da emergência e existência do grupo. Assim, a descrição foi amparada nas histórias e narrativas que encontrei sobre o modo como o coletivo se percebe como núcleo de resistência nos processos de planejamento da cidade que tem na Copa 2014 um momento singular.

Na próxima sessão me ocupo da exposição sobre a configuração da coalizão política dominante na promoção e preparação do Mundial em Porto Alegre, bem como da conformação do aparato institucional específico para transformar o evento em uma realidade da cidade. Visando, deste modo, explicitar o processo pelo qual a dimensão da oportunidade da Copa 2014, tão presente no discurso nacional, adquire singularidades quando apropriada pelos governos locais, tendo em vista que é neste nível que as promessas do Projeto de Nação brasileira encontram suas formas de expressão concretas. Assim, a oportunidade de abrigar os jogos do Mundial é transformada em planos e projetos urbanísticos para adequar a cidade ao porte simbólico e material do evento esportivo. Neste sentido, mais do que retórica, o potencial do evento esportivo torna-se referência de sentido e de práticas na composição do território urbano.

3.1 Promovendo o Evento Esportivo e Planejando a Cidade de Porto Alegre

Em 31 de maio de 2009, a população porto-alegrense comemorou “O Dia da Copa”, evento público organizado pelo o governo municipal de Porto Alegre em parceria com o governo do Estado do RS para celebrar o anúncio do presidente da FIFA, realizado da cidade de Bahamas, das 12 cidades brasileiras escolhidas pela entidade para o Mundial. Depois de dois anos (2007 e 2008) de esforços públicos e privados em torno de ações jurídicas, técnicas e políticas para consolidar o processo de candidatura finalmente era oficial: Porto Alegre se tornou cidade-sede da Copa de 2014.

Com a inserção no circuito deste evento, Porto Alegre adentra no fluxo de investimentos e recursos públicos destinados às cidades-sede a se adequarem às exigências do megaevento, o que oportunizaria a consecução de projetos e programas urbanos de modernização e qualificação local que há muito figuravam os planos de governo, mas não encontravam meios (financeiros e jurídicos) para se realizarem. Além do aporte público, o poder administrativo local aposta na abertura de oportunidades para a atração de

investimentos e parcerias de entidades privadas no processo de reestruturação do espaço urbano, proporcionando, assim, um novo ciclo de construção e valorização do solo urbano (SOARES, 2010) e, ao mesmo tempo, promovendo a imagem da cidade de modo a inseri-la no rol das cidades globais.

Este escopo de transformação urbana, convergindo interesses público e privados, para o enfrentamento dos problemas da cidade a partir de grandes empreendimentos (sobretudo, culturais, de lazer e imobiliário) está em consonância com o paradigma de gestão e planejamento urbano em curso no município, balizado pelo conceito de Governança Solidária Local (GSL):

Processo que promove um ambiente social de diálogo e cooperação, com alto nível de democracia e conectividade, estimulando a constituição de parcerias entre todos os setores da sociedade, através do protagonismo do cidadão gestor, ativo, empoderado e capacitado para perseguir e alcançar o desenvolvimento sustentável e governar (Busatto, 2005, p.3)⁴⁹.

Este conceito demarca uma nova perspectiva da administração pública sobre a produção da cidade e a ocupação de seus territórios, rompendo com o paradigma chamado de Administração Popular (BAIERLE, 2007; SIQUEIRA, 2013; LAHORGUE 2012, 2013; XAVIER⁵⁰, 2013; SOARES, 2010) implementado pela gestão do Partido dos Trabalhadores, a qual atuou durante 16 anos à frente da prefeitura municipal. Conforme Soares (2010, p.2, grifos do autor)⁵¹:

Contudo, os novos grupos no poder tenham adotado o lema *preservando conquistas e construindo mudanças*, chamando sua proposta de governança solidária, é constatável as mudanças na gestão urbana e a opção do novo governo local pelos megaprojetos privados de desenvolvimento urbano.

O principal ponto de fratura entre as administrações públicas refere-se aos setores escolhidos como parceiros na arte de governar a cidade e de inseri-la na geopolítica internacional. Durante a intitulada “Administração Popular”, Porto Alegre ficou conhecida mundialmente pela inovação na gestão democrática a partir dos fóruns de Orçamento Participativos (OP) e por ser escolhida pelos movimentos sociais globais como anfitriã de quatro edições do Fórum Social Mundial (MARX, 2006). Estes dois processos políticos inovadores convergiam na ênfase à dimensão social como eixo norteador da política, tendo o

⁴⁹ Documento elaborado pela Secretaria de Coordenação Política e Municipal de Porto Alegre sobre o conceito de GSL. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/gsl_desencadeando_o_processo.pdf

⁵⁰ Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/85207/000906316.pdf?sequence=1> [acessado em fevereiro de 2015]

OP promovido a inserção de setores mais pobres na deliberação do orçamento público para projetos e obras urbanas.

O atual modelo de GSL embasado no ideário do consenso em torno de prioridades estratégicas de investimento – como expresso na citação acima – é pautado pelo

[...] retorno as soluções privadas de gestão do solo, onde o eixo principal de desenvolvimento está no mercado, no sentido que a produção do espaço na cidade está sendo feita, [...] a partir da promoção e construção imobiliária (LAHORGUE, 2013, p.16)⁵².

A primazia da participação do setor privado na gestão urbana não é fato apenas apontado pela literatura acadêmica, visto que diversos documentos elaborados por secretários e técnicos municipais⁵³ enfatizam a centralidade da aliança institucional entre governo e entidades privadas

para a consecução de objetivos comuns capaz de viabilizar os projetos de modernização voltados para o estímulo do desenvolvimento local e o reforço da atratividade econômica das localidades.

Resultado disto foi a sanção da lei nº 9.875/2005 que institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas (PPPs), marco regulatório para disciplinar a relação do Poder público com a iniciativa privada⁵⁴. As PPPs são, na perspectiva do então governo municipal, articulações que possibilitam para além da captação de recursos financeiros, a introdução de uma racionalidade empresarial na gestão pública que oportuniza a consecução de um programa de intervenções públicas mais qualificado na reestruturação econômica e urbanística local e de novos padrões de planejamento para a inserção competitiva da cidade na nova ordem econômica globalizada (SPM, 2010).

Este novo padrão de planejamento urbano tem sido posto em prática através da execução dos denominados Projetos Especiais⁵⁵ de grande porte e com importantes impactos na dinâmica sociourbana da cidade – exemplos são O projeto do Pontal do Estaleiro, O projeto Cais Mauá, O projeto da Orla (XAVIER, 2013) –, os quais, a partir da conciliação de

⁵² <http://www.scielo.cl/pdf/eure/v39n117/art01.pdf>

⁵³ http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/manual_de_gestao_prefeitura_2014_site.pdf;
[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/parte_ii_\(inteiro\).pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/parte_ii_(inteiro).pdf);

⁵⁴ Conforme consta no site institucional: “Na perspectiva da prefeitura este novo modelo de gestão fornecerá aos portoalegrenses melhores serviços públicos em áreas vitais, tais como: transporte coletivo, saneamento, habitação, tecnologia, saúde e educação básica, além de outros que poderão surgir no decorrer do desenvolvimento das parcerias. Tudo isso poderá ser objeto da participação do capital privado em sintonia com as necessidades da população e a Administração Pública Municipal. [...] As PPPs propiciam aos governos locais a viabilização financeira de empreendimentos públicos de alto custo, tendo como principais benefícios padrões mais elevados de competência técnica, eficiência e capacidade de gestão em projetos de alta complexidade.” Disponível em:

<http://www.ppp.portoalegre.rs.gov.br/> [acessado em fevereiro de 2015]

⁵⁵ Os Projetos Especiais são aqueles que por sua natureza ou porte precisam ser analisados caso a caso., pois a regra geral não basta para sua avaliação. Os projetos especiais podem envolver o parcelamento do solo, tratar de uma edificação de maior porte ou de uma atividade considerada impactante. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=194

interesses públicos e de setores da construção civil e imobiliária na reestruturação da cidade como polo de negócios internacional, deixam pouco ou nenhum espaço para aqueles que não possuem recursos e nem domínios técnicos. Desse modo, os setores populares têm perdido a capacidade de influir na produção do espaço urbano (LAHORGUE, 2013).

É com este ímpeto (discursivo e prático) modernizador da administração pública municipal, através de grandes projetos público-privado de reestruturação urbana que viabilizem a oferta de infraestrutura civil e de serviço qualificados de modo a reforçar e criar novas centralidades (SOARES, 2013) territoriais de desenvolvimento econômico e comercial na cidade, que o poder público municipal de Porto Alegre se candidata à sede dos jogos do Mundial.

Os principais protagonistas deste processo foram as autoridades governamentais (estaduais e municipais)⁵⁶ e os setores da sociedade diretamente ligados as entidades esportivas locais, os quais, a partir de interesses compartilhados, configuraram o principal eixo de articulações que configuram as coalizões políticas em Porto Alegre para pleitear e promover o evento esportivo. Dentre as ações documentadas como pré-requisitos para a promoção do evento, as principais referem-se às garantias jurídicas e materiais à FIFA. Além disso, os estádios de futebol deveriam ter parâmetros das arenas internacionais estabelecidos pelos técnicos da FIFA, o que inclui recomendações que vão da localização, acesso, orientação do campo, segurança e conforto do torcedor, requisitos de construção sustentável, áreas VIPS aos parceiros comerciais da FIFA e estrutura tecnológica para às transmissões midiáticas.. Estas são exigências que extrapolam a dimensão privada do estádio, necessitando de intervenções públicas e procedimentos administrativos. Assim, embora não seja de competência do município a execução dos projetos do estádio, a centralidade que estes adquirem para a organização do evento resulta num papel pró-ativo das autoridades públicas locais (executiva, legislativa e jurídica) para que estes se realizem. Desse modo, os estádios para a Copa podem ser compreendidos como os principais artefatos urbanos a partir do quais se estabelecem relações de interesses entre a FIFA, do poder público municipal e de entidades privada locais.

⁵⁶ Conforme documento: do Governo do Estado do RGS, junto com os poderes Legislativo e Judiciário, com a Prefeitura e a Câmara Municipal de Porto Alegre, com os clubes esportivos gaúchos e sua federação, com as federações empresariais e entidades privadas de turismo rio-grandenses, e com o suporte dos deputados federais e senadores da bancada do RS – para liderar e apoiar uma serie de ações públicas e privadas voltadas para a consolidação da candidatura do Estado do Rio Grande do Sul e de sua capital para receber jogos do Mundial.

Em Porto Alegre, a existência de estádios não foi problema. Uma das referências da cidade é justamente abrigar dois grandes times de futebol (rivais) que portam títulos de campeão mundial e, tanto o Sport Club Internacional (o “Inter”), quanto o Grêmio Sport Club (“o Grêmio”), possuem arenas de futebol próprias. Assim, neste caso a definição do estádio esteve mais associada aos projetos especiais de engenharia e arquitetura elaborados pelas entidades esportivas rivais, a partir do estabelecimento de coalizões e formulação de planos de reforma e construções.

Em 30 de agosto de 2007, a coalizão política citada acima recebeu em Porto Alegre integrantes da FIFA que compunham a comitiva de inspeção e vistoria das potenciais sedes para o Mundial de 2014. A visita tinha como destino os estádios de futebol da cidade. O Beira-Rio, estádio do Inter, foi então escolhido para compor o caderno de encargos da FIFA, sob a justificativa técnica de que a reforma e modernização do Estádio Olímpico, do Grêmio, estaria inviabilizada devido à estrutura urbanística e fundiária da área em que o mesmo se encontra (SAMIOS; XAVIER, 2013).

O argumento técnico da definição do estádio relacionado à sua localização territorial adquire grande importância no planejamento da cidade para a Copa. Além de se constituir no ponto de referência que define o Corredor da Copa e o Território Prioritário das intervenções públicas para o evento, alinha-se com os interesses políticos do poder público municipal da revitalização e integração da Orla do lago Guaíba à sociedade porto-alegrense. O estádio Beira-Rio fica localizado num terreno aterrado às margens do Guaíba, no bairro Praia de Belas, entre a Avenida Padre Cacique e a Avenida Evaldo Pinheiro, duas longas vias que conectam o centro da cidade ao início da zona sul de Porto Alegre. Complementa-se a paisagística do estádio a vista para o Morro Santa Teresa.

Com a escolha extraoficial do estádio, um projeto de modernização denominado “Gigante para Sempre” foi elaborado pelo Internacional em parceria com a multinacional do setor da construção civil e imobiliário a Andrade Gutierrez, visando à adaptação do Estádio Beira-Rio às exigências da FIFA e aos padrões internacionais do futebol. Além disso, a justificativa para realizá-lo é que o projeto objetiva, conforme palavras do presidente do Internacional, *uma completa remodelação e modernização de toda uma região da orla do Guaíba*. Desse modo, o projeto prevê além de obras para o estádio (a instalação de cobertura, construção de novas cabines de imprensa e camarotes, ampliação de arquibancadas, e novas lojas e restaurantes), a construção de hotéis, pavilhões de exposição para feiras e um amplo estacionamento, incluindo Áreas Especiais de Interesse Cultural e Institucional, necessitando, assim, de procedimentos administrativos para concretizá-lo (SAMIO; XAVIER, 2013).

O projeto foi apresentado em 17 de março de 2008 à Câmara de Vereadores de Porto Alegre⁵⁷, objetivando a aprovação por parte dos vereadores das alterações necessárias no regime urbanístico e no plano diretor da cidade de modo a viabilizar a sua proposta de modernização do estádio e da Orla do Guaíba. O projeto foi aprovado por unanimidade em 29 de dezembro de 2008, tendo como ponto principal a permissão ao Internacional de realizar construções nas áreas adjacentes ao atual estádio, resultante de projeto de lei do executivo municipal de concessão onerosa de áreas públicas municipais para uso do Clube, tendo em vista qualificar e otimizar as atividades a serem desenvolvidas no local.

Embora, o estádio do Grêmio não tenha sido escolhido, seus dirigentes não desistiram de elaborar um projeto de estádio a ser incluído nos empreendimentos da Copa para a cidade, angariando benefícios financeiros e urbanísticos oportunizados pelo evento na cidade. Assim, os dirigentes do Grêmio se associaram a multinacional OAS e elaboraram um plano de construção de um novo estádio moderno, eficiente e funcional – seguindo as orientações dos peritos da FIFA –, que ficou conhecido como a Arena Multiuso.

Além da elaboração de projetos de lei complementar pelo executivo municipal, o governo do Rio Grande do Sul assinou um Termo de Compromisso com o Comitê Organizador da Copal Local – representante da FIFA – se comprometendo a viabilizar ações como licenciamentos ambientais, isenções fiscais e ações que envolvem investimentos relativos a reformas e construção de estádios. Somado a isto, a prefeitura de Porto Alegre instituiu a isenção de ICMS no que tange à aquisição de bens e mercadorias e à execução de serviços vinculados à reforma ou construção de estádios de futebol que sejam utilizados para os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014⁵⁸. É importante ressaltar que todas essas ações visavam acelerar os procedimentos burocráticos para que os estádios estivessem adequados a tempo do início dos jogos. No dia seguinte é publicado no Diário Oficial do município que a candidatura de Porto Alegre era oficial.

O passo seguinte foi à elaboração de uma estrutura institucional para tratar especificamente do planejamento da cidade para a recepção do evento esportivo. Assim, em 23 de Dezembro de 2008, o executivo municipal sancionou a lei nº 10.602 que institui a Secretaria Extraordinária da Copa (SECOPA), a qual seria extinta em Dezembro de 2014, após o evento. A SECOPA tem a função de supervisionar os projetos da prefeitura para a Copa, acompanhar as reformas nos estádios e estabelecer relações institucionais com os demais agentes envolvidos no processo de produção do Mundial – em especial com o

⁵⁷ <http://www.internacional.com.br/pagina.php?modulo=2&setor=18&codigo=8056>

⁵⁸ Decreto municipal nº 46.029, de 02 de dezembro de 2008. [acessado em março de 2015]

Governo Federal e o COL. Assim, a Secretaria da Copa passa a ser o principal órgão estatal responsável pela atuação direta nos trâmites diretos e indiretos, negociações e tomadas de decisão relativas ao evento. Em julho de 2009, é sancionado o projeto de Lei nº 140/2009⁵⁹ que cria a Secretaria Extraordinária da Copa no Gabinete do Governador do Estado, órgão

responsável pelo planejamento, coordenação e gestão das iniciativas dos órgãos e entidades da Administração Estadual e pela articulação com os Municípios, com os diversos setores econômicos e sociais e com a sociedade civil organizada, visando à realização e ao atendimento das exigências de adequação do Estado para a Copa do Mundo 2014 (art. 1º).

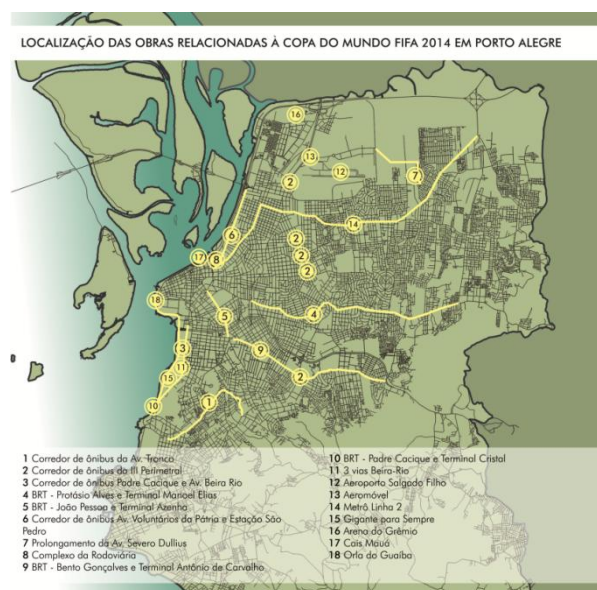
Com a seleção oficial de Porto Alegre como uma das cidades-sede, em maio de 2009, deu-se início a elaboração de programas específicos para a Copa e a estrutura de planejamento dos projetos e obras urbanas necessárias para a realização do evento. Deste modo a gestão territorial adentrou formalmente a cronologia do evento e a partir dele a proposição de um (re)ordenamento da paisagem urbana e de dinâmicas societárias balizadas pelas regiões dos projetos dos estádios aprovados. Assim, ao longo do ano de 2009, os principais esforços das autoridades públicas locais foram dedicados à elaboração de planos para a cidade, definindo as obras prioritárias de intervenção para compor a Matriz de Responsabilidade. Esta foi pactuada em janeiro de 2010, discriminando as responsabilidades dos entes federativos (União, Estado e Município) nos projetos imprescindíveis para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 em Porto Alegre.

Na primeira versão da MR do Estado do Rio Grande do Sul figuram intervenções no Aeroporto Internacional da cidade – de responsabilidade do Governo Federal – e a Reforma do Estádio Beira-Rio, a ser executada pela iniciativa privada, e obras de mobilidade urbana a serem realizadas pelo município. No anexo dois: a tabela com a descrição dos projetos, obras e valores disponibilizados na primeira versão da MR – a qual passará por uma série de alterações através dos aditivos.

Os projetos imprescindíveis para a cidade que figuram na tabela e compõem as responsabilidades assumidas pelo poder executivo municipal de Porto Alegre são todos projetos viários. Estes foram definidos a partir do estudo de técnicos da prefeitura do relatório final da ABDIB o qual, diagnosticando a situação da infraestrutura urbana na cidade, resultou num caderno de encargos apontando um total de 208 ações necessárias em diversos setores. Desta extensa lista, o poder administrativo reunido com seus técnicos decidiram, tendo em vista, as exigências da FIFA, o tempo do evento e o alinhamento aos projetos de governo em

⁵⁹Disponível em: <http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20090713-01-100000/EX20090713-01-100000-PL-140-2009.pdf> [acessado em]

curso, investir no eixo de mobilidade urbana, de modo a revitalizar a malha viária da cidade em função da Copa 2014. No total, foram previstos dez projetos de mobilidade urbana com obras de duplicação, prolongamento e alargamento de avenidas, construção de elevados e viadutos, abertura de novas vias, além do melhoramento do sistema público de transporte com a implementação de corredores de ônibus e ciclovias e novas tecnologias neste ramo, como os BRT's (Bus Rapid Transit). Todos os projetos foram elaborados pelo Centro das Industrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS) a partir de um termo de cooperação (SIQUEIRA, 2013).



Elaborado por Cecília Esteves (2014)

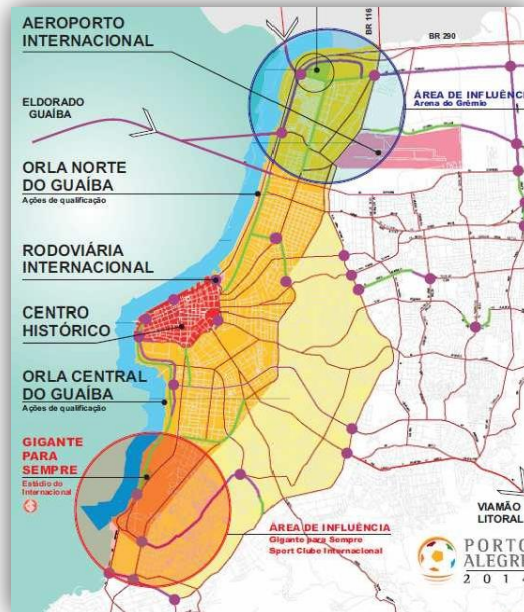
Este projeto de revitalização da malha viária compôs um plano de obras delimitado espacialmente pelo que se convencionou chamar “território urbano prioritário” do planejamento municipal e que corresponde ao “Corredor da Copa” (DIESSSE)⁶⁰. O traçado deste território se justificaria pela facilitação do deslocamento dos espectadores do evento (SAMIO e XAVIER, 2013), na medida em que corresponde à região de maior concentração e fluxo de turistas e de demanda por produtos e serviços durante a realização do evento esportivo, facilitando o acesso aos “territórios FIFA” – áreas públicas de restrição comerciais gestadas pela FIFA⁶¹ -, dos quais o entorno do Estádio Beira-Rio é o principal. Abaixo é possível visualizar o território urbano preferencial de planejamento formulado pela Secretária

⁶⁰ Disponível em: <http://geo.dieesse.org.br/poa/apresenta.php> [acessado em fevereiro de 2015]

⁶¹ As áreas de Restrição Comercial foram definidas na Lei Geral da Copa (12.663/2012), a qual atribui a regulamentação das áreas das cidades sedes a partir de regras estabelecidas pela FIFA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm [acessado em fevereiro de 2015]

Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico (SMGAE), representando as regiões onde ocorrerão as obras para a Copa na cidade:

Figura - 3: áreas prioritárias de planejamento urbano em porto alegre



Fonte: <http://blogueblue.blogspot.com.br/2012/06/areas-prioritarias-de-planejamento.html>

O destaque aos equipamentos culturais e de lazer expressam os potenciais deste território de alavancar o desenvolvimento da cidade, a partir da promoção de processos de renovação e qualificação urbana, transformando a cidade em um grande polo turístico e de negócios. É, neste sentido, que além de atender as exigências da FIFA, o plano de obras se alinha ao paradigma municipal de planejamento urbano, constituindo estratégia de produção e reforço de centralidades de diversas áreas da cidade, de modo especial das áreas do entorno do estádio Beira-Rio e da Arena Multiuso (XAVIER, 2013; LAHORGUE, 2013)

A principal questão apontada pela literatura especializada no tema da gestão territorial de Porto Alegre (LAHORGUE, 2013; XAVIER, 2013; DADDA, 2014), em relação a este planejamento prioritário da Copa e para o desenvolvimento da cidade, é o fator da localização dos investimentos. Conforme Lahorgue (2013), a localização das obras e empreendimentos urbanos é fundamental para o entendimento das dinâmicas que podem ser encadeadas com as obras da Copa. Todas estão em regiões densamente povoadas e que historicamente têm sido favorecidas pela intervenção pública e privada, concentrando as mais importantes centralidades, com grande circulação de pessoas (DADDA, 2014). Desse modo, o conjunto

de obras previsto reforçam as centralidades já existentes e concentram investimentos em regiões da cidade onde a renda média dos habitantes é mais alta (LAHORGUE, 2013).

Este é o conjunto de elementos e práticas nos quais as instituições e autoridades públicas locais investem diversos esforços para garantir que Porto Alegre se consolide como sede do evento. Assim, estes arranjos políticos vão delineando o cenário da cidade e delimitando as suas formas de desenvolvimento futuro. Neste sentido, a oportunidade da Copa se transforma em um conjunto de mapas e planos de obras imobiliárias e viárias que visam impulsionar o crescimento econômico de regiões da cidade e a (re)qualificação da infraestrutura urbana. Os empreendimentos são considerados como Projetos Especiais de grande complexidade, com curto tempo para serem concretizados, de modo que os processos de definição e de decisão sobre as obras são realizados por técnicos do governo e contratados em parceria com o executivo e a câmara municipal para adequar as diretrizes urbanas às urgências do evento esportivo.

É importante destacar que estes processos decisórios envolvendo a Copa 2014 em Porto Alegre ocorreram sem muitos alardes a partir das coalizões e arranjos políticos específicos que se encarregaram de elaborar os planos para a cidade apresentando-os como transformações estratégicas necessárias e desejáveis para o futuro da cidade. As ações de excepcionalidade (como alterações e decretos de leis) foram, deste modo, naturalizadas como parte necessária do processo de organização do evento esportivo, havendo a ausência de debates públicos sobre estes temas.

3.2. “Era só uma bela figura para encher os olhos”

Em meados de 2010, os projetos estatais da Copa para a cidade revelaram uma outra face, ausente dos planos e pactos até então publicizados, adquirindo um significado particular para setores da cidade. Autoridades públicas integrantes da SECOPA de Porto Alegre reuniram-se com representantes comunitários, no CAR (Glória, Cruzeiro, Cristal) – Moab Caldas, Morro santa Teresa.

Foi apresentado um mapa. Eles colocaram na parede e mostraram que não tinha espaço. Mas nós não íamos sair da região. [...] O habitacional nunca foi apresentado. [...] Era só uma bela figura para encher os olhos. (Relato de Seu Zé).

A *bela figura* era um mapa da região com o traçado viário projetado por técnicos contratados pela prefeitura para a Duplicação da Avenida Tronco, a qual compõe o Plano

urbanístico Av. Tronco/Grande Cruzeiro, projeto municipal prioritário para a organização de Porto Alegre na recepção dos jogos do Mundial. A figura trazia representada a complexa engenharia viária a ser executada, envolvendo obras de duplicação de um conjunto de vias, com a implementação de corredores de ônibus, canteiros centrais e ciclovias. A exposição da abertura da extensão da via, que de uma ponta a outra ultrapassa cinco quilômetros, não era mera exibição formal para as comunidades, mas uma forma de comunicar que seria necessário remover parte das vilas localizadas na região que se encontram nos terrenos de interesse da obra. Não havia informações concretas sobre o destino das famílias, a única certeza era que elas teriam que ser deslocadas da região, justificada pela indisponibilidade de terrenos para a construção de moradias populares. Assim, o mapa utilizado pelos agentes governamentais operava como um mediador que delimitava uma grade de inteligibilidade acerca da realidade de sentido das necessidades do planejamento da cidade.

A inevitabilidade da política de deslocamento das famílias explicava-se pela relevância institucional do projeto viário que, por um lado, era necessário à organização do Mundial e, por outro, fundamental ao desenvolvimento da cidade. Ao ser incluída como ação prioritária para a Copa, a duplicação da Avenida Tronco seria a solução à mobilidade nos dias dos jogos. Isto porque durante este período, as vias no entorno do estádio são interditadas para dar lugar às áreas de restrição comercial da FIFA e ao perímetro de segurança do evento, conformando um território no qual só é possível adentrar possuindo credenciais específicas (como ingressos ou autorizações da FIFA). É neste sentido que a Avenida Tronco, devido sua proximidade a esta região, corresponderia a uma alternativa de acesso à arena oficial dos jogos, bem como o desvio do tráfego das zonas adjacentes, compondo o anel viário em torno do Estádio Beira-Rio. Porém o investimento de esforços na concretização deste grande empreendimento urbano tinha um objetivo estratégico mais amplo percebido como fundamental ao desenvolvimento da cidade: realizar finalmente uma obra estruturadora do sistema viário de Porto Alegre, prevista no Plano diretor da cidade desde 1959, a qual permitiria conectar os principais bairros da Zona Sul ao Centro Histórico, bem como a vias que conectam a Zona Norte, Nordeste e Leste. Ao incluí-la na Matriz de Responsabilidade da Copa, o governo municipal garantia recursos federais especiais para realizá-la. Ao mesmo tempo, a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), a prefeitura contava com aporte financeiro para a política habitacional de interesse social (PHIS), dispondo de recursos à oferta de moradia popular.

O PMCMV, elaborado e implementado pelo governo federal no ano de 2007, define as diretrizes da política habitacional nacional e subsidia através do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) a aquisição de moradias para famílias que recebem até dez salários

mínimos (DEMHAB)⁶², tendo como principal objetivo erradicar o déficit habitacional brasileiro. A prefeitura de Porto Alegre estabeleceu parceria com o governo federal, através do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), em 2009, para atender a demanda habitacional de interesse social na cidade (que compreende famílias com renda de até três salários mínimos), tendo como critério prioritário as famílias desabrigadas de áreas de risco. As principais instituições mediadoras deste processo são o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) – é com esta última instituição que a prefeitura passou a negociar.

O Plano Urbanístico Tronco-Cruzeiro era apresentado também como um projeto social que visava o “resgate urbano-ambiental de uma ampla área de vulnerabilidade social”, reforçando, assim, a justificativa da importância das intervenções da prefeitura na região. Deste ponto de vista, a atuação governamental não se restringia apenas ao projeto viário, mas era também um momento de oportunidade para prover moradias regularizadas aos setores em situação de vulnerabilidade fundiária, no qual os moradores a serem deslocados passam a ser entendidos como beneficiários. A realização do deslocamento compulsório é traduzida, deste modo, como um mecanismo de administração da pobreza.

No momento da apresentação do Plano Urbanístico⁶³, o projeto viário continha informações especificadas dos elementos que o compõem, com representação das obras a serem executadas, divididas em trechos com os nomes e divisões entre as ruas, bem como os custos previstos. Em contraste o plano habitacional aparecia associado a termos *em elaboração, estimativas, intenções, desafio e expectativas*, explicitando em termos concretos que a provisão de moradias era uma problemática a ser resolvida para a concretização da avenida e do projeto de melhoramento da infraestrutura urbana. Se para a prefeitura a ausência do plano habitacional era naturalizado como um “desafio” que fazia parte do processo de planejamento e execução do plano urbanístico, tendo em vista a urgência das obras para o atendimento do cronograma dos jogos, para os moradores, reduzidos agora a *público-alvo* do projeto, a situação se configurava como o início de um tempo de incertezas sobre os seus destinos.

Foi sobre o delineamento desta situação-limite que a frase da “bela figura” foi me dita por Seu Zé - o mesmo Zé que protagonizou a introdução desta dissertação – numa das nossas conversas sobre o seu envolvimento na luta pela moradia desencadeada pelo projeto da Avenida Tronco. Foi neste momento de anúncio dos projetos da Copa 2014 para a região da avenida que Zé, assim como milhares de outros moradores (cerca de 6000 pessoas), ficou

⁶²Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=133 [acessado em março de 2015]

⁶³Disponível em: http://www.prrs.mpf.mp.br/home/audiencias/copa-2014/anexo_3_planejamento_da_avenida_tronco_27.09.10.pdf [acessado em março de 2015]

sabendo que o amplo terreno no qual a sua casa fora construída seria atingido pelo traçado viário projetado. A sua casa fica localizada na rua cruzeira do Sul, na Vila Cruzeiro, e foi construída numa época em que a região era uma área periférica da cidade, há quarenta anos. A casa que na época era de tábuas ficava na encosta de um perigoso valão, o qual, através de reivindicações no fórum do Orçamento Participativo (OP), foi encanado possibilitando emparelhar o terreno e fazer melhorias na sua moradia.

Numa das visitas que fiz a seu Zé, ele me levou até a janela da sua casa, que dá para o pátio dos fundos do terreno onde mora e me mostrou o local onde o traçado da via a ser duplicada passaria e em um tom enfático me disse: “mas eu não vou sair daqui”. O grande terreno onde construiu a sua moradia era agora dividido com uma das suas filhas, o que lhe motivava ainda mais na busca por alternativas de permanecer na sua residência. A filha com a qual compartilha o terreno, ganhou uma boa indenização por motivos trabalhistas com a qual tinha objetivo de adquirir a casa própria e se mudar com o marido e filhos. No entanto, ela não conseguiu encontrar um terreno e Zé ofereceu o seu para que ela construísse a casa. Tendo investido todo o dinheiro na nova moradia, meses depois chegou a notícia do projeto da avenida, colocando em risco a permanência no terreno e a perda do investimento. Zé ficou aflito, pois se sentia responsável pela situação que a filha agora se encontrava. Foi então que começou a buscar alternativas para resolver o problema.

Através do contato com Renato, presidente da Associação de Moradores do Cristal, Seu Zé tomou conhecimento da existência e do trabalho desenvolvido pelo Quilombo do Sopapo no processo de organização e mobilização coletiva para a efetivação da regularização fundiária das vilas na região do Cristal. Assim como seu Zé, Renato é morador há muito tempo da região atingida pela construção da futura avenida, tendo estabelecido moradia e sua “firma” de madeira no Bairro Cristal. Assim, moradia e trabalho se encontravam como alvo da política de remoção e desapropriação para as obras viárias, o que lhe motivou a se engajar na luta pela moradia. O envolvimento de Renato resultava também do seu papel como presidente da associação de moradores, os quais também compõem o público da política remoção, embora eles tenham obtido a conquista da regularização fundiária da Vila nos anos 1990.

Foram trajetórias como a de Seu Zé e de Renato que eu acompanhei durante o meu campo de pesquisa junto às reuniões e atividades desenvolvidas pelo Comitê Popular da Copa de Porto Alegre a partir do ponto de encontro no Quilombo do Sopapo. Mas antes de retornar a formação e atuação deste núcleo de resistência que passa a contestar as intervenções da

prefeitura, é preciso ressaltar que o lócus de intervenção do Plano Urbanístico Tronco-Cruzeiro não incide apenas aos moradores das vilas da Região do Cristal.

O longo traçado viário definido pelos técnicos da prefeitura para a obra de duplicação da Avenida Tronco compreende uma extensão de 5,3 quilômetros e 40 metros de largura, atravessando, deste modo, três bairros da zona sul da cidade: Cristal, Santa Teresa e Medianeira. Estes compõem duas regiões do Orçamento Participativo da cidade, a Região Cristal (Bairro Cristal) e a Região Cruzeiro (Bairro Santa Teresa e Bairro Medianeira), as quais correspondem a uma área central da cidade, totalmente imersa no tecido urbano



consolidado, com a presença de diversos equipamentos sociais,

Imagem do projeto da Avenida Tronco. Disponível em:
<http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/>

culturais e de lazer e o acesso a serviços básicos como escola e posto de saúde. No entanto, estas regiões são também caracterizadas por abrigarem um grande número de pessoas habitando em assentamentos informais⁶⁴.

É justamente na porção do território onde se localizam as vilas que a avenida foi projetada para passar, impactando 1525 famílias. Desta perspectiva, o projeto da avenida se sobrepõe a oito conglomerados de vilas distribuídas nas regiões citadas: a Vila Cristal e a Vila Divisa; a Vila Cruzeiro, a Vila Tronco, Vila Maria, Vila Silva Paes, Vila Gaston Mazon e Vila dos Comerciários.

⁶⁴ O processo de valorização urbana em curso contrasta com o número de pessoas em “moradia precária” [colocar nota], na Região Cruzeiro cerca 41, 93% dos habitantes se encontram nesta condição e na Região Cristal 21,5%, indicadores que colocam os bairros delimitados por estas regiões entre os níveis intermediários e piores da cidade se tratando da temática do acesso à moradia

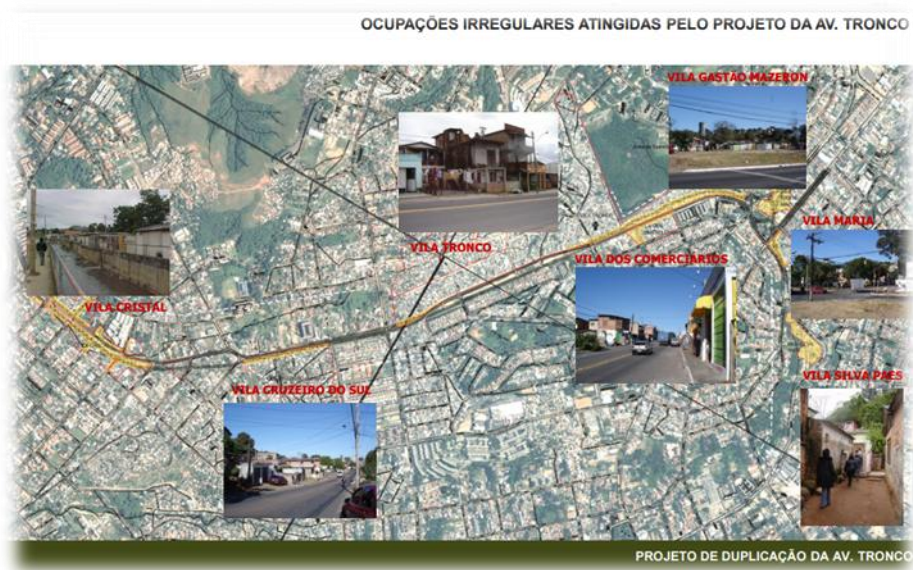


Imagem das Vilas a serem removidas pela Avenida Tronco. Disponível em:
<http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/>

A diversidade de vilas impactadas expressa a dimensão de complexidade da política estatal de deslocamento compulsório, a qual reduz uma heterogeneidade de trajetórias e experiências sociais, políticas, culturais e materiais a um mesmo processo político. O simples caminhar pela avenida em obras já revelava as diferenças a partir das moradias: por um lado, casas em condições muito precárias, construídas com tabuões e outros materiais reciclados, coabitando um mesmo terreno; por outro, grandes terrenos com moradias construídas. A heterogeneidade se expressa também na existência de uma ampla e diversificada rede associativa que atua em diferentes âmbitos sociais que vão das associações de moradores, conselhos tutelares, delegados do OP, representantes do FPU, centros de apoio ao Menor, CEBs, igrejas evangélicas, terreiros, associação da classe média, entre outros. Assim, o projeto da Tronco envolve uma rede heterogênea perpassado por perspectivas, práticas e lógicas distintas. É em meio a este complexo heterogêneo de conexões e mediações que a luta coletiva que emana a partir do CPC/Cristal adquire sentido singular, dando início a uma disputa pública sobre o direito à moradia, de modo a reconfigurar o ambiente no qual a política de deslocamento compulsória é estabelecida.

3.3 O Comitê Popular da Copa do Cristal e a luta coletiva pelo direito à moradia

Estar junto aos integrantes do Comitê Popular da Copa significava a presença constantemente em reuniões organizado pelas diversas redes que se articulavam a partir

daquele espaço. Semanalmente, na sede do Quilombo do Sopapo, próximo das 19h, após o término dos afazeres particulares de cada um, dava-se o encontro entre moradores da região Cristal e Divisa e os representantes das organizações sociais. Estas reuniões eram dedicadas ao compartilhamento de informações sobre o que se passava “lá fora” – os projetos aprovados nos gabinetes estatais, os conflitos fundiários diversos na cidade e a interação cotidiana entre moradores das vilas impactadas pelo planejamento da Copa. Definiam-se, a partir destas reuniões, os objetivos do espaço, mapeando adversários, possíveis aliados e elaborando estratégias para a ação de enfrentamento as definições da prefeitura e, sobretudo, para a mobilização comunitária.

No espaço das reuniões o caráter do grupo era assunto frequentemente debatido. Remetia-se sempre a uma nova forma de organização que se diferenciava tanto dos canais estatais de participação política quanto das Associações de Moradores tradicionais. O processo de diferenciação do Comitê a estes espaços relacionava-se à generalizada institucionalização dos conflitos na cidade, a qual tinha como resultado uma perspectiva fragmentada da política urbana, levando as vilas a disputarem entre si os poucos recursos governamentais destinados às populações pobres. Os canais institucionais de participação, embora fossem entendidos como importantes mecanismos nas experiências da organização e luta comunitária em Porto Alegre na medida em que oportunizaram a conquista de diversos equipamentos e serviços públicos melhorando a qualidade de vida nas vilas, são, na conjuntura atual, percebidos como ferramentas esvaziadas de potencial crítico para intervir na problemática delineada pelas práticas estatais naquele território.

Assim, a compreensão de que a constituição do Comitê significava uma nova forma de organização política estava relacionada diretamente às possibilidades de construção de ações políticas de resistência que produzissem efeitos reais frente o cenário forjado pelo comprometimento do governo em realizar o evento e com a prática estatal contemporânea envolvendo vilas e planejamento urbanístico. O núcleo central desta inovação era enunciado como a dedicação de esforços na organização de uma frente popular autônoma e unificada, consolidando um ambiente de convergência entre as vilas. O objetivo era a articulação das experiências de conflitos localizados que, embora peculiares, são entendidos como situações sociais concretas de um mesmo momento político de planejamento da ordem urbana, fazendo emergir um olhar regionalizado sobre os conflitos fundiários, não estando restrito apenas a uma determinada comunidade.

A especificidade do grupo como ferramenta de luta era marcada pela possibilidade de independência dos recursos municipais para a sua existência, dando autonomia aos moradores

nas decisões e definições sobre os seus interesses, sem estarem amarrados às tramas partidárias dominantes atualmente não só na política democrática representativa, mas também nos espaços de democracia deliberativa. Aqui faço um breve parêntese para ressaltar que esta ideia de distanciamento das estruturas partidárias era motivo recorrente de tensões internas e externas ao grupo. Diversas pessoas, que circulavam e tinham papel importante na sustentação e manutenção do grupo, eram ligadas a partidos, sobretudo, ao PT, sendo alvo constante de desconfianças interna sobre seus interesses e acusações externas de que o comitê operava como uma facção política. Durante um bom tempo estas tensões foram sendo ajustadas no seio do grupo, mas acabaram por provocar o isolamento dos partidários de alguns espaços de discussão.

Este conjunto de elementos articulados nas narrativas dos grupos que se encontravam em interação a partir do CPC/Cristal compunha a grade de inteligibilidade da existência do coletivo, delimitando fronteiras morais e políticas acerca da construção do processo de mobilização coletiva. Neste sentido:

O próprio de uma mobilização não totalmente rotineira é que ela abala o consenso presumido da experiência do senso comum e põe à prova a atitude natural dos indivíduos que a compõem. Ela deve então produzir os termos de sua inteligibilidade e de sua legitimidade para os auditórios aos quais se endereça, para os membros que a compõem e para os adversários contra os quais luta. A constituição de um desafio de mobilização, de protesto e de conflito acompanha a articulação de uma arena pública, para onde apontam os atores coletivos e onde emergem novos universos de sentido. [...] As atividades, de fazer sentido não são, então, inventadas a cada vez. Elas têm um caráter típico, em parte fixado pela instituição, o direito e o decoro, e em parte ajustado por um jogo de prescrições e sanções mais difusas. (CEFAI, 2011)

A demarcação deste ponto de vista sobre a situação delineada pelos projetos da Copa 2014 e as formas de agir nela configuram o modo como o deslocamento compulsório é percebido, problematizado e redefinido a partir do CPC/Cristal. Assim, a luta coletiva é compreendida como uma ferramenta possível de produzir a permanência das famílias na sua região rompendo, deste modo, com a situação de ameaça forjada pelos dispositivos estatais no seu comprometimento com a temporalidade do evento. Os termos específicos impostos pela prefeitura acerca do deslocamento das famílias são reelaborados a partir da luta pelos direitos humanos, de modo a provocar a ação responsiva do Estado e demais autoridades perante as arbitrariedades das intervenções estatais frente à vida dos moradores das vilas de Porto Alegre. A “nova forma de organização política” reivindica o reconhecimento das famílias como parte do território urbano e o protagonismo destas nos processos decisórios sobre suas possibilidades e condições de vida. Estas eram as questões (permanência, participação, direito

à moradia e violação de direitos humanos) que emergiam para mim da interação com os grupos que se engajavam com o CPC/Cristal, compondo uma espécie de pano de fundo no qual a dinâmica de atuação crítica era construída.

Em termos estritamente empíricos, a minha primeira inserção temporal no campo de pesquisa⁶⁵ correspondeu aos dilemas – retratados anteriormente com a história de seu Zé e Renato – da situação de ameaça de perda da moradia e/ou trabalho estabelecida pela perspectiva da prefeitura da inevitabilidade do deslocamento compulsório. O argumento da inexistência de terrenos na região para a moradia popular veio associado à aprovação de alterações na lei municipal nº 636 de janeiro de 2010, que regulamenta a utilização dos recursos do PMCMV para a provisão de moradia de interesse social e determina no seu artigo 3º que estes devam atender a, no mínimo, 80% da demanda de habitação em áreas identificadas na própria região. A alteração resultou num projeto de lei complementar nº 663 elaborado pelo poder executivo local e aprovado por unanimidade na câmara de vereadores em dezembro de 2010, a qual traz no seu art. 79º que “para os empreendimentos Minha Casa, Minha Vida destinados aos reassentamentos de famílias em função da Copa de 2014, não se aplica o disposto no parágrafo do art. 3º da Lei nº 636, de 13 de Janeiro de 2010”. Desse modo, a prefeitura criava mecanismos legais de efetivar o deslocamento compulsório, o que representava, paradoxalmente, nas palavras de Renato, “que os nossos direitos não vão ser respeitados na Copa do Mundo”.

Numa tentativa de acelerar a retirada dos moradores para poder dar início à obra viária, a política habitacional específica que passa a ser desenhada pelo governo municipal prevê a concessão do bônus moradia e o reassentamento via aluguel sociais, dois instrumentos estatais com caráter emergencial. O Aluguel Social é um recurso assistencial mensal fornecido pela prefeitura às pessoas que se encontram sem local para morar. Ele foi proposto como alternativa para as famílias que desejassem optar pelo reassentamento em unidades habitacionais construídas pela prefeitura através do PMCMV, na medida em que o cronograma governamental para a Copa 2014 previa o início da obra viária antes das casas estarem prontas. Já o Bônus Moradia⁶⁶ é uma forma de indenização para o reassentamento de famílias ocupantes de áreas de risco ou em áreas que devem ser liberadas para permitir a execução de obras de infraestrutura no município. Em outros termos, o Bônus Moradia é um recurso ofertado pela prefeitura para que o morador adquira uma habitação escriturada. O

⁶⁵ Período de Dezembro de 2010 a Novembro de 2011,

valor é definido pela prefeitura, a qual indeniza apenas as benfeitorias existentes em cada habitação, não reconhecendo, portanto, o direito dos moradores sobre os terrenos ocupados. O recurso financeiro não é acessado diretamente pelos moradores e só pode ser utilizado por meio da negociação entre o poder público municipal e proprietário da casa a ser adquirida. No entanto, nenhuma informação concreta – sobre valores, prazos, destinos ou critérios - e nem garantias foram fornecidas aos moradores.

Na contramão desta definição estatal de excepcionalidade, o CPC/Cristal constituiu uma comissão de moradores que junto com integrantes das organizações organizaram uma caminhada na região para identificar as áreas vazias passíveis de desapropriação pública para a construção das unidades habitacionais. Esta articulação entre os conhecimentos dos moradores sobre o bairro e os saberes dos militantes acerca da legislação urbanística resultou no mapeamento de diversos terrenos que compuseram um documento protocolado na prefeitura reivindicando a demarcação destes como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), de modo a atender a demanda por reassentamento dos moradores atingidos pela duplicação da Tronco na região de origem. Os terrenos foram recebidos pelo poder público municipal para avaliação técnica, no entanto, a situação de ameaça permaneceu latente.

A circunstância de suspensão da normalidade do fluxo cotidiano, o qual passava agora a ser marcado por incertezas diversas, era agravada pela postura adotada pela prefeitura de omissão de informações concretas sobre o plano de reassentamento e a política habitacional a ser executada. Com efeito, a busca por informações e pelo direito dos moradores de participarem dos processos decisórios tanto das obras viária quanto da política habitacional envolveu a articulação de ações coletivas voltadas para os mecanismos institucionais dando início a um “*ciclo de audiências públicas de iniciativa popular*”. Deste modo, deu-se início a uma série de denúncias públicas a órgãos e instituições governamentais buscando dispor de um espaço de fala dos moradores em situação de ameaça e a intervenção das autoridades na mediação do diálogo com os agentes da prefeitura.

As denúncias tinham como núcleo central a noção de *remoções forçadas*, caracterizadas pela *intervenção vertical do poder público, que não conta com a participação das comunidades nas decisões*⁶⁷. O argumento em torno desta noção mobiliza diversos mecanismos jurídicos (a nível local, nacional e internacional) que garantem o direito à cidade e à moradia das famílias. Neste sentido, o processo de deslocamento compulsório é traduzido para a linguagem jurídica de modo a colocar a luta dos moradores num registro de sentido

⁶⁷ Frase retirada de documento elaborado pelo CPC/POA á presidência da república.

legítimo nas arenas públicas. Nas audiências foram encaminhadas denúncias, documentos e propostas à prefeitura municipal, ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, à Assembleia Legislativa Estadual e à Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

As audiências públicas tiveram um importante papel também na manutenção do CPC/Cristal, pois a partir delas se mobilizavam compromissos produzindo situações alternativas. Destaco aqui a audiência pública com a Câmara de Vereadores, a qual foi realizada no mês de abril de 2011, no salão paroquial da Igreja Santa Teresa – referência comunitária da Vila Cruzeiro. Participaram deste momento, além do CPC/Cristal e de vereadores, cerca de 250 moradores e representantes do executivo municipal acompanhado por uma forte presença policial. Na pauta de discussão a principal reivindicação era o comprometimento dos representantes parlamentares de intermediarem a demanda do CPC/Cristal pela desapropriação para fins de moradia popular de dezessete hectares onde ficam as coqueiras do Jóquei Club.

Esta ampla área é parte do Hipódromo do Cristal, patrimônio histórico da cidade, localizado às margens do lago Guaíba, ao lado do Barra Shopping Sul, e foi doada na década de 1940 pelo governo do Estado para a instalação do Jóquei na região. No contrato firmado estabeleceu-se uma cláusula que previa a reversibilidade da área caso esta não fosse utilizada para os fins específicos da doação (isto é, o desenvolvimento de atividades de hipódromo), no entanto, um projeto de lei a nível estadual foi aprovado em 2010 retirando o gravame de uso. Este fato resultou na negociação do Jóquei com a empresa privada Multiplan (a proprietária do Barra Shopping Sul), para a qual repassou os 17hec para fins de exploração comercial. É em torno da entrega da área pública para a iniciativa privada que o CPC/Cristal mobiliza argumentos políticos para reivindicar a desapropriação da área ao atendimento das demandas habitacionais dos moradores que terão que deixar suas casas para dar lugar a avenida Tronco, expressando diretamente o caráter fundiário do conflito na região. Ao final da audiência pública a presidente da Câmara de vereadores, Sofia Cavedon (PT), junto aos demais vereadores presentes, firmou o compromisso de constituir um grupo de trabalho para negociar com o governo do estado a reivindicação da área.

Nesta mesma época, a prefeitura, representada na figura do DEMHAB, anunciou o início do cadastro socioeconômico dos moradores, o qual seria realizado por uma empresa contratada. Este processo era parte da etapa de definição formal do público-alvo da política de deslocamento, compondo o perfil das famílias e delimitando quem teria acesso aos benefícios municipais de provisão de moradia. A compreensão da importância do instrumento do cadastro para que a prefeitura pudesse avançar no cronograma de execução das obras resultou

na proposição estratégica de barrar o cadastro até que o prefeito fosse pessoalmente à região ouvir os moradores, prestar esclarecimento às dúvidas sobre a política habitacional e se comprometer com as demandas das famílias. A partir de um conjunto de reuniões e realizações de assembleias com as comunidades os moradores decidiram que não responderiam ao cadastro até que o prefeito prestasse garantias. Assim, “não vai ter cadastro” foi a decisão anunciada pelos moradores em reunião com representantes do DEMHAB, no dia 15 de junho de 2011.

Com efeito, a ação resultou na visita do prefeito às vilas do Cristal e da Divisa, na noite do dia 29 de julho de 2011, em um encontro marcado novamente no salão da Igreja Santa Teresa. Acompanhado de representantes das secretarias municipais diretamente envolvidas com a coordenação dos projetos da/para a Copa 2014, integrantes dos órgãos de implementação da política habitacional popular e engenheiros e arquitetos responsáveis pela obra, o prefeito José Fortunatti mais uma vez se utilizou de mapas e gráficos para expor o traçado e o cronograma da duplicação da Avenida Tronco. Os moradores revezavam-se ao microfone interpelando-o sobre a ordem de prioridades imposta no projeto urbanístico: “*Para que esta avenida então senhor prefeito? Ela é tão importante assim? E nós para onde vamos? Nós temos direito, senhor prefeito*”⁶⁸. Os questionamentos sobre a política habitacional, no entanto, ainda “não tinham respostas”, o que era justificado pela necessidade de obter primeiramente as informações do cadastro socioeconômico para que estas fossem construídas.

As principais angústias em torno da incerteza da moradia apresentadas pelos moradores referiam-se ao valor do Bônus Moradia e a recusa pelo Aluguel Social como ferramenta de provisão de moradia. Entendia-se que estas medidas provocam inevitavelmente a expulsão dos moradores dos bairros habitados. Neste sentido, o bônus, ao indenizar apenas as benfeitorias, resultava num valor abaixo da lógica do mercado de terras na cidade, sobretudo, na região que passa por um momento de valorização imobiliária, levando inevitavelmente os moradores a terem que comprar casas em áreas periféricas da cidade ou, então, nos municípios vizinhos. Já o Aluguel Social era problematizado pelo registro do despejo, na medida em que a opção por esta modalidade não resolvia o problema da moradia, mas, antes, deixava as famílias numa situação de vulnerabilidade maior do que se encontram hoje, ficando dependentes dos interesses da prefeitura que a qualquer momento poderia suspender o pagamento do aluguel e ofertar alternativas de moradia circunstanciais.

⁶⁸ Fala de Noemi, moradora da Vila Divisa no Bairro Cristal.

Embora os representantes da prefeitura não tenham fornecido respostas aos questionamentos específicos nas narrativas do prefeito à realização do Plano Urbanístico, era reafirmada como uma ação que oportunizava benefícios não só para a cidade, mas também para os moradores. A urgência em cumprir o cronograma era justificada pelo tempo dos recursos disponibilizados, o qual deixaria de existir caso a obra não fosse iniciada. Neste sentido, o prefeito remetia ao fato de que a definição do cronograma nestes termos não fora uma decisão sua, mas imposta pelo governo federal. Para convencer as famílias da importância do cadastro, ele garantia verbalmente que as famílias seriam respeitadas e indenizadas de forma legal e justa. Conquanto estas afirmações institucionais fossem criticadas pelo CPC/Cristal como mera retórica para imposição dos interesses do poder administrativo – o que, em grande medida, se confirmou na prática –, para as famílias a fala do prefeito adquiria outro significado: as possibilidades reais de obter a moradia – era preciso confiar naquele que detinha os meios para que este fato se concretizasse.

Neste encontro com a prefeitura outra problemática enfrentada pelos integrantes reunidos no CPC/Cristal veio à tona: a descaracterização da luta por parte da prefeitura como uma forma legítima de participação no processo político. Neste sentido, as falas dos moradores questionavam o prefeito Fortunatti acerca da entrevista que ele havia dado em uma rádio sobre as obras da Copa 2014 onde argumentou, referindo-se ao CPC/Cristal, que havia “pessoas *baderneiras* contra o progresso da cidade”. A frase do prefeito era contraposta pela afirmação de que a luta pela moradia não eram contra “o progresso”, mas sim por direitos – é importante destacar aqui, que a contestação frente as intervenções governamentais não se colocava contrária a realização da avenida e nem da Copa do Mundo 2014, ilustrativo disto é que o slogan que figurava nos documentos de denuncia era “Copa sim, mas com respeito aos direitos do cidadão.”

Esta disputa argumentativa em torno da definição dos sujeitos legítimos de reivindicação figurou em outros âmbitos societários. Em grande medida, a mídia (e o próprio poder público) utilizou do termo “invasores” para se referir as famílias em situação de remoção. Esta problemática esteve presente também na reivindicação da desapropriação de terrenos na região para as moradias, a qual foi tensionada por um abaixo-assinado da classe média do bairro:

“A reunião já tinha começado, quando um grupo de pessoas chegou ao local. A rodada de apresentações se repetiu e uma das mulheres que recém tinha chegado pediu para falar. Apresentou-se como conselheira do OP e moradora de uma das vilas que será removida. Disse que estava muito preocupada, que tinha ido a uma reunião que foi feita às escondidas e que só souberam 5 minutos antes de começar (“se soubéssemos antes, só a vila do R. tem muito mais gente que

“eles”). “Eles” era referência à classe média do bairro. Sua preocupação era a apresentação de um abaixo-assinado com mais de 1.800 assinaturas contra a permanências das famílias (“eles não querem pobres”). Falou que a reunião foi muito pesada, falaram para o Baggio (Secretário de Gestão e Acompanhamento Estratégico) que se ele gostava tanto de pobre, que levasse para a casa dele. “Eles” perguntaram ao Secretário: “Vai ter garagem para os pobres guardarem as carroças?”. “Nós fomos apresentados como o lixo do Cristal”. Disse que uma mulher falou que “comprei isso a dois anos porque me garantiram que iam tirar esses pobres”. (nota do diário de campo)

Frente a estes argumentos acusatórios, o registro da luta nos termos dos direitos humanos possui um papel simbólico importante. Ao se utilizar desta linguagem para se referir aos moradores o CPC/Cristal visa mobilizar o reconhecimento público das famílias, de modo a inverter a acusação de que eles seriam invasores para torná-los sujeitos desprovidos de um direito humano básico: o direito à moradia. Neste processo de construção dos moradores como sujeitos legítimos, a vinda de Rolnik - a relatora do direito à moradia adequada da ONU - à Porto Alegre, a partir da articulação local com a ANCOP, desempenhou a função de fundamentar e certificar as reivindicações articuladas a partir do CPC/Cristal. A sua visita tinha como objetivo geral a produção final de um relatório sobre as violações de direitos humanos na cidade, constituindo uma ferramenta de luta pela moradia.

Da visita de Rolnik, em meados de agosto de 2011 até novembro do mesmo ano – correspondendo ao período final deste meu primeiro momento em campo –, a dinâmica de ações do CPC/Cristal deslocou seu foco do diálogo institucional para a atuação do fomento da mobilização coletiva a partir da organização de marchas de ruas e ações diretas e da articulação com advogados militantes que atuam na assessoria jurídica dos setores mais empobrecidos. Também fez parte deste repertório a participação em seminários acadêmicos, momento em que os moradores expunham a um público externo as suas histórias de vida, as angústias da situação de ameaça e as ações arbitrárias da prefeitura. Por fim, gostaria de ressaltar a importância das ferramentas de comunicação desenvolvidas pelo coletivo como forma de produzir “contrainformação” as narrativas e ações da prefeitura. Além das postagens no blog oficial⁶⁹ do CPC/Cristal, foi criado um “boletim informativo” voltado especificamente para informar e mobilizar os moradores impactados pelo projeto da avenida Tronco.

A Campanha Chave por Chave

⁶⁹ Disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/> [acessado em março de 2015]

O meu retorno ao campo de pesquisa no ano de 2012 foi intermediado por um conjunto de fatores circunstanciais. O primeiro deles resultou da realização de um estágio acadêmico na empresa Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda., no qual participei em projetos envolvendo a regularização fundiária de diversas comunidades em Porto Alegre. No entanto, a particularidade desta situação, em relação à luta desenvolvida pelo CPC/Cristal, se deu pelo fato de que esta empresa de consultoria tinha acabado de ganhar o edital estadual para o projeto de regularização fundiária das vilas do Morro Santa Teresa. Assim, ao longo dos dois meses que estagiei mantive o contato com os moradores do “Morro” que integravam o CPC/Cristal, bem como faziam parte do comitê gestor comunitário do Quilombo do Sopapo. O segundo fato correspondeu ao aumento do interesse de pesquisadores e acadêmicos em torno das remoções da Copa 2014 e das lutas de resistência. Na medida em que eu tinha acompanhado em Porto Alegre o início do processo de disputa entre governo e sociedade organizada, eu acabei me tornando referência e sendo procurada para intermediar as visitas entre acadêmicos e CPC/Cristal e fornecer entrevistas como “especialista” no assunto.

Mesmo com todos os esforços em torno da denúncia pública das *remoções forçadas*, em maio de 2012 a prefeitura anunciou a intenção de dar início às obras viárias. O anúncio foi seguido pela instalação do Escritório “Nova Tronco”, em junho de 2012, num espaço comunitário da Vila Cruzeiro. A função deste escritório era intermediar a negociação com as famílias acerca das modalidades ofertadas pela prefeitura para a aquisição de moradias e, conseqüentemente, a desocupação dos terrenos. Tendo em vista viabilizar formalmente a política de reassentamento, a prefeitura promulgou, em março de 2012, a lei nº 11.229 instituindo e regulamentando a concessão do bônus moradia como forma de indenização legal ao processo de deslocamento dos moradores e a normativa nº1 estabelecendo critérios para o recebimento do aluguel social para aqueles que desejavam uma unidade habitacional construída via MCMV nos terrenos da região. Assim, foram estas duas modalidades que passaram a ser ofertadas às famílias cadastradas⁷⁰ pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB). No entanto, com a falta de informações sobre a construção das unidades habitacionais, a opção pelo bônus moradia passa a ser a única solução concreta.

Neste novo cenário, os integrantes do CPC/Cristal se reúnem em assembleia com diversos moradores deliberando como estratégia de luta para enfrentar esta situação a “Campanha Chave por Chave”. O slogan da campanha se refere à decisão de que os

⁷⁰Na elaboração de projetos habitacionais de interesse social é realizado um cadastro socioeconômico para o levantamento de informações das famílias delimitando o público alvo da política.

moradores só deixarão suas casas quando tiverem a chave da casa nova em mãos e, neste sentido, expressa o repúdio ao aluguel social, referenciado como “cheque despejo”, como opção de política pública habitacional. Ao mesmo tempo, a reivindicação do “chave por chave” tensiona o valor de concessão do bônus moradia, o qual inviabiliza a compra de moradias escrituradas em regiões centrais provocando a migração “forçada” dos moradores para bairros distantes e cidades vizinhas. Com efeito, a campanha simboliza que não são por quaisquer chaves que as famílias deixarão os seus terrenos, de modo que, se as obras precisam ocorrer, as reparações aos “atingidos” sejam justas, possibilitando a continuidade de suas vidas em locais com a mesma oferta de infraestrutura e serviços existentes na região. A construção desta campanha é mais um mecanismo de pressão coletiva na tentativa de fazer com que a prefeitura atenda às demandas dos moradores e, ao mesmo tempo, um suspiro de resistência para que os moradores se mantenham unidos sem ceder as coações da prefeitura.

No enfrentamento à crítica ao valor do Bônus Moradia, a prefeitura definiu que entre as famílias “individualmente cadastradas, fica permitido a unificação dos seus respectivos bônus-moradia no limite de até dois, para a aquisição em conjunto de imóvel de maior valor”. Deste modo, o recurso do PMCMV que se destina a erradicação do déficit habitacional passa a ser utilizado na produção de coabitações, justamente um dos elementos combatidos pelo programa. A contestação ao início do pagamento do bônus, no valor de 52 mil reais, é, em contraste, publicizado pela prefeitura como um momento de passagem na vida dos moradores:

A prefeitura dará início [...] ao pagamento de Bônus-Moradia para moradores das avenidas Padre Cacique e Tronco que serão reassentados em função das obras de mobilidade urbana [...] Os beneficiários sairão de sua situação atual de informalidade para tornarem-se proprietários de imóveis formais”. (DEMHAB, 2012)⁷¹

A decisão de alguns moradores de deixarem as vilas deu início concreto às transformações na paisagem e nas relações sociais dos bairros, produzindo um cenário de intenso constrangimento e violência. Ao optarem pela concessão do Bônus Moradia, os moradores assinavam um documento que autorizava aos funcionários da prefeitura a demolição imediata das casas, prevenindo, assim, que estas fossem reocupadas. Este procedimento estatal resultou na acumulação de entulhos, proliferando ratos e acumulando lixo. Outra consequência do não recolhimento dos restos das demolições foi a presença de um novo ator social no bairro, os chamados “pedreiros”, termo que se refere aos usuários de crack, os quais passaram a ocupar os espaços dos escombros, se refugiando sobre as vigas e

⁷¹http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_noticia=153691&PREFEITURA+PAGA+BONUS-MORADIA+A+MORADORES+DA+AVENIDA+TRONCO

paredes demolidas. A aparição dos “pedreiros” era remetida nas falas dos moradores a partir da evocação do sentimento de “ameaça” dos mecanismos de convivência social nas vilas, na medida em que começavam a ocorrer pequenos furtos nas paradas de ônibus e outros locais públicos.



Foto da autora, 2013.

Assim, o processo de concretização da situação de ameaça revelava aos poucos a configuração de um contexto de forte violência institucional, onde aqueles que permaneciam passavam a conviver com os “restos” daqueles que saíam. A presença das máquinas para a demolição das casas foi se tornando um elemento cada vez mais familiar na região e aos poucos foi compartilhando o espaço com as máquinas das obras viárias, que tiveram início em outubro de 2012. Embora o primeiro trecho de intervenção não envolvesse desapropriações, a cada reunião semanal novos relatos sobre “rachaduras”, “vazamentos” e “alagamentos” resultantes da ruptura de canos, transformando as moradias em verdadeiros “canteiros de obras”, surgiam por parte dos moradores aflitos que buscavam no espaço do CPC/Cristal alguma alternativa.



Foto da autora, 2013.



Foto da autora, 2013.

Aos poucos as reuniões semanais na sede do Quilombo do Sopapo foram se tornando escassas, restringindo-se a atividades específicas articuladas a partir do CPC/Cristal. Em

grande medida isto ocorreu pelo afastamento de alguns moradores, em especial o grupo de mulheres que foi bastante ativo no ano de 2011, os quais passaram a se envolver nas negociações burocráticas com a prefeitura na concessão do Bônus Moradia e na efetivação da compra de novas residências – processo que demandava a procura de um imóvel escriturado circunscrito no valor do “benefício”, apresentação para a prefeitura da documentação e espera pela avaliação técnica. Aqui é importante ressaltar que a Vila Divisa, no bairro Cristal, diretamente atingida pela duplicação da Avenida Tronco, era dentre o conjunto de um dos locais em situação mais precária.



Foto autora, 2013.

Neste período foi formado uma nova articulação coletiva que deu origem ao Comitê Popular da Copa da Tronco (CPC/Tronco), a qual passou a desenvolver ações de contestação junto aos moradores do outro extremo da duplicação da avenida, na Vila Tronco, Bairro Santa Teresa/Região Cruzeiro. As reuniões do CPC/Tronco ocorriam no espaço da Escola Estadual de Ensino Fundamental Alberto Bins, localizada bem enfrente ao “postão da Cruzeiro”- importante referência comunitária - , nas proximidades do Escritório “Nova Tronco”. Embora, os representantes das organizações que participavam do CPC/Cristal interagissem com este novo coletivo haviam fronteiras políticas bem definidas relacionadas ao conflitos envolvendo filiações partidárias. O principal articulador das reuniões do CPC/Tronco era Valdir Bohn Gass⁷², antigo ativista comunitário e um dos fundadores do PT. A referência a este novo espaço tem função aqui de demarcar o fato de que a minha interação com um conjunto mais amplo de moradores foi neste período marcada pela participação nestas reuniões.

Os dilemas acerca do cenário de demolição que marcava o fim das vilas e o início da Avenida Tronco eram intensificados por uma série de outras situações de constrangimento

⁷² Valdir teve uma participação ativa no início das atividades do CPC/Cristal, a qual foi muito importantes no processo de mobilizar os moradores à participarem da luta. No entanto, aos poucos ele foi sendo afastado pelo seu pertencimento ao PT sendo “acusado” - tanto interna como externamente ao coletivo - de interesses eleitoreiros.

físico, mas, sobretudo, emocional: a proliferação de boatos de que as máquinas iriam passar por cima das casas ocupadas, as queixas das ações de coação e negligência que emanavam dos representantes do escritório da Nova Tronco, o chamado “escritório violador de direitos”, as ordens de despejos com prazo extremamente curto de desocupação, o tratamento desigual entre as famílias que não apresentavam resistência e muitos outros. Situações que eu vi, ouvi, presenciei e compartilhei intensamente, de modo que este período despertou em mim uma forte repulsa pelas instituições públicas locais e nacionais, tornando difícil estar em campo de pesquisa.

A estratégia do Vídeo Ativismo e a Marcha do Bloco de Lutas na Cruzeiro

Neste momento as principais estratégias do CPC/Cristal em torno da denúncia pública dos deslocamentos compulsórios passam a ser a filmagem e publicização de vídeos com relatos e situações de violação sofridas pelos moradores com o início das obras viárias e a retirada das casas. O objetivo era criar uma situação de constrangimento público das autoridades fazendo com que elas intervissem barrando as obras até que a reivindicação da Campanha Chave por Chave fosse atendida. Particularmente, o foco da denúncia era a Presidência da República, instituição responsável pelo financiamento tanto das obras urbanas quanto da política pública de provisão habitacional. Assim, visava-se mobilizá-la a partir do argumento público de que o Governo Federal estava financiando violações de direitos humanos em Porto Alegre. A elaboração do argumento objetivava utilizar-se das “contradições” do prefeito - o qual afirmou em uma assembleia do OP do Cristal de que ele era “Chave por Chave”, responsabilizando o governo federal pela situação delineada da cidade -, para tensionar a presidenta Dilma a se manifestar publicamente. A possibilidade de atingir o objetivo de barrar a duplicação da avenida resultava da compreensão de que com o início das obras não havia mais o risco (nem o argumento) de que os recursos fossem suspensos.

A produção de argumentos audiovisuais em torno da linguagem dos direitos humanos foi realizada a partir da articulação dos integrantes das organizações sociais que participavam do CPC/Cristal com a Witness⁷³, uma organização não governamental norte-americana que atua na capacitação e no suporte de ativistas em direitos humanos na utilização de vídeos como ferramenta de defesa e de mudança social. A partir desta parceria foi organizada uma

⁷³A Witness tem, desde 2010, apoiado diversas campanhas contra as remoções forçadas por megaeventos esportivos no Brasil, colaborando com a Plataforma Dhesca Brasil, a ANCOP e a Anistia Internacional dando suporte as denúncias de remoção. Mais informações disponíveis em: <http://pt.witness.org/> [acessado em Março de 2015]

oficina em Porto Alegre, entre os dias 21 e 25 de janeiro de 2013, a qual foi ministrada por Priscila Néri, uma brasileira radicada em Nova York que atua no gerenciamento de programas da Witness. A oficina foi aberta à participação de entidades, movimentos e associações sociais e contou também com a participação de jovens e adultos moradores das Vilas impactadas pela avenida Tronco. Durante os três dias de encontro circularam diversas pessoas no espaço da oficina proporcionando novas parcerias no engajamento da rede do CPC/Cristal configurando-se num espaço de trocas e sociabilidade. Destaco aqui o Coletivo Catarse, o qual a partir deste momento passou a fazer parte da equipe responsável pela elaboração do vídeo de denúncia endereçado à Presidência da República comprovando a partir das filmagens e histórias de vida as violações de direitos humanos por parte da prefeitura de Porto Alegre.

Para além das definições estratégicas de atuação, foram realizadas atividades na sede do Quilombo do Sopapo, de modo a possibilitar a interação dos participantes da oficina com os moradores e sua realidade local e, ao mesmo tempo, compartilhar com eles os aprendizados sobre o manuseio de câmeras de vídeos, de modo a instrumentalizá-los para o registro das intervenções da prefeitura. Ao fim do dia, foi realizada uma caminhada coletiva pelo bairro Cristal para conhecer o cenário de destruição que vem se consolidando pelas obras da Copa do Mundo FIFA 2014.

No final do mês de junho de 2013, o prefeito José Fortunati anuncia a retirada de todas as obras de mobilidade do PAC da Copa, incluindo o projeto da Avenida Tronco, admitindo as dificuldades da prefeitura em realizá-las dentro do cronograma do evento esportivo. A tomada desta decisão correspondeu ao momento em que ocorriam importantes mudanças no ambiente político de Porto Alegre e que incidiam diretamente nas ações do poder público municipal. Estas dizem respeito às ações diretas protagonizadas pelo coletivo Bloco de Lutas contra o aumento das passagens de ônibus na cidade, as quais produziram um ambiente de efervescência coletiva que tomou conta das ruas, dando início ao maior ciclo de protestos da história da cidade. Ao mesmo tempo, como expresso no capítulo I, as redes de Comitês Populares se encontravam mobilizados na realização de atos unificados por conta do início da Copa das Confederações 2013. A convergência entre estes dois processos resultou numa articulação política mais ampla, relacionando a pauta das tarifas com a pauta da mobilidade urbana, de modo que os integrantes do CPC/Cristal passaram a compor o Bloco de Lutas e a propor ações de contestação em conjunto.

Neste sentido, deliberou-se a partir das assembleias do Bloco de Luta que a marcha do dia 4 de julho de 2013 seria realizada em apoio a luta do CPC/Cristal e aos moradores impactados pela duplicação da avenida Tronco. Certa de dois mil jovens percorreram os cinco

quilômetros da avenida já em duplicação e entoavam em um forte coro: “*Soomooos, somos um povo, e nossas casas ninguém vai derrubaaar*”. Um momento simbólico importante foi o abraço coletivo em torno do “Postão”. A partir da marcha que tomou os rumos da periferia, a parceria entre CPC/Cristal e Bloco de Lutas promoveu um dia de “Mutirão por Direitos” com diversas atividades lúdicas (teatro, capoeira, grafite) e oficinas para aproximar organizações sociais e moradores e discutir o direito à moradia das famílias. O ato teve como objetivo dar continuidade à organização e mobilização coletiva na luta pela moradia. Porém, os efeitos em termos de mobilizar as comunidades a partir da linguagem dos direitos humanos foram pequenos, contando com uma participação bastante restrita de moradores. Tal limitação é ilustrada por uma conversa que tive com seu Zé neste dia quando o questionei sobre a ausência das famílias e ele me disse: “o povo não acredita, nós falamos que eles têm direito, mas eles não acreditam mais em nós...e sem o povo...o povo é o combustível”.

4. PONTOS DE VISTAS E DINÂMICAS PLURAIS EM SITUAÇÃO DE REMOÇÃO À COPA 2014

Das relações entre representantes das organizações e moradores alvo de políticas de remoção na cidade diferentes formas de engajamento com o Comitê Popular da Copa do Cristal se estabeleceram. Algumas famílias estiveram, durante períodos mais longos ou mais curtos, em interação, dedicando-se às atividades de mobilizar outras famílias a participarem da luta coletiva como modo de resolver o problema da moradia. Outras procuravam o Comitê em momentos específicos, quando já não tinham mais alternativas. Poucas, no entanto, de fato se tornaram parte do Comitê de maneira a participar ativamente, difundindo e sustentando a existência deste coletivo em espaços diversos. Neste sentido, este capítulo explora, a partir de algumas “cenas de campo”, diferentes situações de engajamento, dinâmicas políticas e perspectivas dos moradores em relação ao processo de disputa iniciado pelo CPC/Cristal em torno do direito à moradia.

4.1 Os lutadores do direito à moradia

Eram dezenove horas e eu estava atrasada. O lançamento do vídeo “A Copa que o Mundo Perdeu em Porto Alegre” tinha sido marcado para iniciar às dezoito horas. Caminhava apressadamente pelas ruas de Porto Alegre em busca de um táxi. Em vão. Apertei o passo e finalmente consegui chegar ao local do evento na sede do Instituto dos Arquitetos Brasileiros (IAB). Preocupada com o horário entrei rapidamente na sala onde o vídeo seria passado a procura de um lugar para me sentar. As luzes estavam acesas e as conversas ocorriam entre grupos paralelos. Avistei Cláudia (militante do MST e do CPC/Cristal) e fui me desculpar pelo atraso. Ela me tranquilizou: o evento não tinha começado, estavam esperando o pessoal da Vila Dique chegar. Eles estavam com dificuldades de se deslocar, a cidade estava tomada pelos mais de cem mil argentinos que haviam vindo para a partida de encerramento da primeira fase dos jogos do Mundial entre a seleção da Nigéria contra a seleção da Argentina. Era 24 de junho de 2014, véspera da partida.

Desistimos de esperar. As luzes da sala, ocupada por um público de cerca de 30 pessoas entre moradores, militantes e acadêmicos, foram apagadas e deu-se início ao lançamento do audiovisual. Durante 25 minutos assistimos a imagens e relatos sobre os impactos da Copa 2014 em Porto Alegre. O roteiro nos levava por diferentes lugares da cidade que, no entanto, registravam histórias de vida semelhantes: a retirada dos moradores

das suas casas para dar lugar aos planos e projetos urbanos. Desde a Vila Chocolateira removida do centro histórico, passando pela Vila Dique cindida pelas obras do Aeroporto Internacional Salgado Filho, pela luta do Morro Santa Teresa, chegando às vilas impactadas pela duplicação da Avenida Tronco. As imagens dos caminhões de mudança municipal, das máquinas na rua e da demolição das casas eram sobrepostas às filmagens de reuniões, assembleias e marchas de rua que contrapunham as práticas governamentais à luta coletiva.

O vídeo era resultado de um ano e meio de reuniões, encontros, organização de materiais audiovisual, filmagens, escrita de roteiro e edição. A elaboração e produção do vídeo decorreram das parcerias firmadas entre o CPC/Cristal e o Coletivo de Comunicação Catarse na Oficina da Witness e foram realizadas a partir dos encontros na sede do Quilombo do Sopapo. O objetivo era registrar e publicizar as violações de direitos humanos provocados pela Copa 2014 em Porto Alegre. Embora a situação de remoção do conjunto de vilas apresentadas não tenha sido resultado diretamente dos projetos da Copa 2014, identificava-se um mesmo contexto de conflito fundiário envolvendo a prática estatal de deslocamento compulsório para a “qualificação urbana” da cidade. Todas as situações foram acompanhadas direta ou indiretamente pelo coletivo do CPC/Cristal, figurando como casos de violação de direitos humanos nas denúncias públicas das remoções forçadas.

O término do vídeo foi marcado por um sentimento de comoção coletiva. Com as luzes novamente acessas, as lágrimas dos militantes e moradores se faziam visíveis. Demorou alguns minutos até que alguém conseguisse proferir as primeiras palavras. Fernandão (militante do NAT/Brasil e do CPC/Cristal) tomou a palavra e iniciou com um relato sobre os quatro anos de atuação do CPC/Cristal:

Quando iniciamos a luta, ninguém nos apoiou. Os grupos políticos em Porto Alegre estavam muito preocupados com políticas específicas para as suas bases. Não tivemos quase apoio, naquele momento ser contra a Copa era quase um suicídio político. Agora a gente vê que valeu a pena, hoje há um sentimento geral de descontentamento com a Copa no Brasil.

Seguiu se ocupando de alguns momentos de importante solidariedade da luta do CPC/Cristal que figuram no vídeo. Primeiramente, a marcha do oito de março de 2013, dia da mulher, que reuniu as mulheres impactadas pela Avenida Tronco com as mulheres do MST em uma grande marcha percorrendo a avenida em duplicação. Era o encontro do campo e da cidade, de duas realidades distintas protagonizadas pelas “chefas de família”. Em segundo lugar, a marcha do Bloco de Lutas na Cruzeiro, momento que oportunizou reunir centro e periferia em um mesmo coro de vozes. Sobre esta última situação, em particular, foi evocada a problemática

das tensões entre o “asfalto” e as vilas, as quais no fim da marcha haviam sido rompidas – pelo menos, circunstancialmente.

A realização da marcha provocou conflitos e medos para ambas as partes. Nos fóruns de discussão do Bloco de Lutas, caminhar pela Vila Cruzeiro, percebida como espaço do tráfico e da violência, ainda mais à noite, era remetido como uma situação de perigo. A Vila Cruzeiro é um dos principais conglomerados de assentamentos informais em Porto Alegre e faz parte do imaginário de lócus da violência. Sobre este medo do “asfalto” que sustenta uma percepção que estigmatiza o local de moradia e os moradores das vilas, eu gostaria de fazer um breve relato de uma situação em que eu, depois de muitas idas à campo, me vi tomada pelo medo da Cruzeiro.

Era final do ano de 2013 quando fui novamente visitar seu Zé. Do caminho de ônibus da minha casa até a do seu Zé, eu observava que algumas pessoas, principalmente homens jovens, pediam para passar por baixo da roleta ou então, passar uma só vez entre dois. Todas as vezes que este fato ocorreu o cobrador permitiu. Pensei que aquela atitude do cobrador era um ato de “solidariedade” para com aquelas pessoas que não tinham alternativa financeira para se deslocar. Logo fui surpreendida com o seu comentário: “de manhã é um sossego, mas à tarde eles estão todos acordados.” Eles todos eram os *marginais, os drogados, os vagabundos, estes que anda por aí sem ter o que fazer*. Dar a passagem era uma espécie de mecanismo de *boa convivência*. A rápida passagem de um imaginário solidário para a realidade das relações cotidianas de convivência me deixou incomodada e me vi vulnerável ao sentimento de medo. O ônibus com o qual eu já estava acostumada a me deslocar para o campo de pesquisa de repente passou a tomar a dimensão do nome da linha, “Cruzeiro” – o qual é também o nome da rua da casa de seu Zé, mas, sobretudo, referência de um dos maiores conglomerados de vila conhecido por ser um lugar “perigoso”. Percorrer o restante do trajeto passou a ser uma tortura para mim, tomada agora por um sentimento de insegurança, não só de estar no ônibus, mas de ter que descer dele nas proximidades da Vila Cruzeiro.

Desci. Avistei dois jovens nas proximidades de um beco e passei a caminhar mais rápido. Cheguei à casa de seu Zé, aliviada por estar “segura”, cumprimentei-o rapidamente e fui logo expressando o meu sentimento de medo. Seu Zé sorriu e foi logo desconstruindo o imaginário da região que compus das minhas memórias sobre as adjetivações com as situações presentes. *Aqui é tranquilo*, ele me disse. E seguiu sua fala, dissociando a vila a uma espécie de espaço singular onde ocorre a violência, ao me informar que *os meninos estão sempre no beco, mas não incomodam ninguém. Eles [“os bandidos”] matam em qualquer*

lugar hoje... Continuei interpelando-o, ainda confusa, sobre a dimensão violenta, pois uma moradora que conhecíamos e que também seria atingida pela obra de duplicação tinha me feito um relato sobre os perigos de viver na Cruzeiro. Ele concordou: *lá tá perigoso mesmo*. O *lá* era a outra ponta da avenida, na Vila Tronco, e estava perigoso por causa do volume de entulhos nos terrenos das casas demolidas – o perigo que era fruto da intervenção da prefeitura na região, reconfigurando as relações locais.

Desse modo, se o estado atual da região ocasionava a sensação de perigo a alguns participantes do Bloco de Lutas na marcha realizada no bairro, o *perigo* também era sentido por alguns moradores que se remetiam ao medo dos “vândalos”, isto é, dos denominados *Black Blocks* que emergiram como novos sujeitos políticos nos ciclos de mobilizações de rua de 2013, caracterizados pelo enfrentamento direto com os policiais e pela depredação estratégica de prédios alvos dos protestos. Neste sentido, a violência e ruptura da normalidade da convivência na vila eram associadas aos manifestantes, correndo boatos de que eles iriam “quebrar tudo”. No entanto, a marcha seguiu um rumo tranquilo pela avenida em duplicação, onde “moradores das vilas” e “manifestantes do asfalto” se misturavam com suas vozes e cartazes, configurando, assim, um momento simbólico de solidariedade.

As falas referentes ao documentário que estava sendo lançado foram seguidas pela palavra de outros militantes que enfatizavam a importância do processo de elaboração do vídeo que contou com a participação e materiais visuais produzidos e disponibilizados pelos próprios moradores. Elas também se referiam ao valor simbólico do vídeo como ferramenta para fazer com que a situação invisibilizada pelos agentes governamentais pudesse ser acessada por um público amplo. Os relatos dos militantes foram seguidos pelo convite aos moradores presentes para que se dirigissem a frente da plateia para se apresentarem: Seu Zé (Vila Cruzeiro), Bastos (Vila Icarai), Orlei e Michele (Morro Santa Teresa). Todos tiveram uma participação ativa junto às mobilizações do CPC/Cristal.

Michele falou emocionada sobre as lembranças que o vídeo lhe trouxera e salientou a importância das filmagens, oportunizando-a conhecer a realidade de outras comunidades locais que, embora singulares e em situações mais difíceis do que o “povo do Santa Teresa”, se assemelhavam nos dilemas e angústias com as quais teria passado a conviver quando se viu ameaçada de remoção. Lembrou que a luta do Morro ainda não estava ganha: “ainda temos que enfrentar a negociação com o governo do estado que agora com as eleições pode mudar e não sabemos o que está por vir”. Michele se referia ao fato de que, conquanto a mobilização do “Morro é Nosso” tivesse conseguido barrar o projeto de lei que previa a remoção de quatro mil famílias, a garantia da regularização fundiária e da permanência nos terrenos do Morro

Santa Teresa dependia da boa vontade política. Finalizou com um relato sobre a importância da experiência de luta para a sua vida:

Eu me formei na luta, aprendi muito. Nós fomos arquitetas, engenheiras e sabemos tudo de direitos. Eu fui diplomada em direitos. A nossa comunidade foi abraçada por vocês: vocês trouxeram o conhecimento e nós temos a vontade de lutar. Eu me lembro sempre do amigo Pincel [ativista do MST] que vinha com o problema e três soluções para que nós escolher o que achávamos melhor para a comunidade. Nunca nos impuseram nada. Foi um trabalho para a comunidade avançar e foi na luta que aprendemos a ser uma comunidade.

A sua fala torna visível o papel de especialistas que articularam seus saberes legítimos à organização institucional estatal para a produção de um lugar que reconhecesse a luta através de elementos jurídicos.

A próxima a falar foi Orlei, que relembrou a persistência no problema coletivo:

A luta vicia. Cada batalha que a gente ganha tem mais uma a ser enfrentada. A gente luta pela nossa casa, depois tem a do vizinho e vamos lá lutar com ele. Eu tive que ter um infarto para me acalmar e diminuir o ritmo. Hoje eu tinha uma reunião e tinha que vir aqui, eu sou uma só. Eu e a Michele tínhamos que nos revezar, uma hora era eu, outra eu não podia e ia ela.

Como as palavras de Orlei expressam, ela esteve sempre à frente das batalhas com os governos e instituições públicas de Porto Alegre. Ela participou ativamente da luta do “Morro é Nosso” e do CPC/Cristal e faz parte também do conselho gestor comunitário do Quilombo do Sopapo. Nós estivemos juntas por diversas vezes e construímos um vínculo de proximidade, em especial no Encontro dos Atingidos quando dividimos o mesmo chão do ginásio-dormitório. A última vez que nos encontramos foi em um Campus da UFRGS devido a defesa de uma tese de Antropologia Social que falava sobre a luta do Morro. Neste dia, ela me contou que tinha sido eleita conselheira do Orçamento Participativo do Cristal e estava fazendo parte das reuniões de construção do plano de resiliência⁷⁴ de Porto Alegre organizado pela prefeitura da cidade em parcerias com outras entidades. O plano é uma medida para minimizar os desastres em locais que apresentam riscos as comunidades residentes – como é o caso dos terrenos em encostas íngremes do Morro Santa Teresa. Questionei-a sobre os comentários jocosos das fotos que ela tinha postado em uma rede social nas quais recebia um certificado das mãos do prefeito Fortunati e ela prontamente me respondeu: “Nós pobres

⁷⁴ No final do ano de 2013 Porto Alegre foi reconhecida como cidade resiliente pela Fundação norte-americana Rockefeller, legando a capital gaúcha o status de cidade “preparada para voltar à normalidade após a ocorrência de desastre natural e para a superação de tragédias coletivas” (PMPA, 2013). Mais informações disponíveis em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=166185

estamos sempre nos reinventando”. Deste modo, ela destacava o aspecto conjuntural das lutas e o modo no qual encontrava caminhos de articulação às demandas reivindicadas.

No dia do lançamento do audiovisual, após a fala de Orlei, quem assumiu a fala foi Bastos, morador que esteve também engajado com o CPC/Cristal e que teve um importante papel em aproximar a luta das famílias em situação de remoção em decorrência do PISA da luta dos impactados pela Avenida Tronco. A sua fala iniciou agradecendo aos integrantes do Coletivo de Comunicação Catarse. No seu relato, ele lembrou o início das negociações com a prefeitura, no ano de 2007, sobre os destinos das famílias que seriam retiradas para que a obra do PISA pudesse se concretizar: “Naquela época o OP era forte, agora já não tem mais força” e continuou: “eles queriam nos mandar para um loteamento São Pedro, lá na Restinga, que eu nem sei onde fica”.

A política de reassentamento dos moradores impactados pelo PISA foi a primeira a se utilizar do mecanismo do Bônus Moradia como forma de indenização da moradia. No entanto, naquele momento esta alternativa fora construída em conjunto, entre representantes municipais e moradores, via os canais do OP, como opção ao reassentamento na Restinga. Mas com o início da disponibilização do Bônus Moradia no valor de 40 mil reais, as pessoas se encontraram numa situação de angústia, pois não conseguiam encontrar moradias escrituras naquele valor, exceto em regiões muito periféricas ou em outras cidades. Bastos conta que muitas acabaram voltando para a vila e se instalando lá novamente, enquanto outras famílias apresentaram resistência a deixar suas casas e passaram a demandar o aumento do valor do bônus. Este posicionamento não encontrou mais espaço de negociação:

Eles estão dizendo agora para quem não pegou o bônus ainda que o projeto pode ser barrado e nós vamos ficar sem nada. Pra forçar as famílias a sair eles mandam a polícia. Ela chegam nas casas e derrubam a porta a marretada dizendo que ali tinha sido denunciado como um ponto de tráfico de drogas e depois dão a desculpa que tinham se enganado, que era três casas mais adiante.

As ações de coerção por parte da prefeitura são relatadas também pelas situações de despejo:

Eu estava viajando e telefonaram dizendo que tinha chegado uma notificação da prefeitura para que as pessoas saíssem das casas em 15 dias. As pessoas acham que estão sendo despejadas. Imagina receber um documento com o timbre da prefeitura, mesmo que aquilo não tenha validade jurídica, as pessoas não sabem. Eu e o Max (militante do LPJ) pegamos o material do Quilombo do Sopapo e fomos com a câmera para filmar a ação de despejo. Eles (a prefeitura) morrem de medo de câmeras fotográficas. O juiz disse que não queria ser filmado enquanto estivesse falando, dissemos que tudo bem, mas que íamos filmar a situação. Não me recordo muito bem o que

houve, mas a juíza decidiu que não iam mais derrubar a casa e nós marcamos uma reunião às pressas lá, para não deixar que eles derrubassem. Nós fazemos de tudo para que a luta não chegue ao juiz. Porque enquanto estamos ali pressionando eles negociam, depois que vai para um juiz é uma pessoa sozinha que decide e vai saber a posição... Tem muito juiz que não gosta de pobre, que já foi assaltado e odeia pobre, quer mais que os pobres se deem mal.

Esta fala é particularmente relevante ao problema de pesquisa desta dissertação porque expressa a perspectiva em estado prático de como a lei e a força da ordem operam nos contextos de periferia. Neste sentido, o engajamento na luta pelo direito à moradia não é naturalizado de modo ingênuo, mas é percebido como um mecanismo singular, com suas potências e limitações, dentre outras formas para pressionar e deslocar as intervenções estatais ao atendimento de suas reivindicações. A experiência de viver na vila ensina a conviver com uma situação de instabilidade frente às relações de força da lei, levando a criação de mecanismos de defesa circunstanciais – a se “reinventar”, conforme termo de Orlei. Assim, a tradução da situação de deslocamento compulsório a partir da mobilização da linguagem dos direitos humanos é percebida como uma ferramenta de luta em relação ao contexto específico, na medida em que é a própria existência da articulação em torno do CPC/Cristal que torna possível estas operações críticas.

O último relato da noite do lançamento do audiovisual foi dado por seu Zé, que já estava com a voz engasgada e lágrimas no rosto, e falou com a sua irreverência singular: “A luta não foi inglória. As lágrimas também podem ser de alegria”. Emocionado com o momento de revivência de todo o processo de disputa com a prefeitura, ele falou sobre a importância do CPC para a luta das famílias e para a sua vida:

Foi uma construção importante, existem pessoas com capacidade, instrução, relações. [...] Eles batalham, tem capacidade, conhecimento e vontade política de ajudar. Se não fosse estas pessoas não teríamos feito toda esta documentação farta que pressionou um pouco os governos.

Assim, a referência a saberes especializados fica evidente nos processos de articulação institucional.

Dentre todas as pessoas que passaram pelo espaço do Quilombo do Sopapo ou fizeram parte das atividades na luta pelo direito à moradia, seu Zé foi um dos únicos que se manteve firme do início ao fim. Nas primeiras reuniões suas falas se mostravam tímidas, mas aos poucos ele foi se tornando um grande protagonista nas discussões e proposições de ação, na coordenação das reuniões, na mediação entre organizações e moradores, bem como entre

organizações e prefeitura – passando a fazer parte do GT Troncov– como representante do CPC/Cristal e nas falas públicas (audiências, visitas, seminários e oficinas).

A sua disposição e engajamento foi progressivamente lhe alcançando reconhecimento local, nacional e internacional através de seus relatos de quarenta anos de vida na região: participou dos encontros presenciais da ANCOP nas diferentes cidades sedes, na Cúpula dos Povos, acompanhou Raquel Rolnik na sua visita ao Rio de Janeiro para conhecer as comunidades “atingidas” desta cidade, viajou para a Escócia para participar de uma convenção internacional sobre violações de direitos humanos, organizada pela ONG Amigos da Terra, entre outros lugares. Seu Zé difundiu as histórias da Avenida Tronco.

O Plano Urbanístico da Tronco-Cruzeiro e as disputas decorrente que deram origem ao CPC/Cristal compuseram uma situação de reatualização da atividade política na vida de seu Zé. No início da década de 1990, seu Zé participou ativamente da construção de associações de moradores na região e na organização de mobilizações coletivas para reivindicar a urbanização das vilas, tendo sido eleito como presidente da União de Vilas, na qual atuou coordenando atividades comunitárias por cinco anos (de 1993 a 1998): “naquela época conquistamos muitas coisas. Saneamento, esgoto, regularização fundiária”. A União de Vilas foi formada no final da década de 1980 com objetivo de aglutinar forças para reivindicar melhorias as vilas junto aos governos, abrangendo mais de 30 associações de moradores filiadas a este espaço nas quais desenvolviam trabalhos comunitários. Com a implementação dos canais do OP, a União de Vilas tornou-se o local onde se discutiam e “amarravam” as prioridades da região a serem discutidas com os governos. Esta atuação de seu Zé lhe tornou conhecido localmente, levando-o a ganhar em 2001 uma medalha das mãos de Tarso Genro como “amigo da cidade”, em uma solenidade no Parque da Redenção para homenagear as pessoas com destaque nas lutas da cidade. Neste período Zé já tinha se afastado das atividades políticas.

Este novo envolvimento com a política, apesar da intensa batalha vivida durante quatro anos, é tida pelo seu Zé como um momento de transformação na sua vida em que ele se tornou um “lutador por direitos”:

Depois de toda uma vida passei a participar de coisas que interessam de verdade para todos, para a minha família. É gratificante, depois de tanto tempo, eu pude novamente participar e ajudar os que estão perto. [...] Eles [as famílias] não acreditam nos seus direitos. As pessoas acham que porque moram irregular não possuem. Acham que não vale a pena, que não vai dar em nada. Não se transformaram em lutadores por direitos.

Ao final da fala de seu Zé no dia do lançamento do audiovisual sobre as violações da Copa, o debate sobre o filme foi encerrado e nos deslocamos para o local onde estava ocorrendo o FANPROTEST, organizado por movimentos sociais da cidade como um evento de contraponto ao FANFEST da FIFA. O ponto de encontro foi uma praça pública em torno de um lago na região central de Porto Alegre, onde o vídeo que acabamos de assistir seria exibido novamente em um telão de pano amarrado entre as árvores. Cangas, garrafas de vinho, cerveja, lanches veganos faziam parte da sessão ao ar livre que trazia para o centro de Porto Alegre a história das comunidades em ameaça de remoção por conta da Copa na cidade. Ao final do vídeo, aplausos gerais. Em seguida a chuva dispersou os presentes em busca de abrigo. Entre as conversas com o público, um dos ativistas relatou que havia participado de alguns eventos promovidos pela FIFA: o motivo da luta não encontrava necessariamente a moralidade do boicote a às atividades promovidas. As articulações das lutas eram conjunturais e, justamente por este motivo, análises que pressupõem grupos bem delimitados em estratégias normativas deixam de apreender as complexas relações tecidas e reinventadas pelos participantes.

4.2 O Encontro com a família de Dona Maria

No processo de produção do audiovisual que me referi na descrição acima, eu participei ativamente no Grupo de Trabalho responsável por filmar os depoimentos das famílias que se encontravam em situação de precariedade por conta das intervenções da prefeitura para o início das obras viárias. Juntamente com Jefferson, do Coletivo Catarse, Letícia e Carlinhos, que militavam no CPC/Cristal, eu passei a frequentar as reuniões do CPC/Tronco com a tarefa de conversar com moradores explicando os objetivos das filmagens e entrar em contato com alguém que estivesse interessado em participar. Este último ponto é importante porque muitos moradores não estavam dispostos a se envolver numa confrontação aberta, seja pelas relações com a prefeitura, seja por relações pessoais ou de trabalho. Mesmo com as melhores das intenções, a exposição pública envolvia custos, materiais e simbólicos. É claro que os representantes das organizações sociais também necessitam dedicar tempo, dinheiro e envolvimento emocional na elaboração do vídeo de denúncia, todavia, ao denunciarem são percebidos como “porta-vozes” públicos, como sociedade civil organizada. A especificidade ao pensarmos nas famílias é que sobre elas que as denúncias falam, isto é, são elas que necessitam expor sua vida e seus sofrimentos publicamente a fim de serem avaliados em seu senso de justiça por uma opinião externa. Ciente dessa dificuldade, o

próprio CPC/Cristal tentou formular estratégias (embora sem muito êxito) para tentar constituir espaços em que as famílias confiassem em relatar sem que isso pudesse gerar coerções e ameaças como as que vinham sofrendo. Neste sentido, demorou algumas semanas até que conseguíssemos um contato para realizar a filmagem: este foi Dona Maria. Assim, em março de 2013 fomos realizar a gravação. Esco do ônibus em frente ao escritório do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) instalado pela prefeitura na Vila Cruzeiro para tratar da política de remoção de 1525 famílias decorrentes das



Foto da autora, 2013.



Foto da autora, 2013.

obras viárias do projeto da Tronco. Caminho pela avenida em obras, num cenário de demolição urbana – a Copa já iniciou em Porto Alegre. Eu me encontro, no posto de saúde do bairro, o postão, com dois militantes do CPC/Cristal e um ativista de um coletivo de comunicação alternativo. Nosso destino era a casa de Dona Maria. Quando chegamos lá, nos deparamos com um terreno cheio de entulhos e tijolos. Ao fundo uma portinha indicava que ali ainda havia pessoas morando. Após nos apresentarmos e dizermos que estávamos ali com o intuito de gravar um vídeo de denúncia para relatar como as possíveis violações de direitos da política de remoção no bairro, a nora de dona Maria disse que ela chegaria logo. Enquanto esperávamos a dona da casa, sua nora nos mostrou o terreno, apontando o esgoto a céu-aberto e um canto cheio de ratos, os quais tinham comido a chupeta de seu filho e ela temia que o mordessem. Aquele cenário de destruição nos comovia e aos poucos descobrimos que aquela situação era resultado da demolição das casas dos filhos de Dona Maria que já tinham saído do terreno. Era a “prática da prefeitura para pressionar os que ficaram a sair logo”, ela nos disse. Esta “prática estatal” pode ser mais bem ilustrada a partir do relato de Rita, filha de Dona Maria que há pouco tempo havia se mudado daquele mesmo terreno:

Graças a deus, graças a deus. A mãe tá deixando amanhã, graças a deus. Mas foi difícil para ela, porque ela ficou sem água, quando eles vieram demolir, porque eu sai da minha casa, que eu morava na frente e minha filha morava do lado, eu sai da minha casa e eles já passaram o trator. O que aconteceu,

arrebentou os canos e ela ficou sem água lá dentro, aqui ficou um empossado de água, ficou um caos total. A minha casa aqui primeiro quando eles vieram para demolir a casa do vizinho e quebraram todo o meu telhado, eu fiquei dois meses com a chuva em cima, eu perdi ropeiro, perdi vários móveis, porque eu fiquei com chuva pedindo o meu pagamento e não saía, e não saía. Agilidade ali no DEMHAB não tem nenhuma. Eles te tratam como se tu fosse bicho. Eu me estressei com vários ali. A mãe também demoliram aqui e ficou chovendo para dentro, além da porcaria, boeiro de esgoto ali a céu aberto, olha os rato correndo. E aqui tem uma criança, o meu sobrinho né, tem um ano e pouquinho, com os bicho assim.

Quando Dona Maria chegou ficamos sabendo que ela tinha optado pelo “Bônus Moradia” e seu destino agora era Viamão, cidade vizinha, numa casa próxima a de Rita. Com 65 anos, ela estava deixando para trás uma vida que iniciou em 1975 quando ela se mudou para região da Grande Cruzeiro. Durante estes anos todos ela viu o Bairro Santa Teresa se transformar: das aberturas de ruas a construção de praticamente todos os equipamentos coletivos que existem hoje. Viúva, Dona Maria dividia o terreno com seus filhos, genros, noras e netos, todos criados ali e agora todos com dias contados para se mudar. Ao nos contar sobre a situação forjada pela mudança Dona Maria nos mostrava a perna enfaixada fruto de um tombo em decorrência dos escombros, “foi horrível” ela nos disse. A situação de “horror” era complementada pela narrativa do momento do banho que agora era de “canequinha”.

Se, por um lado, as ações estatais construía um cenário de extremo constrangimento pressionando os moradores a saírem logo, por outro, havia um descaso total em relação ao atendimento das demandas para saírem logo daquela situação. Neste sentido, as falas, tanto de Dona Maria quanto de Rita voltavam sempre as queixas da falta de respeito dos representantes do DEMHAB. Nas palavras de Rita:

Fui embora porque a avenida é um traçado da Copa e a prefeitura pediu né. Não gostei do jeito que eu fui embora, porque eu perdi duas casas em Porto Alegre e pela demora, pela burocracia do DEMHAB, [...] a negociação com o DEMHAB foi muito turculenta. Eles deixavam os papéis vencerem, eles não te liberavam, ficou muito tempo papel parado e a gente esperando. Daí eu comprei uma casa em Viamão, longe para dedeu, eu trabalho aqui, meus filhos estudam aqui, tá sendo difícil porque não é exatamente o que eu queria. Eu queria ficar, não digo na região, o pessoal todo pede para ficar na região, mas pelo menos em Porto Alegre. E esse valor de 52 mil não existe, com a exigência que tão fazendo de escriturado e coisa não tem. Eu queria sair, queria sair, não posso dizer que eu não queria, eu não tive nenhum, dá minha parte não teve nenhum empecilho de tirarem a minha casa.

Dona Maria adicionou às falas de sua filha os desrespeitos aos idosos, categoria na qual ela se incluía: “As vezes, as velhinhas da minha idade para mais, vão lá [no Escritório] que tão desorientada e não sabem o que fazer, para uma explicação, e levam um acompanhante, e eles não querem que ninguém mais leve acompanhante”. A explicação dela para este fato era que

os mais jovens tinham disposição ao enfrentamento aos agentes estatais, criando situações de conflito.

Do cenário de destruição às narrativas de desrespeito um contexto de extrema violência institucional ia sendo delineado, me tocando fortemente. Indignada e imbuída do discurso dos direitos, eu a questioneei se não tinham acionado algum advogado, pois a situação que sua família vivia se configurava em uma violação de direitos humanos. A resposta de Rita me surpreendeu: depois de ligar diariamente para o DEMHAB pedindo informações, sem respostas, ela procurou a prefeitura e ligou pro 156, canal de acesso de solicitação de serviços do poder administrativo local, registrando diversas reclamações. Esta ação levou o DEMHAB a se agilizar, mas não resolveu o problema. Foi, então, que elas decidiram acionara “O Mota”. Perguntei: que Mota?, sem compreender do que ela falava. Ela me explicou então que era o apresentador de um programa popular chamado Balanço Geral e que com isso tinha conseguido pressionar a prefeitura a liberar o bônus e autorizar a mudança de Dona Maria. Assim, depois de cem dias de “muita enrolação”, a mudança de Dona Maria fora marcada para o dia posterior a esta nossa visita.

Pedimos permissão para retornar e filmar o processo de mudança que tinha ficado a cargo do DEMHAB, a qual foi consentida. Assim, no dia seguinte no período da manhã nos encontramos novamente em frente da casa de Dona Maria com as câmeras em mão. As horas foram passando e nada de notícias do caminhão que faria a mudança. Já desanimados assistíamos a Dona Maria e seus filhos na movimentação dos móveis e objetos que ela levaria para a casa nova.



Fotos da autora, 2013.

Era meio-dia quando fomos informados de que a mudança tinha sido alterada para o período da tarde e seria melhor retornarmos depois. Fazia um calor insuportável e decidimos ir almoçar na sede do Quilombo do Sopapo que ficava na outra ponta da avenida. Tomamos

um ônibus e no caminho nossas conversas revelavam um sentimento compartilhado de que estávamos sendo enrolados. Quando retornarmos, as horas continuaram passando e nada, confirmando a nossa intuição: os representantes do DEMHAB não iam aparecer enquanto estivéssemos lá para filmá-los. Esta questão (das câmeras) se expressou também na mudança de comportamento de Dona Maria e seu genro que passaram a nos ignorar até que ele nos abordou para dizer que não autorizava qualquer uso da sua imagem em vídeo. E explicou que trabalhava como mestre de obras na casa de três juízes e não queria “se incomodar com isto”. Acabamos indo embora apenas com os depoimentos, sem conseguir filmar a mudança.

A descrição desta “cena de campo” traz como primeira questão a tensão entre o discurso dos direitos e do espaço do judiciário e a percepção destes como alternativas para solucionar as demandas e desejos das famílias. A resposta de Dona Joana a minha “oferta” de uma solução jurídica, amparada em preceitos universais, revelava outra lógica, pessoalizada que orientava suas ações na solução da problemática que envolvia a sua moradia e revelava o papel de outras instituições como mediadoras (que foram eficazes no atendimento da sua demanda) percebidas na sua eficácia de lidar com a situação presente. Assim, gostaria de chamar atenção para o que este caso parece evidenciar em relação ao engajamento na luta por direitos, isto é, não há uma passividade das famílias por não aderirem à luta por direitos, mas diferentes lógicas e ações empregadas por parte dos moradores como resposta num processo de resistência cotidiana frente ao cenário de extremo constrangimento que estão passando. Um cenário que revela uma realidade que desmente que o Estado opera pela lógica de acesso aos direitos constitucionais de forma igualitária a todos seus cidadãos.

A segunda questão é sobre os interesses em jogo que circunscrevem os sentidos da moradia e que tensiona a reivindicação por permanência. Permanecer na região implica necessariamente em alteração do fluxo cotidiano e nas condições de vidas, as quais nem todos compartilham da mesma perspectiva. Ignorar o desejo pela casa própria frente a inevitável mudança, mesmo que a migração de cidade seja elemento de insatisfação, seria uma “violência interpretativa” (Quiros, 2009). Neste sentido, o que Rita e Dona Maria demandam não é a permanência, mas o respeito:

Eu só queria que o DEMHAB tivesse mais consideração e a negociação, te mais jeito para tratar com o pessoal. Porque tem pessoas aí que está sem saber o que fazer e eles não dão o menor apoio, te vira meu bem.

Esta problemática em torno da permanência eu tratarei em melhor detalhes na próxima sessão.

4.3 Conversando com Ana Lúcia

Durante o meu campo de pesquisa eu circulei por diversos ambientes de discussão sobre a Copa do Mundo 2014 em Porto Alegre, buscando não me restringir apenas ao espaço do CPC/Cristal. Cada novo evento que eu tomava conhecimento eu me empenhava em participar. O estabelecimento deste objetivo me proporcionou momentos de encontro com os moradores em situação de remoção sem a mediação dos espaços de mobilização coletiva. É sobre uma destas ocasiões que resultou a minha conversa com Ana Lúcia.

O ponto de encontro fora o seminário de “Capacitação Coletiva para a Copa de 2014”, organizado pela Faculdade de Escola Superior do Ministério Público. A palestra da noite, do dia 22 de julho de 2013, era sobre “os instrumentos de defesa dos direitos fundamentais” e seria proferida por Adriana S. Nascimento, defensora pública do Estado e coordenadora do núcleo de Defesa agrária e moradia da defensoria pública. A participação dela visava expor sobre a iniciativa da defensoria do Estado de formar uma “Comissão de Monitoramento da Copa do Mundo e Megaeventos” (CMCOPA) para acompanhar os efeitos do evento esportivo em Porto Alegre. A comissão decorreu da constatação que nos últimos dois anos a Copa, as remoções e a violação de direitos humanos passaram a serem elementos recorrentes das demandas que chegavam a defensoria. É importante ressaltar aqui que a defensoria pública foi o último órgão governamental a se envolver com a problemática dos efeitos da Copa 2014.

Quando eu cheguei ao salão em que ocorreria o evento avistei Ana Lúcia, uma das moradoras da região Cristal/Divisa. Eu já tinha me encontrado com ela nos inícios das reuniões do CPC/Cristal e depois no espaço do CPC/Tronco, no entanto, eram sempre contatos pontuais relacionados as pautas de discussões do dia. Apressei-me em ocupar a cadeira vaga ao seu lado. Ela conversava com uma menina estudante de arquitetura da PUC que também estava pesquisando os impactos da Copa 2014 em Porto Alegre. Cumprimentei-as e perguntei a Ana Lúcia pelo Valdir Bohn Gass, como meio de me inserir na conversa. Ele estava numa reunião do OP da Cruzeiro que “era mais importante”, ela me respondeu. Continuamos a conversa a partir do ponto em que foram interrompidas. Ana Lúcia portava em suas mãos uma certidão que comprovava o tempo de moradia dela na região e, portanto, tornava legal a sua reivindicação pela moradia. Ao se reportar ao documento Ana Lúcia argumentava que se fosse pela vontade dela, ela entrava na justiça para o reconhecimento da posse do terreno, no entanto, sua mãe, já idosa, estava cansada e não queria “briga”.

Ana Lúcia mora com a mãe no mesmo terreno há 43 anos, o qual elas sabiam quando compraram que estava envolvido em torno da construção de uma avenida. No entanto, o fato

que sempre emergia como ameaça, nunca se concretizava e aos poucos as pessoas deixaram de temer a remoção. Sobre isto ela questionava referindo-se a nós o porquê a prefeitura deixou que se instalassem cada vez mais pessoas por lá (inclusive abrindo ruas que possibilitavam a ocupação) e novamente se voltou ao documento para contar que quando apresentou ao DEMHAB fora chamada de “invasora”. A indignação de Ana Lúcia se expressava no argumento de que na época que se mudara para lá a prefeitura oferecia cestas básicas para as famílias que participassem dos mutirões de construção das casas populares e, aos poucos, foi investindo na rede de esgoto e de água sendo protagonista e facilitadora na consolidação daquelas comunidades. “Eu não sou invasora, nós compramos aquele terreno, pagamos água, luz e IPTU” - disse-nos ela; seguimos por este assunto discutindo como a noção de irregularidade estava sendo construída para legitimar a retirada das famílias.

Ao longo da conversa Ana passou a relatar algumas maneiras encontradas pelas famílias para resolver os dilemas frente à situação de remoção, das quais o valor do bônus moradia era a principal problemática. Neste sentido ela contou que o fato da prefeitura disponibilizar um valor de até 52 mil, mas, no entanto, não disponibilizar o valor em espécie para os moradores, estava levando estes a se articularem com os proprietários para receber o valor integral. Assim, se a habitação comprada fosse de um valor menor do que os 52 mil, o proprietário aumentava o valor da casa e depois repassava para o morador, possibilitando a reforma da moradia. As saídas encontradas pelos moradores como solução à moradia conectavam, assim, moradores e proprietários frente as definições da prefeitura.

Outro assunto que veio a tona na nossa conversa foram as ações de despejo orquestradas pelos representantes do DEMHAB - problemática que passou a ser recorrente nas conversas com os moradores, logo após o início das obras. No seu relato Ana Lúcia nos contava em tom dramático a ordem de despejo que uma senhora tinha recebido a partir de um documento que levava a sua assinatura falsificada – “dizia ela que tinha sido o Botelho [diretor do DEMHAB]”. O documento continha a ordem de saída imediata para o aluguel social, pois as máquinas já estavam prontas para passar por cima da casa dela, “ela chorou dois dias de desespero”. Ana Lúcia e os vizinhos se reuniram e disseram para ela não sair que eles não deixariam a máquina passar. A “crueldade da prefeitura” mobilizava nas situações limites a solidariedade dos que estavam próximos, compondo articulações circunstanciais de enfrentamento e resistência.

Paramos de conversar quando nos demos conta de que o silêncio tinha tomado conta dos burburinhos. A palestra ia começar. Adriana (a defensora pública) fez uma fala extensa sobre o papel, as funções e os regulamentos que regem a prática da defensoria pública. Em seguida

dedicou-se ao tema da Comissão da Copa da qual ela fazia parte. Pelo tardar do envolvimento com a temática os integrantes desta comissão passaram a se inserir nos espaços onde já ocorriam as discussões sobre a Copa em Porto Alegre, organizando visitas, em especial, aos moradores impactados pela Avenida Tronco. A constatação dela convergia com a conversa que tive com Ana Lúcia: a falta de informação, a angústia de não saber a quem recorrer na busca de soluções, a existência de um sentimento de que é preciso sair urgentemente, a perda dos processos por parte do DEMHAB e a oferta única da modalidade do bônus moradia. Concluía-se, neste sentido, pela necessidade de uma intervenção efetiva, de modo que a defensoria já havia operado em quatro situações distintas.

As operações da defensoria tinham como objetivo atuar na situação problemática através do mecanismo de mediação de conflitos, ou seja, a ação extra-judicial que visa obter um acordo/conciliação entre as partes em conflito. Desta perspectiva a moradia não se configurava como um elemento processual e jurídico, mas um problema que deveria ser resolvido com política pública concreta e, portanto, na busca de diálogo com o poder executivo municipal. A ação judicial não trazia, na visão dela, efeitos práticos, pelo contrário, piorava a situação, pois podia levar mais de dez anos para ser deferida, deixando as pessoas sem solução de moradia durante os tramites processuais.

A palestra fora transmitida online e com o seu término foi aberto um espaço para as respostas aos expectadores virtuais. A primeira pergunta veio de Leandro, coordenador do Quilombo do Sopapo, o qual questionava a defensora pela omissão no trabalho técnico social de acompanhamento das famílias, lembrando que não tinha sido por falta de conhecimento, pois o CPC/Cristal tinha entregado ao órgão, três anos antes de iniciar a Copa 2014, um documento de denúncias sobre a situação de ameaça das remoções forçadas que se desenhava em torno dos processos decisórios da prefeitura para o Plano Urbanístico da Tronco-Cruzeiro. O questionamento foi seguido pela interrogação da legitimidade da prefeitura estar ofertando opções que não estavam presentes no cadastro socioeconômico. Leandro fazia referência ao fato de que na época do cadastro fora perguntado apenas pela vontade de permanecer ou sair, sem as definições em torno dos mecanismos que passaram a ser ofertados depois – o bônus moradia e do aluguel social –, os quais, agora, iam à contramão da escolha da maioria que desejava permanecer na região. Como resposta a defensora fez novamente um relato sobre a constatação do cenário de violações que fora estruturado a partir da instalação do escritório do DEMHAB, o qual a partir de sua dinâmica de atuação provocou alterações nas condições de permanências das famílias e que muitas que, no primeiro momento, queriam ficar estavam,

agora, reivindicando para sair. Neste sentido, o papel da defensoria seria o de informar e orientar as famílias sobre as implicações das suas decisões em torno da moradia.

Este momento de diálogo entre Leandro e Adriana afetou Ana Lúcia produzindo um sentimento de esperança, o qual ela compartilhou com o público presente:

Hoje vejo uma luz. Eu participei do início do Comitê, mas desisti da batalha, pois só haviam as coisas que eu não queria. Nós tínhamos tido uma conversa com o prefeito e com o Tarso e que tinham dito que teria casa e apartamentos. Mas depois disseram que as casas era só para família de mais de seis filhos e depois essa opção sumiu. As pessoas não querem morar em apartamentos, vai ter gente de todos os cantos da vila e as pessoas não querem ter que conviver juntos. Por que vamos lutar se só existem as opções que não queremos? Hoje vejo uma luz.

Ana Lúcia proferiu as últimas palavras em lágrimas. A sua emoção se expressava como uma forma de desabafo, naquele momento ela finalmente tinha visto uma “luz”, ou seja, uma possibilidade de obter a moradia própria sem se submeter às arbitrariedades da prefeitura. Mas, sobretudo, revelava a tensão entre a oportunidade de realizar este desejo e as reivindicações articuladas em torno da moradia pelo CPC/Cristal. Ela estava disposta a lutar pela moradia e queria permanecer na região, no entanto, aos poucos a construção da permanência produzida nas disputas entre prefeitura e CPC/Cristal adquiria contornos que se distanciavam dos objetivos que tinham levado-a participar da luta pelo direito à moradia.

O que a fala dela coloca em jogo são as referências que dão sentido a luta pela moradia na situação específica. O conflito entre a saída e a permanência travada pelo CPC/Cristal com a prefeitura coloca em primeiro plano na disputa a região. E, neste sentido, tanto sair quanto permanecer produz uma realidade de mudanças para as famílias. É sobre as formas e condições de moradia possíveis em torno da mudança inevitável que a fala de Ana Lúcia se refere. Permanecer na região passou a significar a mudança da sua casa para um condomínio de apartamentos, o que provocava também alterações na dinâmica cotidiana em torno da sua moradia. Deste modo ela provoca um deslocamento sobre os sentidos que são articulados entre a permanência e a saída, resgatando para o primeiro plano a moradia.

4.4 O “nós” e o “eles” da Associação de Moradores da Tronco Neves/Postão

Uma última questão que eu gostaria de tratar aqui é a definição de fronteiras morais e políticas produzidas pela perspectiva de atuação do CPC/Cristal no conflito de modo a identificar nas formas de articulações políticas de grupos de moradores um elemento de

rivalidade no processo de mobilização coletiva local. [...] Neste sentido, inicio com a descrição de uma situação do campo de pesquisa que ilustra esta tensão.

Marcamos de nos encontrar para a mobilização às 15h 30min, na emergência do Postão da Grande Cruzeiro. Encontrei um dos representantes do Comitê Cristal no posto Ipiranga que fica na avenida Chuí, em frente ao Quilombo do Sopapo e ele me deu carona até o Postão. Ao chegarmos lá, encontravam-se sentados no chão cinco integrantes do Levante Popular da Juventude, que comentaram do cansaço que estavam, pois tinham participado de atividades no assentamento do MST em Viamão. Dividimos os panfletos e seguimos rumo a nossa missão. A primeira cena que nos deparamos foi uma festa da Associação de Moradores em comemoração aos seus 32 anos. Em uma das esquinas encontrava-se um palco, onde haviam diversas pessoas reunidas. Entre elas duas lideranças comunitárias da Tronco – sempre referenciadas nas reuniões como parte do “grupo do contra” – e Fortunatti. Falas de empolgação anunciavam homenagens ao prefeito e aos “nossos” vereadores, ao mesmo tempo em que o espaço do OP era ressaltado. Paramos por um tempo e ficamos observando aquela cena. Meus interlocutores advertiram que não deveríamos panfletar ali, pois diriam que “éramos oportunistas”, “vamos apanhar aqui”, “temos conflitos com eles”. Acabamos por optar fazer outro caminho para chegar até as famílias da Vila Cruzeiro.

O “eles” se referia a Comissão de Habitação configurada pela articulação entre lideranças comunitárias das Vilas Tronco e Cruzeiro para atuar nos processos de negociação com a prefeitura sobre a problemática habitacional envolvendo as famílias. Deste modo, o CPC/Cristal não era a única forma de resistência organizada no conflito.

O distanciamento entre estes dois grupos organizados era demarcado pelas vinculações com os canais institucionais e partidários como mecanismo de atuação política. Ao contrário da perspectiva de atuação do CPC/Cristal as lideranças que compunham a Comissão de Habitação intervinham na política pública a partir de vínculos colaborativos com a prefeitura, participando e defendendo os processos decisórios acerca do bônus moradia. Duas lideranças, em particular, figuraram nas reuniões do CPC/Cristal como os principais rivais das ações: Paulo Jorge e Michael, este último é presidente da Associação de Moradores Tronco-Postão. Estas possuíam vínculos institucionais formais exercendo a função de assessores parlamentares e, portanto, as suas intervenções eram percebidas a partir de motivações partidárias. Esta diferenciação entre “o nós” e o “eles” não era elemento mobilizado apenas pelo CPC/Cristal. Tanto a Comissão de Habitação quanto a prefeitura reivindicavam a partir das suas vinculações a legitimidade da representação no conflito descaracterizando a luta do CPC/Cristal, de modo a inverter a relação do “nós” e o “eles”.

O principal elemento no qual esta tensão se expressava era o Comitê Gestor Específico (CGE) para o Projeto de duplicação da Avenida Tronco. Este fora formado inicialmente para agregar os representantes do poder administrativo municipal responsáveis pelas tomadas de decisões sobre o projeto viário e a política habitacional a serem executados. Conforme Margarites (2014) a reivindicação⁷⁵ da Comissão de Habitação pelo seu reconhecimento como representação política legítima no processo de formulação da política habitacional resultou na abertura do espaço à participação das lideranças no CGE. No entanto, esta abertura se restringiu apenas a este grupo. Frente a isto o CPPC/Cristal passou a reivindicar que a prefeitura reconhecesse a representação dos moradores da região Cristal, a qual foi atendida após apresentação de denuncia ao Ministério Público Estadual. Assim, seu Zé e Renato passaram a compor também este CGE. Deste modo, as reuniões realizadas no âmbito do CGE passaram a se constituir como o principal lócus onde as diferentes perspectivas entravam em confrontação direta na tentativa de influenciar as intervenções governamentais. A posição de apoio da Comissão de Habitação as decisões governamentais lhe legava maior influência na política habitacional.

As diferenciações também se davam na escala de atuação. Enquanto o CPC/Cristal se engajava na construção de um processo de publicização das remoções forçadas, a Comissão de Habitação se dedicava a atuar na negociação com a prefeitura circunscrita ao nível local. No entanto, ambos os grupos tiveram importância como espaços de influência no conflito e na mobilização de moradores a partir de suas perspectivas.

Assim, as denúncias públicas das remoções forçadas ao serem contrapostas por outras formas de perspectivar a problemática da moradia que se reivindicam também como representações legítimas expressam a heterogeneidade da composição da própria noção de famílias – a qual aparece, em grande medida, de forma naturaliza.

⁷⁵ Esta foi a apresentada em audiência na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança (CDCDH)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento do processo de construção do conflito pelo direito à moradia, a partir do ponto vista crítico articulado pelo CPC/Cristal, chama a atenção para a complexidade das lutas coletivas contemporâneas em torno dos direitos humanos como uma ferramenta crítica na problematização da realidade social e como linguagem política que articula reivindicações legítimas, sobretudo, na resolução de situações sociais de conflito envolvendo favelas e vilas.

Como busquei explicitar ao longo desta dissertação, a mobilização coletiva que emerge com a formação do CPC/Cristal integra e, ao mesmo tempo, expressa um processo crítico que passa a disputar um espaço de construção de enunciação pública das remoções forçadas de acordo com o cronograma da Copa 2014. Apropriando-se da noção de direito à cidade, a qual foi referência de uma cidadania ampliada e da generalização dos direitos na década de 1980 que desaguaram na Constituição de 1988 (TELLES, 2000), a rede em torno do CPC/Cristal passou a interpelar os agentes governamentais e demais autoridades públicas acerca dos significados e legitimidade das intervenções do poder administrativo municipal na promoção do evento esportivo e do planejamento da cidade. A partir dos efeitos concretos para um grupo específico da sociedade – os moradores das favelas e vilas – o grupo tenta colocar em conflito a perspectiva dominante que se configura como referência da produção dos territórios urbanos em direção a um suposto desenvolvimento futuro da cidade tendo a Copa 2014 como elemento mediador.

Neste engajamento em fazer emergir as remoções forçadas como um problema público, ampliando a esfera de discussão sobre os efeitos do evento esportivo na produção urbana e nas condições de vida – alterando rotas e suspendendo a normalidade dos cotidianos –, as ações a partir do CPC/Cristal traçam uma trama complexa de conexões e vínculos que conectam moradores, moradia, avenida, região, instituições públicas, organizações sociais locais e internacionais, acadêmicos e muitos outros. No entanto, as denúncias públicas, embora sejam ouvidas, acatadas e até compartilhadas, não conseguem encontrar um terreno fértil que faça com que a situação de deslocamento compulsório das famílias se desloque de uma problemática circunscrita a um domínio privado e individual para o âmbito das injustiças sociais. Sendo assim, os relatos, falas e depoimentos dos moradores quando chegavam aos escritórios públicos parecem figurar numa espécie de prisão documental. Assim, novamente me utilizo das palavras de seu Zé:

Acho que tudo aquilo que construímos no CPC com relatórios, dossiê, intervenções do MP, defensoria, tudo isso é documentado e demonstra as violações de direitos humanos que não servem para as comunidades. Tudo isso. Não acredito mais em ninguém! Toda a documentação farta, o documento da Rolnick que foi para a ONU e pressionou o governo brasileiro. Em todos os momentos que ela fala, que estivemos com ela, ela constata que os direitos primordiais estão sendo violados e em nenhum momento os governos fizeram travar esta situação para fazer mais próximo dos direitos humanos. Não se recebeu nada até agora. O que resultou? Nenhuma resposta. O governo está sendo omissivo. Não ficou constatado? Com certeza ficou. Só não enxerga quem não quer ver. Tu mora há 40 anos e daí tem que sair? E não é só os irregulares. Aqueles que tem posse, a indenização é muito baixa. E tu acha que isso é legal? Quanto vale um terreno como o meu? Uns 300 mil. E tu acha que este povo vai aguentar? Não vão. As empreiteiras vão vir para cima. Vão oferecer dinheiro.

Esta constatação do seu Zé sobre a ineficácia das denúncias em torno dos direitos humanos em termos de mudanças práticas parece pertinente de ser relacionada às problematizações de Telles (2000) acerca da erosão contemporânea da noção de direitos tanto no campo semântico quanto em estado prático. No ponto de vista da autora, a erosão da noção de direitos resulta de operações no mundo inteiro (relacionadas a uma agenda neoliberal), no qual as noções de direito e cidadania, formuladas como promessas da modernidade, apareceriam agora “como o seu avesso, como figura de atrasos e anacronismos, privilégios e corporativismo” (TELLES, 2000, p.3). O principal efeito seria a erosão prática “que se desdobra na configuração de novas clivagens e novas diferenciações que escapam às regras de equivalência que foram historicamente formuladas nas concepções modernas de direito e justiça social” (TELLES, 2000, p.3).

Dentre as questões que a autora explora sobre os efeitos da desativação destas referências na reconfiguração da tematização da realidade brasileira, me interessa destacar aqui o debate sobre os desafios às mediações políticas entre o mundo social e o universo público dos direitos e cidadania, o que teria implicações concretas na erosão dos espaços políticos de representação e negociação ao demolir as referências das quais os próprios direitos poderiam ser formulados, operando “um bloqueio nas mediações políticas entre o mundo social e o universo público da política descaracterizando-a como esfera de explicitação de conflitos e negociação” (TELLES, 2000, p.17). O que está em jogo aqui é o encolhimento das possibilidades de enunciação dos direitos humanos, ou seja, da medida

sem as quais os direitos não existem ou existem como retórica sem efeitos de real nessa operação simbólica que lhe é própria e que consiste em articular relações e marcar limites, ao mesmo tempo em que estabelece um parâmetro (ou uma perspectiva) a partir da qual é possível discernir o justo e o injusto no jogo conflituoso das relações sociais. (TELLES, 2000, p.17).

Esta privação do potencial simbólico e de interpelação dos direitos como mediação pública bloqueia a possibilidade de desingularização dos dramas individuais como dramas que dizem respeito às regras da vida em sociedade. Assim,

Na ausência destas mediações, o mundo social parece definitivamente habitado pelo «pobre» e «excluído» – mais do que indicar uma situação social, esses termos dizem respeito a uma certa figuração pública da questão social pela qual o outro – o pobre, excluído – é fixado em um mundo necessidades e das carências, regido pelas leis inescapáveis da sobrevivência. A questão social parece, assim, deixar de ser propriamente uma «questão» – questão política, questão nacional, questão pública – que diz respeito aos direitos como princípios reguladores da economia e da sociedade, para se fixar como problema a ser administrado tecnicamente ou então como problema humanitário que interpela a consciência moral de cada um. Não por acaso onde antes o discurso da cidadania e dos direitos tinha algum lugar ou pertinência no cenário público, é hoje ocupado pelo discurso humanitário da filantropia (TELLES, 2000, p.19).

Embora estabelecendo um caminho teórico diferente, Jussara Freire (2010) expõe elementos que convergem e complementam a analítica desta problemática entre direitos humanos e justiça social e o acesso ao espaço público na atual sociedade brasileira. Partindo de um estudo sobre a temática da violência urbana no Rio de Janeiro, a autora centra-se na analítica da pluralidade de lógicas mobilizadas na vida cotidiana por diferentes coletivos em torno da noção de direitos humanos. Ao traçar as linhas que “formam séries de significações dos direitos humanos” (FREIRE, 2010, p.8), ou seja, a gramática que orienta as ações de coletivos no curso de suas ações e operações morais, a autora problematiza o engajamento de coletivos em formas morais que evidenciariam a configuração de um “regime de desumanização”, sustentando uma percepção hegemônica que extrai os pobres da cidade de uma humanidade comum, tornando-os seres extermináveis.

A partir desta evidência, Freire descreve a construção de gramáticas de diferentes tipos de coletivos⁷⁶ que obtêm repercussão de suas opiniões no espaço público, elaborando um perfil analítico de percepções de justiça dos segmentos populacionais sobre a crítica à “violência urbana” e sobre como esta legitimaria a criminalização da pobreza a partir da maior visibilidade das vozes da classe média no espaço público em relação a outras (FREIRE, 2010).

Nesse sentido, há uma construção moral na qual:

a gradação de cidadania parece se relacionar com um esforço de desqualificar o estado de humanidade dos moradores dos territórios da

⁷⁶ Advogados defensores de direitos humanos, moradores de “territórios da riqueza” e de moradores de “territórios da pobreza” na RMRJ, policiais.

pobreza. E os sentidos do injusto destes são sempre contrapostos à fraca legitimidade dos repertórios da linguagem dos direitos – pobres são percebidos como contribuintes inadimplentes ou não contribuintes, associados a atividades informais, em ambos os casos injustificáveis, e nessa qualidade, aproveitadores indevidos de serviços públicos. (FREIRE, 2000, p. 90).

Estas críticas morais que orientam certos sentidos de justiça e práticas que compõem e sustentam um “regime de desumanização”, conforme a perspectiva da autora, “coexistem sem horizontes simétricos de publicização de suas vozes” (FREIRE, 2000, pg. 91), de modo a comprometer o acesso ao espaço público das vozes daqueles que a própria humanidade é questionada, implicando, assim, numa geometria variável das tomadas de vozes.

As questões levantadas por Telles (2000) e Freire (2010) acerca das alterações e configurações contemporâneas em torno da noção dos direitos humanos e da cidadania no Brasil trazem componentes fundamentais para a compreensão das possibilidades da emergência, mas, sobretudo, da estabilização de um processo crítico articulado a partir de reivindicações em torno do direito à moradia. As demandas e conflitos por moradia que emanam dos territórios populares são definidores de um universo de relações de poder e de força em que a lei e seus modos de operação estão o tempo todo em questão. São, portanto, espaços em que a atuação do estado produz modos particulares de experiências com a lei: experiências situadas e circunstanciais que oscilam conforme contextos e microconjunturas políticas.

No caso aqui em análise, formas de vida e vinculações com o território que até então eram consolidadas são contrapostas a um interesse maior da nação e da cidade do qual as instituições governamentais se fazem, ao mesmo tempo, promotoras e provedoras. Nesta situação, a lógica de intervenção estatal mobiliza um conjunto de adjetivos – precário, subnormal, ilegal, entre outros – associados às moradias de pessoas que habitam vilas/favelas. Este repertório que define a dimensão geográfica do lugar onde vivem os pobres é estendido aos seus moradores demarcando tipos de comportamentos e condições de fala política (e pública), o que impõe fronteiras morais e obstáculos à ação política desses sujeitos (KOWARICK, 2000; AUYERO, 2001; CHATTERJEE, 2004, FELTRAN, 2010). Conforme Feltran (2010, p. 227),

em mundos sociais como o brasileiro, cuja desigualdade é respaldada pelo funcionamento estatal, a política nunca se resume à disputa de poder em terrenos institucionais previamente demarcados (Estado, eleições, sociedade civil, políticas públicas etc.). [...] A política pressupõe nesses contextos [...] um conflito anterior: aquele que se trava, no tecido social, pela definição dos critérios pelos quais os grupos sociais podem ser considerados legítimos.[...]

A construção da legitimidade social, portanto, está na base da constituição de um sujeito ou espaço público, e, portanto, do conflito político. [...] a política nesse contexto (brasileiro) se assenta fundamentalmente, na disputa subjacente à própria instituição destes terrenos e sujeitos – os militantes de favela têm de constantemente forjar sua aparição como sujeitos, lidando com fronteiras impostas pela gestão e, no limite, pela violência.

Estas categorizações que operam como definidoras de quais grupos são considerados legítimos no espaço de mediação política são, particularmente, mobilizadas pelo Estado e por grupos sociais em momentos de disputas políticas nos espaços públicos. Assim, funcionam como operadoras morais de definição do regime no qual o conflito se dá, tornando legítima ou ilegítima uma determinada intervenção ou reivindicação política.

Neste sentido, as operações críticas resultantes da formação do CPC/Cristal eram alvo constante de deslegitimação pelas narrativas e ações do poder público municipal. Estas traduziam a atuação política da rede de contestação como impeditivos do progresso da cidade e dos moradores impactados, na medida em que o plano urbanístico era perspectivado sobre a ótica dos benefícios e beneficiários. Estas definições que distribuíam desigualmente o controle sobre a situação eram reforçadas por outras redes de atores envolvidos pelos processos decisórios em torno dos projetos-região, como, por exemplo, o momento em que a classe média do bairro se mobiliza para fazer um abaixo-assinado contra a desapropriação de terrenos na região para a construção de moradia popular. Com efeito, os moradores a partir destas traduções, deixam de se constituírem como sujeitos de direitos e se tornam “interventáveis”, isto é, associados à condição de vulnerabilidade e de risco. Assim, a intervenção do Estado tornaria-se, além de desejável, necessária.

A construção da crítica das remoções forçadas no âmbito do CPC/Cristal visando reelaborar os significados e a legitimidade do evento esportivo como definidor da produção da realidade e das experiências de vida na cidade é tensionada pelo acionamento de uma “lógica da intervenção” a qual, pretensamente apolítica, “é regida pelos critérios técnicos e de competência, para restaurar a ordem e encontrar soluções eficazes” (Telles, 2004).

Destarte, a definição de um projeto de nação em torno da estrutura simbólica e material da Copa 2014 autoriza a construção de um aparato institucional específico que impõem um regime jurídico especial para dar conta da dimensão e complexidade do evento. Esta composição de um regime especial de exceção para promover o evento e a nação define de partida os sujeitos e elementos legítimos deste processo. Neste sentido, nos documentos institucionais (MR) que pactuam as responsabilidades dos entes governamentais figuram

projetos e obras de infraestrutura urbana, estando ausente qualquer orientação acerca das políticas de remoção e reassentamento. Ao mesmo tempo, os decretos e alterações de leis beneficiam aqueles apreciados como parceiros dos governos brasileiros (dentre os quais, a FIFA, as entidades esportivas e as construtoras), ou seja, entidades e organizações consideradas fundamentais para a concretização do desenvolvimento do país. Simultaneamente, há a suspensão de garantias constitucionais dos grupos populacionais que se apresentam como problemáticas urbanas a serem gerenciadas.

Portanto, as “excepcionalidades da Copa”, através de suas promessas e leis, articulam uma trama imaginária e legal na qual as práticas da prefeitura porto-alegrense em torno dos deslocamentos compulsórios adquirem sentido e encontram-se legitimadas. Deste modo, a análise da dinâmica de construção do processo crítico a partir do CPC/Cristal expressa que a produção deste contexto específico, no qual a temporalidade do evento se sobrepõe às temporalidades da moradia popular, intensifica o bloqueio às remoções forçadas como problema público legítimo. Ao mesmo tempo, revela-se assim a lógica de intervenção estatal que reivindica a provisão do bem-estar da população.

Assim, mesmo Seu Zé, um dos ativistas mais ativos nesse processo, expôs sinais de exaustão:

Me sinto um tanto derrotado. Depois de tanta luta, no fim estar acontecendo isso. A incerteza e a insegurança da tua casa. Perspectiva sem esperança. Me sinto frustrado, ansioso, deprimido. Coisa que eu nunca fui. E são vários problemas: de saúde, os animais, sem conseguir consulta, comprar remédios. Sempre fui muito tranquilo. Mesmo nas épocas de desemprego eu dava risada com as crianças. Sempre parecia que estava tudo bem. Comprava fiado. O que era melhor? Tratar bem as crianças ou dar um pontapé nos cachorros? Nunca fui deprimido. Agora sinto que já não sou mais o Zé.

Embora estas constatações enfatizem os obstáculos à emergência desta crítica e a instauração de um cenário de violência institucional, o acompanhamento dos desdobramentos do processo de disputa e negociação em torno da moradia popular me colocou em contato com diferentes pontos de vistas que expressam uma dinâmica ativa e plural, de modo que em nenhum momento “limitaram-se a despotencialização típica do lugar de vítimas”. (Soares, 2014.).

Com efeito, no capítulo três objetivei explorar, através da descrição de alguns encontros do campo de pesquisa, conexões entre a construção da crítica operada pelo CPC/Cristal e pontos de vista diversos dos moradores que se encontravam diretamente envolvidos pelo conflito em torno da política pública de remoção. Ao optar por uma análise

etnográfica da política vivida embasa na abordagem pragmatista, a qual aposta na instabilidade do social e na existência de uma pluralidade de formas de interpretar situações de disputa, eu tive como objetivo deslocar a análise do plano normativo para a ênfase descritiva de dinâmicas políticas e de diferentes sentidos mobilizados em torno da moradia para os sujeitos em contextos situados.

Deste modo, a pesquisa possibilitou problematizar situações em campo que transbordam, tensionam e complexificam a luta pela moradia em situações sociais de conflito entre indivíduos e autoridades públicas em contextos de periferia. Assim, embora as narrativas reforcem um mesmo contexto de violência institucional, isto não significa que elas compartilhem de uma mesma situação. Como Boltanski (2011) sugere

[...] as pessoas diferentes que caracterizam o que poderia ser considerado como um mesmo contexto não estão, assim, imersas na mesma situação, porque elas interpretam o que acontece de forma diferente e fazem uso diferente de recursos disponíveis.

Esta existência de uma pluralidade de pontos de vistas e interpretações divergentes entre seres humanos em situação de disputa resulta, conforme, Boltanski (2011)

[...] do simples fato que seres humanos possuem um corpo. Tendo um corpo, cada indivíduo é, por necessidade, situado, mas também, como aprendemos da sociologia e da economia, que ele ocupa uma posição social e tem interesses; finalmente, se nós seguirmos a psicanálise, em que ela tem o desejo, drives, desgostos, experiências de seu próprio corpo, e assim por diante. Segue-se que cada indivíduo pode apenas ter um ponto de vista sobre o mundo. A priori, não há nada que permita a nós conceber este ponto de vista como compartilhado ou capaz de se convergir sem problemas. Nenhum indivíduo está na posição de dizer aos outros *the whatness of what is* e, mesmo quando ela parece ter este poder, não tem autoridade necessária para fazê-lo.

Neste sentido, para os moradores que se engajaram na luta por direitos a moradia adquire um sentido particular frente à situação de remoção que transcende a problemática da obtenção de uma casa nova, tornando-se referência de experiência de vida e de produção de sociabilidades. Assim, mesmo que os resultados não tenham tido efeitos concretos desejados a “luta não foi ingloria” – como disse seu Zé.

O encontro com a família de Dona Maria e a conversa com Ana Lúcia expressam a convergência com a perspectiva crítica elaborada pelo CPC/Cristal das práticas de respeito com os moradores forjando uma situação de arbitrariedade e forte violência. No entanto, as possibilidades em torno das condições de vida proporcionadas pela nova moradia são interpretadas a partir de outro registro de sentido e de ação. Assim, para Dona Maria e sua filha obter logo a moradia representa sair da situação “horrorosa” na qual elas se encontram e,

deste modo, conectam outras redes de mediação ao processo mobilizadas pela sua dimensão de eficácia. Já para Ana Lúcia as mudanças nas condições de permanência na região representam um fator de desengajamento com a luta coletiva, na medida em que as reivindicações do CPC/Cristal ao se materializarem distanciam-se dos seus objetivos de vida. Mais do que permanecer na região, para ela o que estava em jogo era a continuidade em viver numa moradia própria e individual. Neste sentido, a abertura do espaço da defensoria pública se apresentou como uma nova possibilidade de ter este desejo atendido.

Por fim, as tensões entre o “nós” e o “eles” expressa diferentes perspectivas acerca da resistência organizada e coletiva como possibilidade de intervir nos rumos da política pública habitacional. Enquanto o CPC/Cristal se dedica a problematizar publicamente as remoções forçadas colocando a moradia no centro de um confronto aberto, a Comissão de Habitação busca inserir seus interesses e reivindicações a partir das relações institucional de cooperação, restringindo a luta pela moradia ao nível local de interações.

Assim, a pesquisa etnográfica realizada, ao acompanhar os acontecimentos, isto é, no momento em que se desdobravam os processos de articulação política frente às elaborações e efetivação das intervenções estatais, bem como a constituição dos coletivos em meio a estes processos de definição, teve como estratégia analítica um olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias e composições apontando pontos de articulação, ruptura e resistência. O que resulta disto é a realização de uma cartografia social de grupos e sujeitos envolvidos em processos de negociação que explicita que os conflitos não são equações simples entre consenso e dissenso, bem ou mal, mas que envolvem uma complexa e intrincada rede de atores, pontos de vistas e relações situacionais. Assim, além de possibilitar acompanhar o *como* da construção do processo de conflito em torno da moradia, a etnografia da política vivida permite compreender também alguns dos *por quês* envolvidos nas formas de críticas e de resistência às investidas das ações governamentais frente as remoções da Copa 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, Betânia. **Da invisibilidade à regularização fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre – século XX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000, p. 142-170.

ANJOS, José C. **No Território da Linha Cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultura Palmares, 2006.

ARAÚJO, Gabrielle. **Dinâmicas da ação coletiva: uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatário em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre**. *Trabalho de Conclusão de Curso*, IFCH/UFRGS, 2011.

AUYERO, Javier. **La protesta: retratos da beligerância popular em la Argentina democrática**. Centro Cultural Rojas – UBA, Buenos Aires, 2002.

BAIERLE, Sérgio. **Lutas Urbanas em Porto Alegre: entre a revolução política e o transformismo**. CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. Porto Alegre, 2007.

BEHNKEN, Mário. **Jogos Pan-Americanos de 2007: uma avaliação social**. Dissertação de mestrado (versão preliminar). Mestrado em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, 2010.

BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competências: três ensayoss de sociologia de la acción**. Buenos Aires, Amorroutu, 2000.

BOLTANSKI, Luc. **On Critique – A Sociology of Emancipation**. Cambridge: Polity Press, 2011, 191 pp.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. 2000 (orgs). **A profissão de sociólogo**. Petrópolis, Vozes, 2000.

CAFRUNE, Marcelo. Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos: do Debate Teórico à Construção Política. In: **Revista da Faculdade de Direito UniRitter**, n. 11, 2010.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, Modernidade e Política**. EDUFBA: Salvador – Bahia, 2004.

CEFAI, Daniel. **La constuction des problèmes publics: definitions de situations dans àrenes publiques**. In: *Réseaux*, 75, 1996, pp. 43-66.

CEFAI, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva**. In: *Dilemas*, 2009.

CEFAI, D.; MELLO, A.; MOTA, F.; VEIGA, F. (org.). **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Editora: UFF, Niterói/RJ. 2011.

CORRÊA, Diogo; de Luc Boltanski *De la Critique: Précis de Sociologie de l'émancipation*. (2009). In: <http://www.scielo.br/pdf/se/v25n3/10.pdf>

CORRÊA, Diogo. **Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa**. In: *Revista Política & Trabalho*, nº 40, 2014.

CRUZ, Gisele; FREIRE, Jussara. **Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos setoriais e os fóruns de desenvolvimento local**. In: *Cadernos Metrôpole*, n. 10, pp. 75-102, 2003.

DADDA, Mariana. **A terceira modernidade urbana e o setor terciário: como Porto Alegre (RS, Brasil) está se preparando para receber a copa do mundo de 2014**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Dissertação de Mestrado, 2014.

DAMO, A.; OLIVEN, R. **O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 a 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios**. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 19-63, jul./dez. 2013.

DAMO, Arlei. **A Copa das Manifestações**. #Protestos: análise das ciências sociais. 2014.

DODDIER, Nicolas. **Agir em diversos mundos**. In: *Teorias da Ação em Debate*. (1993)

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. Brasiliense, 1984

Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. *Megaeventos e Violações de direitos Humanos no Brasil*. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>

FELTRAN, Gabriel. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. In: *Lua Nova*, n. 79. São Paulo, 2010.

FLEURY, Lorena. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na amazônia brasileira: a construção da Usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

FREIRE, Letícia. **Mobilizações Coletivas em contexto dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro**. In: *O Social em questão*, ano XVI, nº 29, 2013

FREIRE, Jussara. **Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas**. In: *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, pp. 720-736, Dezembro de 2013. ISSN 1676- 8965.

FREIE, Jussara. **Agir no regime de desumanização: Esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro**. In: *DILEMAS - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 3 – no 10 - OUT/NOV/DEZ 2010 - pp. 119-142*.

GAFFNEY, 2010. **Mega-events and social-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016.** In: *Journal of Latin American Geography*, n. 9, 2010

GUTTERRES, Anelise. **Os jogos sociais nas cidades dos megaeventos esportivos: etnografia em redes e sociabilidades políticas efervescentes, no contexto de Porto Alegre - RS.** In: *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n.27 (2011) <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/21188/pdf>> Acessado em: Outubro de 2011.

GUTTERRES, Anelise. **A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ).** *Tese de Doutorado* apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, PPGAS, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em Risco – sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** Editora: 34, São Paulo, 2009.

LASCHEFSKI, Klemens. **Governança, Neodesenvolvimentismo e autoritarismo difuso.** In: ZHOURI, A.; NORMA, V. (org). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais.* Belo Horizonte: editora UFMG, 2014. 395 p.: il. (Humanitas).

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede.** Salvador: EDUFBA-Edusc, 400 p., 2012.

LEAL-LAHORGUE, Mario; CABETTE, Amanda. **A cidade e a Copa do Mundo: projetos e transformações urbanas em Porto Alegre.** In: *Eure*, vol. 39, n.117. Santiago, 2013.

MAGALHÃES, Alexandre. **O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro.** In: *Horizonte Antropológicos*, vol. 19, nº 40, Porto Alegre, jul./dez, 2013.

MAGALHÃES, Sônia. **Lamento e Dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** *Tese de doutorado*, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFPA) e École Doctoral Vivant ET Sociétés (Paris XIII). Belém: UFPA, 2007.

MARGARITES, Gustavo. **Políticas Urbanas em Contextos de megaeventos esportivos: a formulação da política habitacional para a duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre.** *Dissertação de Mestrado* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo: Em Perspectiva, 2000.

MARX, Vanessa. **La acción internacional de las ciudades: el caso de Barcelona y Porto Alegre.** In: *Cadernos do Centro de Estudos para Cultura Contemporânea*, n. 80. São Paulo: Cedec, 2006.

MASCARENHAS, Gilmar; BORGES, Fátima. **Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória.** In: *Esporte e Sociedade*, ano 4, n.10, Nov. 2008/Fev 2009.

MASCARENHAS, Gilmar; BORGES, Fátima; MARQUES, Carla Nogueira. **Como ficam os movimentos sociais em tempos de empreendedorismo urbano? conflitos e articulações por ocasião do pan-2007.** In: Mascarenhas, Gilmar; Bienenstein, Glauco; Sánchez, Fernanda (orgs). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades.* Rio de Janeiro: EDUERJ, p.195-216, 2011.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um País chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira.** São Paulo: Editora Gente, 2014.

MESOMO, Juliana. **Cotidiano em Suspensão: Remoção de populações e mobilização coletiva no contexto da duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre.** *Dissertação de Mestrado* apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

MUHALE, Miguel. **Lutar, criar, poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS.** *Dissertação de Mestrado* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

NEWTON, Caroline. 2009. **The reverse side of the medal: about the 2010 FIFA World Cup and the beautification of the N2 in Cape Town.** In: *Urban Forum*, 20: 93–108.

OLIVEIRA, Nelma. **O poder dos jogos e os jogos do poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Laurindo. **Nação e Nacionalismo no discurso do presidente Lula.** Anais. XX Encontro Regional de História: história e liberdade. ANPUH/SP – UNESP, Franca. 2010.

QUIRÓS, Julieta. **Etnografar Mundos vívidos. Desafios de trabalho de campo, escritura y enseña em Antropologia.** In: *Revista Publicar*, n. 17, Diciembre 2014, En prensa.

RAEDER, S. **Conflitos no ordenamento territorial em sedes de megaeventos esportivos.** In: *Esporte e Sociedade*, ano 4, n.10, Nov. 2008/Fev. 2009.

RAMOS, Pedro. **Por que a FIFA funciona? Uma análise da organização internacional que controla o futebol no mundo.** Monografia de especialização. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2011.

RENAU, L.; TRUDELLE, C. **Mega Events and Urban Conflicts in Valencia, Spain: Contesting the New Urban Modernity.** In: *Urban Studies Research*, V. 2011 (2011), 12p.

SAMIOS, Eva; XAVIER, Fernando. **A copa do Mundo 2014 em Porto Alegre.** Anais. Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, vol. 15, 2013.

SILVA, M. K. . **O problema habitacional e a democratização da gestão municipal em Porto Alegre**. In: Fernando Diaz Orueta; Maria Luisa Loures Seoane. (Org.). Desigualdad social y vivienda. 1 ed. Alicante: Editorial Club Universitario, 2004, v. 1, p. 135-159.

SILVA, M. **#vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?** #Protestos: análises das Ciências Sociais.

SILVA, Luciana; CARVALHO, Huana. **O novo desenvolvimentismo na produção do espaço: perspectivas latinas americanas**. Anais. Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, vol. 15, 2013.

SIQUEIRA, Lucimar. **A duplicação da Av. Tronco e a política habitacional de Porto Alegre, 2011**. Disponível em: <http://reformaurbanars.blogspot.com.br/2011/02/duplicacao-da-av-tronco-e-politica.html>.

SOARES, Paulo. **Megaeventos Esportivos e o urbano: a Copa do Mundo de 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras**. Rev. FSA, Teresina, v.10, n.4, out/dez. 2013.

SOARES, Luis. **Prefácio**. In: MEIRELLES, R.; ATHAYDE, C. Um País chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Editora Gente, 2014.

SOARES, Ana P.; **O território mito da Orla: Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRGS. 2014.

TELLES, Vera da Silva. **A modernização vista de baixo: precarização e violência na cidade de São Paulo**. Texto apresentado no Coloquio “Mondialisation économique et gouvernement des sociétés : l’Amérique latine, un laboratoire ?”, Paris, 7-8 juin 2000. Disponível em: greitd.free.fr/communicationscolloque/veratellesdoc.doc

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Editora Argumentum; 2010.

VAINER, C. B. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Anpur, 2011. p. 1-15.

XAVIER, Fernando. **O Planejamento estratégico da cidade de Porto Alegre na conjuntura prévia à Copa do Mundo de 2014**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura. Dissertação de mestrado, 2013.

Sites Consultados:

<http://www.secopapoa.com.br/>

<http://www.copa2014.gov.br/>

<http://transparencia.gov.br/copa2014/home.seam>

<http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/>

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/

<http://www.portalpopulardacopa.org.br/>

<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>

<http://reformaurbanars.blogspot.com.br/>

<http://blog.cdes.org.br/>

<http://www2.esporte.gov.br/futebolDireitosTorcedor/copa2014/>

<http://www.sdh.gov.br/>

ANEXOS

1. Tabela com as onze garantias prestadas pelo Governo Federal à FIFA

PERMISSÕES PARA ENTRADA E SAÍDA DO PAÍS	Sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, dispõe sobre os vistos de entrada e permissões de saída do país para membros das delegações da FIFA e seus parceiros comerciais e operacionais, bem como espectadores portadores de ingressos, que deverão ser incondicionalmente cedidos.
PERMISSÕES DE TRABALHO	Sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, dispõe sobre a emissão incondicionada de permissões de trabalho para estrangeiros, bem como sobre a suspensão de qualquer legislação brasileira que possa restringir os membros das delegações da FIFA e de seus parceiros comerciais e operacionais de exercerem suas atividades relacionadas à Copa.
DIREITOS ALFANDEGÁRIOS E IMPOSTOS	Sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, dispõe sobre a garantia de que a importação e exportação de bens, necessárias para a organização da Copa, serão permitidas e estarão isentas dos impostos cobrados por autoridades federais, estaduais ou locais ou por qualquer outra autoridade ou órgão no Brasil. Para atendimento desta garantia foi necessário a elaboração de uma legislação específica (Lei 12.350/2010)
ISENÇÃO GERAL DE IMPOSTOS À FIFA	Sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, dispõe sobre a concessão de isenção geral de impostos à FIFA e de seus parceiros comerciais e operacionais. Para atendimento desta garantia foi necessário a elaboração de uma legislação específica (Lei 12.350/2010)
SEGURANÇA E PROTEÇÃO	Sob responsabilidade do Ministério da Justiça, assegura à FIFA que todas as providências necessárias serão tomadas no que diz respeito à garantia de segurança da Copa, bem como das pessoas com ela envolvidas. (Estatuto do torcedor e Estatuto do consumidor)
BANCOS E CÂMBIOS	Sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, assegura a irrestrita entrada e saída de moedas estrangeiras do Brasil, assim como a troca e conversão irrestrita destas moedas para dólares do EUA, Euros ou Francos suíços, para a FIFA e seus parceiros. (Conselho Monetário Nacional)
PROCEDIMENTOS DE IMIGRAÇÃO, ALFÂNDEGA E CHECK-IN	Sob responsabilidade do Ministério da Fazenda, Justiça e Defesa, assegura tratamento prioritário no que diz respeito aos procedimentos de Imigração, Alfândega e Check-in a membros e dirigentes da FIFA, das confederações, associações da FIFA, dirigentes de jogos e às equipes. (Estatuto do Estrangeiro).
PROTEÇÃO E EXPLORAÇÃO DE DIREITOS COMERCIAIS	Sob responsabilidade dos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Cultura e da Ciência e Tecnologia. Trata-se de direitos comerciais relacionados aos eventos, inclusive no que diz respeito ao registro de marcas, marketing de emboscada, propriedade intelectual, entre outros.
HINOS E BANDEIRAS NACIONAIS	Sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, assegura que os hinos e as bandeiras nacionais de todos os países participantes da competição serão reproduzidos e hasteados antes de cada jogo dos quais participarem. (Lei Pelé).
INDENIZAÇÃO	Sob responsabilidade da Advocacia Geral da União, assegura todas as providências necessárias no sentido do Brasil garantir indenizações à FIFA decorrentes de todos os eventos relacionados à organização e realização da Copa.
TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Sob responsabilidade do Ministério das Comunicações, assegura que será disponibilizado à FIFA e demais usuários uma rede de infraestrutura de comunicações que atenda os requisitos da FIFA e que esteja de acordo com as mais avançadas tecnologias da área. (Lei Geral das Comunicações).

2. Matriz de Responsabilidade do Rio Grande do Sul

MATRIZ DE RESPONSABILIDADE – 2010				
OBRAS E PROJETOS	OBRAS	VALOR	RECURSO	EXECUÇÃO
MOBILIDADE URBANA	Corredor Avenida Tronco	133,6 MILHÕES	financiamento via Caixa	GOVERNO MUNICIPAL
	Corredor 3ª Perimetral	120,4 MILHÕES	financiamento via Caixa	GOVERNO MUNICIPAL
	Monitoramento dos 3 Corredores	13,7 MILHÕES	financiamento via Caixa	GOVERNO MUNICIPAL
	BRT Protásio Alves (11 estações)	53,0 MILHÕES	financiamento via Caixa	GOVERNO MUNICIPAL
	BRT Assis Brasil (7 estações)	28,0 MILHÕES	financiamento via Caixa	GOVERNO MUNICIPAL
	Corredor Rua Voluntários da Pátria e Estação São Pedro	30,0 MILHÕES	financiamento via Caixa	GOVERNO MUNICIPAL
	Prolongamento da Avenida Severo Dullius	24,0 MILHÕES	financiamento via Caixa	GOVERNO MUNICIPAL
	Complexo da Rodoviária	21,0 MILHÕES	financiamento via Caixa	GOVERNO MUNICIPAL
	BRT Avenida Bento Gonçalves/ Portais Azenha e Antônio Carvalho	23,0 MILHÕES	financiamento via Caixa	GOVERNO MUNICIPAL
	AEROPORTOS	Terminal de Passageiros e Área de Desembarque	345,0 MILHÕES	GOVERNO FEDERAL
ESTÁDIOS	Reforma do Estádio Beira Rio	130,0 MILHÕES	financiamento BDNS	Sport Club Internacional